

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

RAFAELA PINTO SERPA

**DINÂMICAS SISTÊMICAS E FORMAÇÃO DO ESTADO: OS CONFLITOS
ARMADOS NA ÁFRICA PÓS-GUERRA FRIA**

Porto Alegre

2020

RAFAELA PINTO SERPA

**DINÂMICAS SISTÊMICAS E FORMAÇÃO DO ESTADO: OS CONFLITOS
ARMADOS NA ÁFRICA PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevycz Pereira

Porto Alegre

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Serpa, Rafaela Pinto
Dinâmicas sistêmicas e formação do Estado: Os
conflitos armados na África pós-Guerra Fria / Rafaela
Pinto Serpa. -- 2020.
93 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Política Internacional. 2. Segurança
Internacional. 3. África. 4. Conflitos Armados. I.
Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

RAFAELA PINTO SERPA

**DINÂMICAS SISTÊMICAS E FORMAÇÃO DO ESTADO: OS CONFLITOS
ARMADOS NA ÁFRICA PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini - UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins - UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à República Federativa do Brasil pela oportunidade de realizar meus estudos de pós-graduação em uma universidade pública e de altíssima qualidade.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelo excelente ensino que tive e pelo apoio sempre prestado por seus funcionários em qualquer situação necessária.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que durante dois anos financiaram minha dedicação exclusiva para a realização do presente trabalho.

Agradeço igualmente à professora e orientadora Analúcia Danilevicz Pereira cuja orientação foi fundamental para a realização do presente trabalho e para minha formação acadêmica, mas também por me proporcionar participar do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e da Revista Brasileira de Estudos Africanos (RBEA) todos esses anos.

Aos colegas do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), agradeço pelas trocas de experiência, companheirismo e trabalho em equipe.

Dedico a concretização desse trabalho a minha família, meus pais, Sergio e Maria Helena, meu companheiro, Vitor, meu sogro, Wilson, e a minha tia Joselma, cujo apoio e companheirismo foram a base sólida necessária para que eu pudesse alcançar meus objetivos profissionais.

Às colegas e amigas Camila Kowalski, Caroline Assis, Elisa Eichner, Katiele Menger e Steici Santos cujo apoio, debates e discussões durante o período da pós-graduação foram extremamente importantes para a concretização das minhas ideias nesse trabalho, expresso aqui minha profunda gratidão.

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas as margens que o
comprimem.”

(Bertold Brecht)

RESUMO

Os conflitos armados africanos no final do século XX foram estigmatizados como “barbárie” ou “atraso”, caracterizados pela mídia internacional como conflitos étnicos e tribais oriundos das disputas pré-coloniais. Entretanto, essas guerras não acontecem por algo excepcional às guerras em outras regiões do mundo e em outras épocas: a partir da definição clausewitziana da guerra, está é parte das disputas políticas de todas as sociedades, sendo, portanto, um fenômeno político e um fenômeno histórico-social complexo. Neste trabalho, procurou-se investigar quais seriam as condições que explicam a emergência de diversos conflitos no continente africano no pós-Guerra Fria? Para isso, analisou-se a formação do Estado na África, como se caracterizaram essas guerras e como as mudanças sistêmicas e conjunturais do final da Guerra Fria influenciaram para a emergência dessas disputas. Partiu-se de uma análise de dois níveis – o externo (internacional) e o interno -, assim como da estrutura para a conjuntura: enquanto as mudanças no Sistema Mundial capitalista irão impactar os países africanos e seus conflitos, as respostas desses países e suas classes dominantes às demandas internas também serão responsáveis pelo desencadeamento dessas disputas violentas. Esse trabalho justifica-se pela importância do estudo sobre o continente africano para o Brasil e, por consequentemente, para as políticas externa e de defesa brasileiras, ao entender a África como elemento central para a compreensão das relações internacionais no século XXI.

Palavras-chave: África. conflitos armados. pós-Guerra Fria. Formação estatal. impactos sistêmicos.

ABSTRACT

African armed conflicts in the late twentieth century were stigmatized as “barbarism” or “backwardness”, characterized by the international media as ethnic and tribal conflicts stemming from pre-colonial disputes. However, these wars do not happen for something exceptional to wars in other regions of the world and at other times: from the Clausewitzian definition of war, this is part of the political disputes of all societies, being, therefore, a political phenomenon and a phenomenon complex social-historical. In this work, we tried to investigate what would be the conditions that explain the emergence of several conflicts in the African continent in the post-Cold War? To this end, the formation of the State in Africa was analyzed, how these wars were characterized and how the systemic and cyclical changes at the end of the Cold War influenced the emergence of these disputes. It started from a two-level analysis - the external (international) and the internal - as well as the structure for the conjuncture: while changes in the capitalist World System will impact African countries and their conflicts, the responses of these countries and their classes dominating domestic demands will also be responsible for triggering these violent disputes. This work is justified by the importance of the study on the African continent for Brazil and, consequently, for Brazilian foreign and defense policies, by understanding Africa as a central element for understanding international relations in the 21st century.

Keywords: Africa. armed conflicts post-Cold War. State formation. systemic impacts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa dos conflitos africanos por regiões e tipo (1980s-1990s)	43
Figura 2	Mapa dos conflitos africanos por regiões e tipo (2000s-2010s)	44
Figura 3	Operações de Paz da ONU (1990-2014)	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conflitos armados na África acima de mil mortos (1980s-2019)	39
Quadro 2	Classificação dos Conflitos Armados UCDP	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	Comando dos Estados Unidos para a África
AMISOM	Missão da União Africana na Somália
APSA	Arquitetura da Paz e Segurança
BM	Banco Mundial
BRICS	Brasil Rússia Índia China África do Sul
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CFA	Comunidade Financeira Africana
CIW	Guerra Irregular Complexa
ECOMOG	Grupo de Monitoramento de Cessar-fogo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali
MONUSCO	Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MUYAO	Movimento pela Unidade da <i>Jihad</i> na África Ocidental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
R2P	Responsabilidade de Proteger
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UA	União Africana
EU	União Europeia
UCDP	<i>Uppsala Conflict Data Program</i>
UNAMID	<i>United Nations African Union Mission in Darfur</i>
UNMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FORMAÇÃO DO ESTADO NA ÁFRICA	16
2.1	EXPANSÃO CAPITALISTA PARA PERIFERIA: APONTAMENTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS.....	17
2.2	O CASO AFRICANO.....	21
2.2.1	Classes sociais e luta de classes na África independente	28
2.2.2	As relações interafricanas: do pan-africanismo à Organização da Unidade Africana	33
3	A GUERRA E O CONTINENTE AFRICANO	38
3.1	GUERRA E POLÍTICA.....	39
3.2	AS GUERRAS AFRICANAS NO PÓS-GUERRA FRIA	42
3.2.1	Etnia	51
3.2.2	Religião.....	55
3.2.3	Recursos naturais.....	57
4	MUDANÇAS SISTÊMICAS E SEUS IMPACTOS NA PERIFERIA: DA “TRAGÉDIA” AO “RENASCIMENTO”	61
4.1	OS IMPACTOS DA CRISE SISTÊMICA NO CONTINENTE AFRICANO: A CRISE DOS ANOS 1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS	61
4.2	A ÁFRICA COMO NOVO PALCO DE DISPUTAS INTERNACIONAIS: OS CONFLITOS AFRICANOS NO SÉCULO XXI.....	71
5	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

O término da Guerra Fria não foi acompanhado pela estabilização ou pacificação das disputas internacionais como se previra. O otimismo generalizado com a expansão territorial do capitalismo e da democracia liberal que proclamava a obsolescência da própria guerra, logo entra em crise e a “paz democrática” defendida por analistas de relações internacionais não se confirmou. Pelo contrário, a década de 1990 foi marcada pela eclosão de diversos conflitos pelo mundo - em 1991, o número de conflitos internacionais chega a 52 (UCDP, 2010) -, e o continente africano aparece como centro dessas disputas. Segundo Santos (2011, p.18), “aproximadamente 90% das mortes em guerras na década de 1990 ocorreram em solo africano” e oito entre os nove mais violentos conflitos daquela década foram africanos.

Entretanto, a presença de conflitos armados não é exatamente uma “nova” realidade da história africana e muito menos da história mundial, uma vez que a guerra sempre esteve presente na história das sociedades, antes e durante o capitalismo. Desse modo, mesmo as guerras na África no pós-Guerra Fria não se constituindo como algo excepcional a outras guerras na história e em outras regiões do mundo, serão estigmatizados como “barbárie” e justificadas por um “atraso” do continente e sua sociedade.

O que de fato tenta-se explicar neste trabalho, é que as mudanças ocorridas no sistema internacional naquele momento produziram uma nova realidade sistêmica e, conjuntamente, o continente africano parece ser o mais afetado. Dessa forma, a pergunta central que se busca responder é **quais seriam as condições que explicam a emergência de diversos conflitos no continente africano no pós-Guerra Fria?**

Para buscar as respostas desta pergunta, partiu-se de uma análise de dois níveis: o doméstico e o internacional (ou sistêmico). Entende-se, a partir de Putnam (2010), que cada nível representa um jogo diferente e que a política doméstica e as relações internacionais estarão sempre interligadas de alguma forma. Dessa forma, busca-se identificar como e quando esse processo de dois níveis poderia explicar os problemas securitários no continente no pós-Guerra Fria. As guerras africanas, então, estariam ligadas às condições internas específicas dos Estados africanos e à lógica da polarização capitalista mundial.

Objetiva-se, portanto, entender o processo, levando em conta as condições internas e sistêmicas, que levaram ao cenário do pós-Guerra Fria no continente. Para isso, partiu-se de uma análise estrutural, buscando a formação dos Estados africanos dentro do sistema capitalista, e conjuntural, entendendo as dinâmicas do final da Guerra Fria e suas

consequências para o continente africanos.

A hipótese principal do trabalho é de que a posição periférica dos países africanos no sistema mundial capitalista continua mantendo nexos de dependência que levaram a crise internacional em um patamar ainda mais devastador aos africanos; entretanto as respostas das classes dirigentes africanas a esses constrangimentos externos também tiveram responsabilidades para a emergência dessas disputas. As hipóteses secundárias são as seguintes: i) o passado colonial recente e o poder econômico controlado pelo capital internacional resultaram em uma fraca classe burguesa nacional no continente africano. Como consequência, o domínio do aparato estatal se tornou o principal recurso de poder em disputa; ii) a questão étnica, religiosa e de disputa de recursos naturais são componentes importantes da emergência de grupos políticos armados na África. No entanto, somente essas questões não explicam de maneira suficiente as causas em disputa. A questão étnica e religiosa assume um papel ideológico e de coesão dos grupos, enquanto a questão dos recursos está ligada ao financiamento desses na guerra e a novos recursos de poder na disputa. iii) as mudanças sistêmicas no final da Guerra Fria e início do século XXI tiveram um impacto direto nos países africanos, possibilitando a emergência de novas forças políticas nesses Estados, que buscaram a tomada de poder através do conflito armado.

Os objetivos secundários estão ligados respectivamente aos três capítulos do trabalho e as três hipóteses secundárias: i) investigar a formação do Estado na África independente, a partir da expansão capitalista do século XIX e seus impactos nas sociedades africanas, nas configurações de classe e nas relações interafricanas; ii) avaliar as guerras africanas no pós-Guerra Fria e suas características, e entender a presença das questões étnica, religiosa e de recursos naturais nesses conflitos; iii) por fim, analisar a conjuntura dos anos 1990 e 2000, a partir das mudanças sistêmicas do início da década de 1970 e as consequências para a África.

A metodologia utilizada neste trabalho é baseada no trabalho de Halliday (1999) sobre sociologia histórica e materialismo histórico, no qual identificou que através de quatro elementos constitutivos pode-se explicar direta ou indiretamente o objeto da pesquisa: o primeiro é a determinação “material” ou socioeconômica, que estruturalmente caracteriza as sociedades ou “formações sociais”. No caso do presente trabalho está ligada ao papel do modo de produção capitalista na formação da África contemporânea. O segundo elemento é a construção histórica, ou seja, as condições de origem e reprodução de uma sociedade ou ideia, que perpassa os três capítulos do trabalho. O terceiro é a centralidade das classes como atores da política nacional e internacional, entendendo o Estado não como um bloco monolítico, mas formado a partir das disputas de classes, e levando em conta as disputas entre classes de

posições semelhantes e entre classes diferentes. Por fim, o quarto elemento é identificar o conflito entre classes e as possibilidades de mudança, que seria a revolução: ao identificar a guerra como política, entende-se então o papel das disputas de classe nos conflitos. Dessa forma, buscaremos a partir de uma análise histórica identificar os elementos que influenciaram a eclosão desses conflitos no continente, o impacto das crises e ciclos sistêmicos na periferia, e as disputas de classes e frações de classe que representam esses conflitos. Ainda utilizaremos análise quantitativa e qualitativa de dados primários da base de dados Uppsala Conflict Data Program (UCDP).

Esse trabalho justifica-se primeiramente, pela importância do estudo sobre o continente africano para o Brasil e, por consequentemente, para as políticas externa e de defesa brasileiras. A entender a África é elemento central para a compreensão das relações internacionais no século XXI. Além do continente africano ser uma das regiões que mais crescem economicamente no mundo, este aparece cada vez mais como região estratégica na disputa das grandes potências no sistema mundial. A ascensão da China esteve também ligada à sua aliança importante com os países africanos, e em resposta, os Estados Unidos vem cada vez mais aumentando sua atuação na África (SCHMIDT, 2018)

Além disso, os laços históricos e o Atlântico Sul fazem da África uma agenda prioritária para o Brasil, além de ser um importante parceiro político e econômico do país. O atual afastamento político do Brasil em relação ao continente não faz desaparecer essa histórica relação entre os dois lados do Atlântico Sul. A participação brasileira em operações de paz no continente africano, chefiando recentemente a missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo, reforça a importância de entendermos as dinâmicas de segurança internas africanas, seus atores envolvidos e as causas da emergência de conflitos dessa espécie. Portanto, entender o sistema de segurança africano e seus mecanismos é importante para as relações de cooperação entre o país e o continente e seu futuro.

Tendo em vista a pouca produção acadêmica desse assunto no Brasil, a produção desse trabalho ganha maior relevância. Os estudos sobre a África, em especial sobre as relações intracontinentais, ainda são muito escassos no país. Além disso, mesmo tendo se consolidado esse campo nos últimos anos - principalmente com a Lei no 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas do Brasil -, restringem-se majoritariamente ao período pré-colonial e diáspora africana. Estudos sistêmicos do continente se mostram mais escassos ainda: estudos estruturais sobre as dinâmicas de segurança africanas são raros a nível mundial, e ainda na sua grande maioria analisados a partir de recortes identitários.

2 FORMAÇÃO DO ESTADO NA ÁFRICA

Para entender os atuais problemas securitários da África é necessário voltar na história do continente, partindo da explicação de Ekkehart Krippendorff (1979, p. 64) que “a teoria das relações internacionais é idêntica à sua história; só é possível e só tem sentido, enquanto teoria, como teoria histórica”. As características semelhantes das guerras africanas dão apoio para entender a realidade estrutural das suas causas. Nesse sentido, busca-se neste capítulo aliar a dimensão histórica e sua configuração material na realidade da África contemporânea.

A formação dos Estados africanos, portanto, é resultado de interações entre fatores externos e internos. Segundo Francis (2006), este deve ser analisado conforme o contexto histórico das relações sociais e políticas e da produção e reprodução das dinâmicas de poder (externa e interna). Como veremos, os atuais Estados são consequência do colonialismo e de suas independências sustentadas no neocolonialismo; assim como também são resultados das ações das classes dominantes dentro da sociedade.

Busca-se também desmistificar a ideia de “falência” do Estado africano. Não parece existir uma definição consensual sobre a categoria de “Estado falido”, nem quais seriam suas causas, tornando-se um conceito amplo e indefinido¹. Mas a principal questão que o conceito revela é a ideia de falha em relação a algo. Há um modelo de Estado em relação ao qual os outros falham? Existe um modelo único de Estado? (FERREIRA, 2014). Parte-se neste trabalho, da ideia de que o Estado formado na periferia do sistema capitalista é essencialmente diferente do Estado europeu. Seus contextos, histórias, interesses, atores, dinâmicas de poder e sociedades se diferem. Portanto, precisamos partir de concepções diferentes para classificá-los ou compará-los. Antes de analisar a formação do Estado africano propriamente dita, buscaremos primeiro entender como a expansão capitalista formou esses Estados periféricos.

¹ Rotberg define, Estado falido como “[...] aquele [Estado] que não consegue manter a ordem política interna e a ordem pública, incapaz de oferecer a segurança às populações, controlar fronteiras e todo o território nacional, manter o funcionamento de sistemas legislativos e judiciários independentes, e prover educação, serviços de saúde, oportunidades econômicas, infraestrutura e vigilância ambiental” (ROTBBERG, 2003, p.5-6, tradução da autora). Esse tipo de definição coloca grande parte da periferia capitalista como falha.

2.1 EXPANSÃO CAPITALISTA PARA PERIFERIA: APONTAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A formação dos Estados na África contemporânea está diretamente ligada à expansão do capitalismo para as outras regiões do planeta a partir do século XIX. Mesmo presentes com entrepostos na África desde as Grandes Navegações (século XV e XVI), a potências capitalistas se voltaram mais fortemente para o continente africano com a Segunda Revolução Industrial e a necessidade de expansão dos mercados consumidores para os novos produtos manufaturados – bem como a necessidade de obter minérios e outros bens primários a baixo custo. Dessa forma, as metrópoles europeias buscaram o controle não apenas das zonas costeiras, mas de faixas territoriais maiores e no interior do continente. Esse segundo período de colonização² originou-se da disputa imperialista europeia que acontecia por todo o planeta - consolidando o Sistema Mundial Moderno como capitalista (ARRIGHI, 2016).

O Sistema Mundial Moderno, a partir da perspectiva de longa duração de Fernand Braudel, inicia-se na Europa nos séculos XV e XVI e consolida-se mundialmente no século XIX. A partir do século XV, com as grandes navegações, criando novas rotas e um novo centro dinâmico de comércio, a estrutura mundial se modifica a partir da ascensão do capitalismo como modo de produção na Europa. Mesmo que elementos protocapitalistas já existissem em diversas partes do Sistema Mundial Antigo³, é na Europa que esses elementos se fundem com o Estado, transitando de um poder disperso para um poder concentrado e capitaneado pelo Estado Absolutista e mais a frente pelo Estado Moderno Westfaliano (AMIN, 2006; ARRIGHI, 2016).

Para o capitalismo, segundo Wallerstein (2010), se faz necessário algum tipo de ordem mundial e ordem interna. O Estado-nação, portanto, viabiliza o capitalismo, fornecendo meios políticos, econômicos e legais para a sua expansão e consolidação. A Nação, nesse sentido, é criada para dar legitimidade ao poder dos Estados, possibilitando a superação de disputas internas em torno da defesa da nação (WALLERSTEIN, 1992).

² O primeiro período é marcado pela colonização ibérica das Américas no século XVI.

³ O sistema mundial antigo (iniciando no assentamento dos povos, com as primeiras estruturas político-sociais até mais ou menos o século XV) era dividido regionalmente em impérios (sistemas regionais), mesmo havendo intensas interações comerciais. Analisando pela base material, esse sistema se baseava em tributos da população e povos arredores para o império central. O poder do Estado antigo estava em se apoderar da riqueza na forma de tributos – nesse sistema antigo, o poder gera riqueza, enquanto no Moderno Sistema Mundial, dominado pelo capitalismo, a riqueza irá gerar o poder. O centro dinâmico desse sistema (mesmo que regionalizado) ficava no espaço afro-asiático, com os grandes impérios e as ativas rotas comerciais. Portanto, a Europa, como periferia, ainda se organizava por relações personificadas e descentralizadas – primitiva se comparada com as relações dos sistemas tributários (FOSSAERT, 1991; AMIN, 2006).

A nação no capitalismo⁴ seria *historicamente formada*, conforme analisou Zavaleta (2009), retirando a ideia de etnia ou raça como fator definidor da formação da nação. O papel da configuração histórica da nação é trazido também por Hobsbawm (1990), ao não considerar a nação como algo imutável, mas sim como pertencente a um período histórico específico. A nação do Estado capitalista então seria formada por indivíduos livres e iguais juridicamente e que se organizam em um coletivo, agora não mais de classes ou frações de classes, mas sim como *Povo-Nação* (SAES, 1985). Esse duplo efeito - isolamento e representação da unidade - colocaria o Estado burguês a desempenhar uma função neutralizadora: dissolução da classe social através da constituição do *Povo-Nação*. Nessa configuração, o Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalistas (SAES, 1985; KAPLAN, 1991).

Portanto, o Estado-nação é a forma política do capitalismo: garante a relação capitalista, mantém os extratos sociais, legitima essa relação como “interesse geral” e, assim, controla ideologicamente a sociedade (BRUCAN, 1974). Essa fusão – Estado-nacional e capitalismo – permitiu um salto quantitativo desses elementos, segundo Arrighi (2016), levando às grandes navegações e ao colonialismo e por consequência à expansão mundial do capitalismo; ao mesmo tempo, também permitiu um salto qualitativo, como afirma Samir Amin (2006) que se veria com a industrialização, com a ascensão do liberalismo, um novo ciclo colonial e o aprofundamento e consolidação do sistema capitalista logo adiante nos séculos XVIII e XIX.

No entanto, o desenvolvimento desigual das regiões do mundo determinou formas diferentes desses Estados: o Estado-nação surgido na Europa foi a exceção e não a regra, e a absolutização dessa entidade e tratamento universal dado, não levou em conta as realidades de outras regiões e sociedades. Como Álvarez Acosta (2011) afirma, uma constante nessas formações estatais permanece: o controle da minoria sobre a maioria. Pode-se afirmar, portanto, que o conceito de Estado, utilizado neste trabalho, não o coloca como uma entidade unitária, ou uma unidade social monolítica, ou uma unidade corporativa, ou um conceito autônomo. O Estado, portanto, é visto como um campo no qual as relações de classe se materializam institucionalmente (POULANTZAS, 1978). Segundo Silviu Brucan (1974), o

⁴ Descreve-se muitas vezes a nação ligada a etnia, a uma língua comum ou aspectos culturais comuns. Entretanto, essa ideia de nação como grupo ou comunidade cultural, linguística ou étnica existia em comunidades pré-capitalistas, pois são elementos históricos das sociedades e seus modos de organização. Como ressalta Torres Rivas (1981), o conceito de nação anterior a sociedade burguesa era equivalente ao de etnia, ou seja, de uma comunidade que apresentava elementos culturais e linguísticos comuns. Entretanto, o conceito de nação moderno - a nação capitalista ou burguesa; ou como próprio Estado-nação - possuem essas variáveis como elementos constitutivos (ou simbólicos) de uma expressão maior.

Estado é constituído por classes e grupos sociais, mesmo que, na realidade, atue em favor de uma delas: a classe dominante. Nesse sentido, para Halliday (2007, p. 77) “cada classe dominante tem sido capaz de utilizar o carácter internacional do capitalismo para preservar a sua posição dentro da sociedade [e do Estado], aliando-se com outras, e para identificar na arena internacional um terreno para a expansão de seus interesses e poder”. O Estado, portanto, aparece como instrumento do domínio social dentro de uma sociedade, e como instrumento da nação no cenário internacional.

Enquanto a ordem interna será o Estado-nação, assegurar a estabilidade do sistema – a ordem externa –, também se torna importante para o capitalismo. As guerras, mesmo oferecendo algum tipo de vantagem econômica imediata, no médio prazo não oferecem balanços positivos: “provocam destruição de ativos fixos e interferem no comércio mundial” (WALLERSTEIN, 2010 p.11, tradução da autora)⁵. Uma “estabilidade” só poderia ser assegurada por uma potência hegemônica – potência forte o bastante para impor suas regras no sistema-mundo.

Segundo Wallerstein (2010) e Arrighi (2016), o surgimento de um poder hegemônico é o resultado de uma longa luta entre as potências capitalistas e essa “vitória” implica algum tipo de ação que altere o modo de funcionamento do sistema. Nesse sentido, “a hegemonia mundial seria a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 2016, p. 27).

O conceito de hegemonia deste trabalho retoma a interpretação gramsciana em que além da dominação, a hegemonia precisa do consentimento. A supremacia manifestada como “liderança intelectual e moral” e como “dominação” de Gramsci, retoma de certa forma a ideia de Maquiavel, do poder como combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso, ou a ameaça de uso, da força, digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral. Martinez (2010, p.214, tradução da autora) traduz essa questão, no seu trabalho sobre a hegemonia norte-americana, ao destacar “a importância da legitimidade ideológica do consenso, como elemento essencial para entender que a condição hegemônica implica uma dominação cultural que reforça o restante das dimensões ou esferas, como econômica, política ou militar”⁶. Dessa forma, na hegemonia internacional, o Estado dominante torna-se um “modelo” (ARRIGHI; SILVER, 2001). Portanto, não existe hegemonia pautada apenas no

⁵ Do original: “provocan una enorme destrucción de los activos fijos e interfieren el comercio mundial” (WALLERSTEIN, 2010, p.11).

⁶ Do original: “importancia de la legitimación ideológica del consenso, como elemento imprescindible para entender que la condición hegemónica conlleva una dominación cultural que refuerza al resto de las dimensiones o esferas, como la económica, la política o la militar” (MARTÍNEZ, 2010, p.214).

consenso puro, nem tão pouco na violência pura; no momento que uma dessas esferas começa a ruir, a hegemonia perde-se, colocando o sistema em uma crise de transição hegemônica.

Wallerstein (1995) vai nomear essas crises como uma forma de caos sistêmico, causada “pelo fato de as contradições do sistema do mundo capitalista haverem chegado a um ponto em que nenhum dos mecanismos voltados para restabelecer o funcionamento normal do sistema consegue mais funcionar a contento” (WALLERSTEIN, 1995, p.268). Nesse sentido, a crise também é um processo de reorganização radical do sistema, mudando a natureza dos integrantes e dos parâmetros, mudando a forma pela qual se relacionam e o modo que o sistema funciona e reproduz. Essa reorganização acontece quando se altera o agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicos em que tais processos estão inseridos (ARRIGHI; SILVER, 2001). Essa nova liderança, segundo Vizentini (2000), está apoiada nos paradigmas econômicos, sociais e tecnológicos de cada modelo de produção e acumulação. Portanto, a grande qualidade do capitalismo na sua longa duração, segundo Braudel (1982), é sua “flexibilidade” e “ecletismo”, isto é, a capacidade de mudança e adaptação. A cada alteração de ciclo e hegemonia, novos paradigmas de acumulação e organização são criados para superar as dificuldades do período anterior, possibilitando mais um período de acumulação do centro e subdesenvolvimento da periferia.

Mas como e por que ocorrem essas mudanças? Para Wallerstein durante a expansão da competitividade entre as potências, um modelo se destacará, e quando chegar a Guerra mundial, se tornará hegemônico. Arrighi (2016), no entanto, entende essa mudança como endógena: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial levará a uma escalada de conflitos sociais, e a partir desses, surgirá das próprias estruturas do sistema as novas configurações de poder. A intensificação da competição interestatal acontece a partir de períodos de expansão financeira no capitalismo. Segundo Braudel (1984), quando os lucros do comércio e produção se acumulam numa escala que ultrapassa os meios e lugares normais de investimento, o capitalismo financeiro ficava em condições de assumir e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo dos negócios. A partir dessa expansão financeira e competição interestatal que o capitalismo se expande por todo o continente africano no século XIX, durante a hegemonia Britânica.

O período de *Pax Britânica* (1776-1890) foi amparado no liberalismo e na Revolução Industrial, levando a um salto quantitativo do capitalismo, segundo Samir Amin (2006). Dessa forma, o capitalismo britânico incentivou a industrialização de outras grandes potências europeias, sob o “modelo britânico” (WOOD, 2014). No entanto, segundo Vizentini (2000),

[...] o advento da Segunda Revolução Industrial, desde os anos 1870, bem como de novos países competidores e do paradigma fordista levam ao desgaste da hegemonia inglesa, abrindo-se a partir de 1890 uma fase de crise e transição, marcada pelo acirramento do imperialismo (VIZENTINI, 2000, p.8)

A crise da hegemonia britânica e o salto qualitativo da revolução industrial levou o capitalismo à uma nova expansão, agora sob a face do imperialismo. Portanto, a consolidação e mundialização do capitalismo não resultou em longos períodos de paz e expansão do desenvolvimento para todas as regiões do mundo, pois a base do capitalismo é a sua polarização. O desenvolvimento da Europa, e posteriormente dos Estados Unidos, é pautado no subdesenvolvimento da periferia do sistema – e aqui se encontra o continente africano (AMIN, 2006).

2.2 O CASO AFRICANO

A construção dos Estados no Terceiro Mundo foi parte da expansão capitalista do século XIX, por meio do colonialismo no caso africano (AMIN, 2006). Entretanto, deve-se ressaltar, que não é intuito deste trabalho generalizar a formação dos Estados no continente africano. Cada país tem suas características e complexidades próprias. No entanto, não se pode negar, que os impactos das mudanças do sistema mundial capitalista foram sentidos de forma semelhante na maioria desses países, devido a região e a posição na Divisão Internacional do Trabalho. Dessa forma, os Estados africanos partilham de características que acabaram por condicionar seu processo de formação.

Maria Elena Álvarez Acosta (2011) enfatiza o papel tanto do colonialismo, como de sua continuação no continente africano independente – o neocolonialismo⁷. Para a autora, esses desestruturaram a realidade socioeconômica da África, rompendo as trajetórias de formação e consolidação das unidades políticas africanas antigas, através da imposição de mecanismos e instituições em função dos objetivos do centro capitalista de poder, tornando o sistema imposto na periferia subordinado aos interesses do centro. O Estado colonial, portanto, nasce a partir do poder externo europeu - e no interesse desse poder -, e não como resultado de um processo histórico interno autônomo e soberano, por meio de demandas sociais do continente africano.

⁷ Para Nkrumah (1973), a essência do neocolonialismo é de que os Estado africanos eram, teoricamente, independentes a partir dos 1960, mas na realidade seu sistema econômico ainda era dirigido pelos interesses das ex-colônias. Portanto, no neocolonialismo os países sofrem uma ingerência e um controle externo devido a continuação de processos que fortalecem a dependência econômica e financeira.

Patricia Ferreira (2014) elucida o que seriam essas novas dinâmicas e estruturas impostas:

o carácter artificial das fronteiras territoriais impostas, a tentativa de imposição de uma visão monolítica de soberania, as dinâmicas de dependência política e económica das colónias relativamente à metrópole, a imposição de estruturas políticas diversas e conflitantes com as instituições e formas de governação anteriormente existentes, o sistema de governação indirecta ou o papel explorador da dominação colonial, entre outros (FERREIRA, 2014, p.93).

A imposição das fronteiras territoriais da Conferência de Berlim (1885) não levou em consideração as realidades culturais e sócio-políticas africanas existentes. No entanto, as chamadas “fronteiras artificiais” não são denominadas neste trabalho com base na ideia de terem sido criadas pelos europeus ou por não terem seguido divisões naturais, pois em grande parte do Mundo as fronteiras são “artificiais” dessa forma. O seu problema também não passa por agregarem diferentes grupos étnicos e separarem outros, pois também diversos grupos identitários em um mesmo país são comuns ao redor do Mundo, inclusive nos Estados europeus. Não se trata também de afirmar que o problema estaria na falta de correspondência a uma “Nação”, pois na maioria dos casos históricos a “nação” surge após o Estado. Entretanto, a questão das fronteiras é importante, pois foram construídas independentemente de quão efetivo era o controle do Estado nesses espaços. No colonialismo, isto será inicialmente superado com a coerção; entretanto, começará a ser questionado nos anos 1940 e permanecerá nos países independentes, como veremos mais à frente (FERREIRA, 2014; HERBST, 2000; CLAPHAM, 1996).

O período colonial também vai ressignificar as sociedades africanas, favorecendo determinados grupos regionais ou étnicos, e assim polarizando as diferenças culturais existentes (CHAZAN et al., 1999). Dessa forma, a etnia surge como elemento-chave da diferenciação discriminatória dos Estados coloniais na África, o qual vai ser chamado por Mahmoud Mandami (2007) de “politização da tradição”, ou “reinvenção da tradição”, por Terrence Ranger (2012). Ao entender que congelar essas identidades facilitava a administração, os colonos encorajaram os africanos a pensar etnicamente (WILLIAMS, 2016). A partir disso, o poder estatal era exercido, nas regiões rurais⁸ principalmente, pelos líderes tradicionais, atuando como intermediários do poder central. A cooptação das autoridades tradicionais e locais no Estado colonial possibilitou a criação de um sistema de clientelismo, que continuará presente mesmo após as independências (RENO, 2011; TAYLOR, 2010; CLAPHAM, 1996).

⁸ Nas áreas urbanas, mantinha-se a administração direta pela metrópole.

Pode-se concluir, então, que o “sucesso” temporário do colonialismo se deu primeiramente pela maior capacidade militar da Europa em comparação com os africanos; mas também pelas mudanças sociais que causou nas sociedades africanas. As mudanças econômicas impostas levaram a essas mudanças sociais, criando uma classe de homens africanos ligados à metrópole. A implementação da monocultura alterou as dinâmicas tradicionais do campo, precisando capacitar africanos para o trabalho nas lavouras e na burocracia do Estado⁹. Dessa forma, uma elite nativa ocidentalizada surge nesses espaços e logo à frente irão defender os valores ocidentais de igualdade e liberdade para os seus também. Dialeticamente, a alternativa para manutenção do colonialismo também foi o embrião de sua destruição (WALLERSTEIN, 2005; RIBEIRO, 2014).

Deste modo, a partir de 1940, as mudanças na estrutura interna africana foram acompanhadas por uma série de alterações do sistema internacional. A Segunda Guerra Mundial acelerou a organização política nas sociedades africanas, com engajamento dos africanos nas tropas europeias. Da mesma forma, a mudança do poder mundial - com o enfraquecimento das potências europeias e emergência de duas novas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) -, impactou as colônias, ao se colocarem como potências anti-imperialistas e anticoloniais. Ainda, Wallerstein (2005) coloca que as independências asiáticas, já nos primeiros anos pós-guerra, serviram como inspiração e apoio aos movimentos africanos, consagrado na Conferência de Bandung em 1955¹⁰. Conseqüentemente, já nos anos 1950 existiam no continente africano movimentos político-ideológicos nacionalistas de massa, defendendo a independência política em relação às metrópoles europeias¹¹ (WALLERSTEIN, 2005; RIBEIRO, 2014).

As independências ocorrem de duas formas diferentes, segundo Chazan et al. (1999): pela confrontação direta com o poder colonial; ou pela disputa do controle político do sistema

⁹ Levar muitos europeus para outro continente sairia muito caro para a metrópole. Dessa forma a administração nunca foi totalmente direta ou central, sempre preservou uma parte para os africanos (CHAZAN et al., 1999).

¹⁰ 29 países afro-asiáticos se reuniram em Bandung, Indonésia, em abril de 1955. Marco do surgimento do Terceiro Mundo, a conferência defendia a emancipação total dos territórios ainda colonizados, repúdio aos pactos de defesa militar coletiva e neutralidade na Guerra Fria.

¹¹ Inicialmente o foco desses movimentos foi a questão da independência política, vendo esta como a chave de todas as melhorias projetadas para o continente. O próprio Nkrumah irá ressaltar que primeiramente deve-se procurar “o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento”. Entretanto, essa afirmação parte da primazia da política nas relações sociais, diferentemente do determinismo econômico. Mais à frente, Nkrumah mudará de ideia, mostrando que a permanência da dependência econômica, através do neocolonialismo, irá manter os laços políticos também com as antigas metrópoles. Ainda assim, deve-se ressaltar que essa afirmação primeira era justificada pela época: os africanos necessitavam adquirir a soberania política dos seus Estados antes de planejar qualquer outro tipo de soberania naquele momento (MAZRUI, 2011). Mazrui (2011) irá concluir sobre essa questão, defendendo que a soberania política era uma condição necessária, mas não suficiente para que a África pudesse alcançar seus objetivos.

em formação (este último, ainda controlado pelo poder colonial). Com as guerras na Indochina, e posteriormente na Argélia, assim como os processos em Gana e Guiné (violentos e em confrontação com a metrópole), as potências coloniais europeias (França, Grã-Bretanha e Bélgica) assimilaram que a permanência do sistema colonial na África era insustentável, sendo necessário controlar o processo de independência política para manter as relações econômicas subordinadas e dependentes. Como resultado, os interesses econômicos das potências europeias na maioria dos países foram preservados após as independências, assim como as estruturas administrativas e institucionais (CHAZAN et al., 1999; CARDOSO, 2019). As independências da África portuguesa, no entanto, aconteceriam somente na década 1970, trazendo a disputa da Guerra Fria para o continente (SHUBIN, 2008; VISENTINI, 2016b).

Por consequência, Cohen (1995, p.11) afirma que “as contradições do Estado colonial foram repassadas aos Estados independentes através de um processo falido de descolonização”. A imposição de uma nova estrutura pelo colonialismo – como fórmula política e econômica – gerou contradições dentro das sociedades africanas e que não foram totalmente superadas na África independente.

A independência política foi alcançada, mas, como Kwame Nkrumah (1973) vai conceituar, esta seria apenas teórica e aparente: o sistema econômico, e, por consequência, o político, continuaria dependente das antigas metrópoles, ou de novas potências – principalmente, os EUA –, submetendo os países africanos as velhas lógicas de exploração. Dessa forma, o fio condutor do colonialismo continuaria atuando intrinsecamente, pois cada uma das partes segue os mesmos papéis na divisão do trabalho. Esse novo tipo de dependência será conceituado pelo líder pan-africano como neocolonialismo.

Nesse novo tipo de relação, os países africanos obtinham programas de ajuda e de relações econômicas privilegiadas, auxílio técnico e concessão de favores, contando também com apoio em caso de crises internas e ameaças externas. As ex-metrópoles, por sua vez, ao controlar os mercados mundiais, os preços dos produtos e as taxas de juros, utilizavam dessa “ajuda para o desenvolvimento” por meio de empréstimos com o objetivo de impor condições aos países africanos. Essas condicionalidades podiam ser políticas, com a retenção de privilégios estratégicos, como bases militares ou a ingerência nas decisões de políticas interna e externa dos países africanos. Quando essas elites cooptadas não seguiam os comandos das potências neocoloniais, muitas vezes acabavam trocadas via golpes de Estado ou assassinato de líderes (NKRUMAH, 1973; VERSHAVE, 2005; CLAPHAM, 1996).

A França será o maior exemplo dessa atuação na África, pela sua política conhecida como *Françafrique*. Presente até hoje com bases militares em vários países francófonos -

Senegal, República Centro Africana, Gabão, Costa do Marfim e Djibuti -, estas lhe permitiu intervir rapidamente na região para salvaguardar os seus interesses (SCHMIDT, 2013; VERSHAVE, 2005). Por meio do Franco (CFA), Paris também manteve seus interesses econômicos presentes, controlando do Banco Central francês a moeda desses países (CLAPHAM, 1996; VISENTINI, 2010).

Da mesma forma, as elites africanas cooptadas mantiveram as estruturas políticas e institucionais do Estado colonial, o que provocou falhas na obtenção da legitimidade pela maioria dos africanos. A legitimidade da soberania e a construção do sentimento nacional serão dois problemas para a formação desses novos Estados (CLAPHAM, 1996; WALLERSTEIN, 2005). Elaigwu e Mazrui (2011, p.519) descreveram essas questões, ao colocar que a crise da nação é a “*identidade* coletiva insuficiente”, sendo que a “crise do Estado diz respeito a instabilidade da *autoridade*. Os dois combates estão ligados, mas, cada qual possui a sua própria lógica”.

As fronteiras coloniais foram mantidas na África independente, mantendo-se a dificuldade de controle do Estado sob todo o território, pois a soberania foi reconhecida apenas externamente. Segundo Clapham (1996), esses “quase-Estados” teriam o reconhecimento jurídico de uma entidade formal com existência legal e representação externa no sistema internacional; entretanto, não seriam um Estado “empírico”, ou seja, não exerceria o poder sobre seu território e nem teria capacidade de se defender de ataques externos. Nesse sentido, a ocupação desses territórios não foi levada em conta para o reconhecimento da soberania, criando o que Jackson e Rosberg (1982) vão chamar de “soberania negativa”, quando esta é vista apenas de forma jurídica e meramente formal, ao contrário do que seria a “soberania positiva”, que se refere ao exercício de fato dessa. Dessa forma, podemos ver, como Patrícia Ferreira (2014) destaca, que a formação dos Estados africanos manteve o modelo de Estado territorial ocidental, sem levar em conta as características sociais e o contexto histórico da África. Ian Taylor ainda afirmou que

não se pode negar que muitos países africanos pós-coloniais, delimitados por fronteiras formais, e com presença em várias instituições internacionais, funcionam de maneira bem diferente dos entendimentos convencionais sobre o que é e deve ser um Estado essencialmente ocidental (TAYLOR, 2010, p.2, tradução da autora)¹².

¹² Do original: “it cannot be denied that a great deal of postcolonial African countries, bounded by formal frontiers and with na international presence at various international institutions, function quite differently from convencional understandings of what a formal essencialized Western state is and should do” (TAYLOR, 2010, p.2).

E a questão nacional também reflete essa afirmação. Como vimos, a maioria dos Estados africanos independentes foram criados sob o regime colonial, ou seja, a partir de justificativas exógenas e não a partir das sociedades africanas. Dessa forma, em sua maioria, lutam para tornar-se também nações mais coerentes (ELAIGWU; MAZRUI, 2011).

A sociedade nacional ou nação, portanto, não é pré determinada ou rapidamente e objetivamente formada; ela se forma aos poucos, num processo histórico lento muitas vezes, e de modo contraditório avança e retrai na formação das nacionalidades na África. O nacionalismo cria-se e recria-se conforme a conjuntura histórica do jogo das forças sociais internas e externas. O sentimento de unidade nacional (nos patamares ocidentais) foi importante motor dos processos de independência africanos. Entretanto, este se formou principalmente através da presença do “inimigo externo” - a metrópole colonial. Após as independências, o “inimigo externo” desaparece, tornando instável a percepção de nação, impondo que os novos governos africanos construam e consolidem suas identidades nacionais (WALLERSTEIN, 2005).

Para a construção de uma sociedade nacional, primeiramente é importante a integração material. O colonialismo não criou uma economia interna integrada, pois o foco era a infraestrutura para o mercado externo – a própria metrópole. Dessa forma, não existia uma interdependência econômica entre as regiões do país para que fosse criado uma economia nacional. Os Estados independentes africanos, além de criarem mitos e tradições em relação a nação, também precisariam construir sua forma mais objetiva, através da unidade econômica. A manutenção do neocolonialismo e das economias de enclave¹³ na África serão os principais obstáculos para efetivação dessa integração econômica (WALLERSTEIN, 2005; CHAZAN et al., 1999).

Os países africanos, portanto, precisavam criar a identificação do povo com o Estado, acima das identidades étnicas, tribais e das divisões de classe. Entretanto, deve-se ressaltar, que pensar em criar uma Estado-nação sob os moldes idênticos aos europeus se mostra impossível. Como falamos, os antecedentes da condição colonial impuseram limites objetivos, mas também formaram um caminho diferente para a formação da nação nesses países. Portanto, não existe uma formação errada ou falida da questão nacional na periferia, apenas um caminho diferente,

¹³ Segundo Cardoso e Faletto (2008, p.14), “nas economias de enclave, o capital estrangeiro investido origina-se no exterior, é incorporado aos processos produtivos locais e transforma algumas parcelas suas em salários e taxas. Seu valor aumenta com a exploração das forças de trabalho locais, que transformam a natureza e produzem bens que realizam novamente a vida desse capital, quando as matérias-primas (óleo, cobre, bananas etc.) são vendidas no mercado externo”, ou seja, são feitas apenas para exportação, diferente de outros tipos, que mesmo sendo dependente dos mercados externos, parte importante também é destinada para o mercado interno (CARDOSO; FALETTO, 2008).

em um contexto histórico e regional diferente, que pode gerar formações diferentes do Estado-nação moderno (TORRES RIVAS, 1981; IANNI, 1988; ZAVALA, 2009).

Wallerstein (2005) vai identificar o papel do partido nacionalista e do líder nacional na construção do sentimento de nacionalidade na África. Oriundos dos movimentos de independência, o partido nacional terá um papel importante de lealdade e legitimidade, atuando como árbitro ou mediador entre o cidadão e o Estado. O líder será a encarnação dos valores e aspirações da nova nação. Nesse sentido, quando

se examina o cenário africano de hoje, observa-se que onde o partido e o herói são fracos, o mesmo ocorre com a nação. Pois nessa transição para uma ordem social na qual o Estado poderá confiar na lealdade de um cidadão nascido e treinado nele, o partido e o herói podem ser vistos de certa forma como um par de pinças cirúrgicas que mantêm o Estado unido, enquanto os laços de afeto e legitimação crescem (WALLERSTEIN, 2005, p. 95, tradução da autora)¹⁴.

As diversidades regionais também são fatores internos de efeito na formação da nação, nesse caso, ligado principalmente a disputa campo e cidade. Mesmo nos países que buscaram o fortalecimento da nação, a questão regional e tradicional manteve-se com força. A incapacidade de despolitizar as diferenças culturais e étnicas através de reformas políticas ou jurídicas - ou como Arrighi (2006, p.54) denominou “destribalizar as estruturas sociais herdadas do colonialismo” -, irá afetar esses Estados até os dias atuais. Segundo Samir Amin (2006), ao contrário do desenvolvimento do capitalismo na Europa, em que sustentou a integração nacional, a mundialização desse na periferia do sistema reforçou a desintegração das sociedades: “na África [...] a desintegração produzida pela periferização capitalista permitiu ao etnicismo sobreviver, apesar dos esforços da classe dirigente saída da libertação nacional superar suas manifestações” (AMIN, 2006, p.246).

Dessa forma, enquanto na consolidação do Estado europeu, a guerra foi um fator importante de integração e institucionalização¹⁵, as guerras no continente africano independente serão na sua maioria travadas internamente nos Estados, culminando numa fragmentação das sociedades e tornando mais frágeis os laços de ligação nacionais criados anteriormente

¹⁴ Do original: “as one surveys the African scene today, one observes that where the party and the hero are weak, so are the processes of modernization and integration for the nation. For in this transition to a social order in which the state will be able to rely on the loyalty of citizenry born to it and trained in it, the party and the hero can be seen somewhat as a pair of surgical clamps which legitimation grow” (WALLERSTEIN, 2005, p.95).

¹⁵ O processo de construção do Estado-nação europeu foi marcado pela disputa interestatal. Segundo Tilly (1996) “a guerra fez o Estado” na Europa, construindo o símbolo nacional através do inimigo externo, unindo economicamente o Estado através dos tributos para financiamento da guerra, e criando assim um exército representativo da nação.

(CASTELLANO, 2012; CHAZAN et al., 1999). Portanto, como Kelly (2007) salientou, o Dilema de Segurança para o Terceiro Mundo, é diferente, pois a maior ameaça para o Estado vem das suas raízes e legitimações precárias na sociedade civil, ou seja, a maior ameaça é interna e não de outros estados. Essa mudança transforma a dinâmica de segurança regional e faz com que os Estados cooperem para manter suas fronteiras e soberanias internas, como veremos nas próximas subseções.

2.2.1 Classes sociais e luta de classes na África independente

A formação das classes sociais também são parte da formação do Estado na África. No entanto, percebe-se que o estudo das classes sociais e da luta de classes na África contemporânea possui uma história “instável”, segundo Wallerstein (1973). As primeiras análises, ligadas ao Partido Comunista Francês, enquadraram as sociedades africanas nas categorias europeias de classes sociais, dando importância a classe de trabalhadores urbanos (proletariado). O papel dado aos trabalhadores urbanos rapidamente se mostrou indevido como força social, perdendo credibilidade esse tipo de análise. Com a ascensão do modernismo liberal, duas formas de análise predominaram até mais ou menos a década de 1960: uma primeira ligada a uma “velha guarda” de pesquisadores, que consideravam a questão nacional como superficial na África, enfatizando a continuidade da realidade “tradicional”, de filiação tribal; e uma segunda, originária principalmente do *mainstream* europeu e norte-americano, em que tentaram encaixar as questões das sociedades ocidentais para o continente, de forma quase mecânica (WALLERSTEIN, 1973). No entanto, nos anos 1970, a análise materialista para o continente ganhará força através de nomes como o próprio Wallerstein, Samir Amin, Kwame Nkrumah, Franz Fanon, Amílcar Cabral, entre outros (SAMOFF, 1982; MANOEL, 2019).

Com a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, novamente a questão das classes seria excluída dos estudos para a África. O identitarismo e o pós-modernismo, como parte do pensamento liberal, dominou pesquisas do centro capitalista e financiou essas na periferia. Os pesquisadores passaram a se preocupar com a etnografia ou as relações raciais da diáspora, trazendo novamente uma orientação antimarxista para ciência social ocidental contemporânea (SAMOFF, 1982; MANOEL, 2019). Buscamos então, neste trabalho, retomar brevemente a discussão de classe na África contemporânea.

As independências africanas, como vimos, mantiveram a dependência capitalista em relação ao centro, através do neocolonialismo, colocando a África como parte da periferia.

Dessa forma, as disputas internas nesses Estados se tornam mais claras com a saída do “inimigo externo”, ao mesmo tempo que as forças nacionalistas anticoloniais começam a desaparecer em meio a realidade de uma independência que manteve amplas disparidades de renda para a população africana (WALLERSTEIN, 1973; AMIN, 2006). Kwame Nkrumah (1977) elucidou essa questão no seu livro “Luta de Classes em África”:

Durante o período precedente à independência, as divisões de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objectivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes numa sociedade tradicional africana comunitária e igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência socialista (NKRUMAH, 1977, p.9).

Nesse sentido, Giovanni Arrighi (2006) enfatiza que a África herdou da fase colonial e pré-colonial uma estrutura econômica e política que dava pouco espaço para a construção de economias nacionais viáveis ou Estados nacionais fortes. O passado colonial recente e o poder econômico controlado pelo capital internacional resultaram em uma fraca classe burguesa nacional no continente africano. Segundo Amin (2006), a inserção desigual da África na divisão internacional do trabalho a partir do colonialismo impediu a formação de uma burguesia local. Portanto, para ascender dentro da estrutura colonial, a opção era ocupar cargos administrativos ou tornar-se membro de uma profissão liberal. A elite africana contemporânea – a classe governante –, portanto, nasce das estruturas coloniais, oriunda das elites cooptadas, e mantém os laços com capital estrangeiro (NKRUMAH 1977; WALLERSTEIN, 2005).

Essa classe governante será denominada por Samoff (1982) como “burguesia burocrática” ou “classe burocrática”. Segundo o autor, “é uma liderança formada pelos militantes do movimento anticolonial e pelas fileiras das equipes técnicas e administrativas dos governos colonial e pós-colonial que garantiram o poder através das instituições importadas e em um acordo negociado com o antigo Estado colonial” (SAMOFF, 1982, p.124, tradução da autora)¹⁶. Possuindo pouca base econômica independente, a burguesia burocrática utiliza o acesso ao poder político – o Estado – para construí-la, por exemplo, através de empresas públicas. Essa classe se legitima como tal através do domínio do Estado.

¹⁶ Do original: “It is a leadership drawn from the militants of the anticolonial movement and from the ranks of the technical and administrative staffs of the colonial and postcolonial governments that secured power through the imported institutions of and a negotiated arrangement with the former colonial state” (SAMOFF, 1982, p.124).

Nesse contexto, como podemos concluir, ao expandir o papel estatal, o controle sobre a máquina do Estado se torna indispensável na periferia do capitalismo, pois ele assume a responsabilidade de garantir a acumulação contínua e organizar a produção. Samoff (1982) vai traduzir essa questão, afirmando que

No contexto da África contemporânea, onde o Estado tem um papel ampliado na organização e gestão da economia política interna e onde a aspirante burguesia autóctone é na maioria dos lugares fraca, a burocracia torna-se uma classe. Exercendo os poderes de propriedade e assumindo a responsabilidade de manter as condições políticas necessárias para a reprodução das relações capitalistas, o grupo corporativo torna-se um poder de classe (SAMOFF, 1982, p.125, tradução da autora)¹⁷.

Como consequência, a conquista do Estado se torna o principal foco da disputa de classes no continente africano, levando ao surgimento de grupos que buscam a tomada do poder estatal pela via da violência (FATTON, 1988).

No entanto, deve-se ressaltar que essa classe burocrática, ou “pseudo-burguesia nativa” como Amílcar Cabral (2019) vai chamar, não é sozinha a classe dominante. Como uma fração da classe capitalista, a burguesia interna faz parte da aliança de classes que compõe a estrutura de dominação político-econômico. Segundo Samoff (1982), “para os Estados africanos, a classe dominante inclui elementos fisicamente externos e autóctones, [...] com a visibilidade dos últimos servindo muitas vezes para mascarar o papel dos primeiros” (p.125, tradução da autora)¹⁸. Dessa forma, o interesse nacional reside nos interesses de manutenção das estruturas socioeconômicas capitalista. Franz Fanon, no livro “Os condenados da terra”, vai descrever essa classe burocrática indígena e sua atuação. Concordando com as questões anteriores, o autor afirma que “a burguesia nacional que toma o poder no final do regime colonial é uma burguesia subdesenvolvida. Seu poder econômico é quase nulo e, de qualquer forma, incomparável com o da burguesia metropolitana que pretende substituir” (FANON, 2002, p.146, tradução da autora)¹⁹. Essa burguesia subdesenvolvida seria uma correia de transmissão para o capitalismo,

¹⁷ Do original: “In the context of contemporary Africa, where the state has an expanded role in organizing and managing the internal political economy and where the aspiring indigenous bourgeoisie is in most places weak, the bureaucracy becomes a class. Exercising the powers of ownership and assuming the responsibility for maintaining the political conditions necessary for the reproduction of capitalist relations, the corporate group becomes a class wielding power” (SAMOFF, 1982, p.125).

¹⁸ Do original: “For African states, the ruling class includes both physically external and indigenous elements to Africa, with the visibility of the latter often serving to mask the role of the former” (SAMOFF, 1982, P.125).

¹⁹ Do original: “La bourgeoisie nationale qui prend le pouvoir à la fin du régime colonial est une bourgeoisie sous-développée. Sa puissance économique est presque nulle et, em tout cas, sans comune msure avec celle de la bourgeoisie métropolitaine à laquelle ele entend se substituer” (FANON, 2002, p.146).

em sua fase neocolonial. Dessa forma, o poder dessa burguesia é aparente: repousa no apoio que recebe do neocolonialismo e do imperialismo (NKRUMAH, 1977; CABRAL, 2019).

Em relação às classes dominadas, o proletariado urbano, na maior parte dos países africanos, ainda é pouco desenvolvido no início das independências. Em países economicamente mais desenvolvidos, como Egito e África do Sul, entretanto, existe uma classe operária significativa atuando desde os anos 1920. No entanto, as massas camponesas constituem, de longe, o contingente mais vasto da classe trabalhadora africana, oriundos do legado colonial das *plantations*²⁰. Na sua maioria dispersa e desorganizada, os trabalhadores do campo na África ainda estão sobre uma hierarquia social diferente dos grandes centros urbanos (NKRUMAH, 1977). No campo, as questões tradicionais, como o tribalismo e a etnicidade, foram e são utilizados para manter a administração do Estado. Como vimos, a administração colonial e a burguesia burocrática utilizaram dos líderes tradicionais para manter o campo sob o poder do Estado (CHAZAN et al., 1999). Fanon (2002) vai ressaltar o perigo da utilização de questões identitárias para a manutenção do poder, podendo resultar em “ódio mútuo entre os povos”.

Portanto, a classe burocrática governa o Estado na África em aliança com o capital transnacional e aliada dentro do país com os poderes tradicionais. Portanto, no século XX, na África, a burguesia administrativa buscou substituir (parcialmente) elementos externos da administração política durante da luta nacionalista, mas mantendo os laços neocoloniais externo e tradicionais internos (FANON, 2002; FERREIRA, 2014). Dessa forma, Wallerstein (1973) vai ressaltar a instrumentalização do “sentimento nacional” como forma de coesão e legitimidade do movimento. Segundo o autor, quando as roupas "nacionalistas" não funcionassem, poderiam ser substituídas pelas roupas "tribalistas" (WALLERSTEIN, 1973).

Na década de 1970, em alguns países africanos surgiram tentativas revolucionárias socialistas buscando a alteração dessa relação. Após o golpe militar em 1969, Said Barre declara a Somália um Estado socialista, implementando políticas para o combate ao tribalismo, com o slogan “tribalismo divide, Socialismo une” (HARPER, 2012, p.54). Em 1974, ocorre na Etiópia, “o mais antigo e longevo império africano”, um golpe militar, acabando com a monarquia e marcando o início de uma revolução e de um regime socialista no país. No mesmo ano, os movimentos de libertação nacional nas colônias portuguesas, sob orientação marxista, obtêm suas independências (VISENTINI, 2016b). Esses processos revolucionários tiveram um

²⁰ Nos anos 1980, no entanto, ocorria um grande êxodo rural na África como um todo. Entretanto, as crises dos anos 1980 e 1990, mudarão de novo essa conjuntura, fazendo com que vários trabalhadores voltem para o campo (CLAPHAM, 1996).

importante impacto nos países africanos: tanto dentro desses Estados, quanto na sua relação com os demais Estados africanos e no mundo.

Primeiramente, entende-se o conceito de revolução como uma

mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas (VISENTINI, 2016b, p.115).

No caso africano, essas alterações serão pela via da luta armada, como nas ex-colônias portuguesas - Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde -, ou via golpes de Estado - como na Somália e no Congo em 1969, em Benim 1972 -, ou levantes militares - como em Madagascar em 1972, na Etiópia em 1974 e em Seychelles em 1977 (VISENTINI, 2013; SCHMIDT, 2013).

Como podemos notar, as revoluções ocorreram durante a fase inicial de formação desses Estados (principalmente nos países lusófonos), precisando lidar com o colapso do aparelho burocrático do Estado colonial. Além de transformá-lo, nesses casos, era necessário criar condições de sustentação do Estado em meio ao processo revolucionário. O caso etíope, no entanto, foi exceção, pois ocorreu através da conquista do aparelho do Estado, transformando e reforçando. Dessa forma, como Visentini (2016b, p.117) salientou, “as revoluções africanas alteraram o equilíbrio que ia se estabelecendo entre os jovens Estados, gerando efeitos desestabilizadores”, que Halliday (1999) vai chamar de tendência a homogeneização internacional.

Segundo Halliday (1989), como consequência direta da revolução, ocorrem as reações contrárias a essas mudanças, caracterizadas como contrarrevoluções. O sistema internacional tende à homogeneização e a revolução é um elemento heterogêneo. Nesse sentido, forças conservadoras avançam para um processo de homogeneização após essas mudanças (HALLIDAY, 1989). Essa percepção explica a atuação norte-americana no continente africano nesse período: os EUA iniciam uma estratégia de apoio financeiro e material tanto aos Estados aliados, como a África do Sul, mas também grupos contrários a esses movimentos, como a Unita em Angola (SCHMIDT, 2013). Como consequência direta desse período, essas revoluções passam por anos de guerras civis violentas, culminando nas transformações

econômicas e políticas da década de 1980, que é período analisado neste trabalho e que será objeto dos próximos capítulos.

2.2.2 As relações interafricanas: do pan-africanismo à Organização da Unidade Africana

Paralelamente à construção dos Estados africanos, começava a estruturação das relações interafricanas, ou seja, o relacionamento entre os países africanos, agora como Estados independentes. Nesse sentido, veremos como as questões internas desses Estados afetaram no desenvolvimento das relações com seus vizinhos, assim como a estruturação de um sistema interafricano impactou nos seus processos internos.

Segundo Chazan et al. (1999), mesmo reproduzindo muitos recursos da política internacional tradicional, o sistema interafricano irá possuir características distintas e únicas. A busca por integração e cooperação, presente no continente ainda nos processos de independência, será uma delas. A visão de uma unidade africana aparece então como forma de fortalecimento dos Estados recém-emancipados e do fim do domínio colonial. A ênfase na ação coletiva para a defesa dos interesses africanos esteve historicamente enraizada no Pan-africanismo e foi institucionalizada com a criação da Organização da Unidade Africana em 1963 (PEREIRA, 2016; WALLERSTEIN, 2005).

O pan-africanismo não é um conceito homogêneo: construído em diversas fases e dividido em vertentes, teve como base a luta de libertação dos povos africanos na África e da diáspora. Murithi (2005) irá definir o pan-africanismo como o “reconhecimento da natureza fragmentada da existência dos africanos, sua marginalização e alienação, seja no continente ou na diáspora”. Portanto, o pan-africanismo se coloca como uma ideologia de solidariedade e emancipação cultural, política e econômica, na busca de um futuro desejável para os africanos ao redor do mundo (MATHEWS, 2018; FRANCIS, 2006). Esedebe (1980) resume, colocando o pan-africanismo como um

movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações africanas do mundo (ESEDEBE, 1980, p.5, tradução da autora)²¹.

²¹ Do original: “a political and cultural phenomenon that regards Africa, Africans, and African descendants abroad as a unit. It seeks to regenerate and unify Africa and promote a feeling of oneness among the peoples of the African world” (ESEDEBE, 1980, p.5).

Originário nas lutas de libertação dos afro-americanos escravizados das colônias inglesas do Caribe e dos EUA, no período entre a segunda metade do século XVIII ao final do século XIX, o pan-africanismo torna-se um movimento político social organizado no início do século XX. Seus principais expoentes nessa fase inicial foram o afro-americano William E. Du Bois, o jamaicano Marcus Garvey e o antilhano Georges Padmore (BOUKARI-YABARA, 2017; HARRIS; ZEGHIDOUR, 2011).

Dubois foi o idealizador e criador dos primeiros congressos Pan-africanos (1919 em Paris, 1921 e 1923 em Londres, 1927 em Nova York), que ainda tinham como representantes majoritários os afro-descendentes na Europa e nos Estados Unidos (FRANCIS, 2006). No entanto, o V Congresso Pan-africano, que aconteceria em 1945 em Manchester, seria uma divisor de águas para o movimento. Com significativa participação de delegados africanos, contou com a presença de Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (Gana); Obafemi Awolowo e Nnamdi Azikiwe, da Nigéria; Jomo Kenyatta, do Quênia; e Hastings Banda, do Malawi, os quais mais tarde lideraram o processo de independência dos seus respectivos países (ASANTE; CHANAIWA, 2010; CARDOSO, 2019). Dessa forma, depois do V Congresso, o pan-africanismo tornou-se africanizado, voltando-se principalmente para o continente africano (WALLERSTEIN, 2005; BOUKARI-YABARA, 2017).

Na vertente restrita ao continente africano, o pan-africanismo será dividido em duas propostas: como movimento de libertação e de integração (MAZRUI; WONDJI, 2011). As lutas de independência a partir da Segunda Guerra Mundial transformaram o pan-africanismo em uma ideologia de libertação nacional do continente africano. A luta pela emancipação política dos povos africanos eram o principal objetivo do movimento nesse momento e influenciou diretamente os movimentos de libertação, impulsionando o nacionalismo (KODJO; CHANAIWA, 2011). No VI Congresso Pan-Africanista, ocorrido em 1953, em Kumasi, Gana, a descolonização da África se tornou o tema central de discussão. Seguiriam a partir desse momento a organização de diversos encontros e congressos, como a organização da primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, em 1958, em Acra; da segunda, em Monróvia, em 1959; e da terceira, em Adis Abeba, em 1960. Contando com a participação de todos os países africanos independentes à época, as Conferências focaram na descolonização do continente africano e na possibilidade de apoio aos movimentos de libertação nacionais africanos pelos Estados independentes, como na guerra de libertação argelina (WALLERSTEIN, 2005; ASANTE; CHANAIWA, 2011).

Entretanto, a partir da década de 1960, com o estabelecimento de mais de trinta Estados independentes na África, a vertente pan-africana visando a integração continental começa a

ganhar força. O pan-africanismo como força de integração nacional busca a unidade política, cultural e econômica do continente, de forma a criar uma entidade nacional africana ou, como propunha Kwame Nkrumah, os “Estados Unidos da África”. Para Nkrumah (1994), assim como outros defensores dessa linha, a superação do jugo neocolonial só seria possível com a superação das fronteiras artificiais impostas pelos europeus e a criação de uma autoridade política continental (BOUKARI-YABARA, 2017; ASANTE; CHANAIWA, 2011).

No entanto, a visão de unir a África enfrentou uma série de obstáculos. O contexto bipolar internacional oriundo da Guerra Fria, assim como as duas visões do pan-africanismo, dividiram os Estados recém-independentes em dois grupos na década de 1960. O Grupo de Casablanca, formado por Gana, Guiné, Mali, Marrocos, Egito, Líbia e Argélia, tinha como pressuposto o ideal pan-africano de integração continental. Liderado por Gana, de Nkrumah, e Egito, de Abdel Nasser, também contou com apoio de outros líderes como Modibo Keita, do Mali e Ahmed Sekou Touré, da Guiné. Além de defender a unificação imediata dos Estados africanos independentes, o grupo também adotava uma proposta de não-alinhamento internacional (WALLERSTEIN, 2005; KODJO; CHANAIWA, 2011).

O segundo grupo, o Grupo de Monróvia (e Brazzaville), defendia que a integração teria de ser gradual, propondo a criação de uma Confederação de Estados Africanos, a partir de acordos de cooperação econômica. Nesse sentido, reforçava a defesa da soberania e das fronteiras coloniais. Com suas independências muitas vezes voltadas para as antigas potências coloniais, principalmente no caso dos países francófonos, esse grupo estava voltado para o bloco capitalista. Faziam parte do grupo: Senegal de Léopold Senghor, Tunísia de Habib Bourguiba, Nigéria, Serra Leoa, Congo, Libéria, Somália, Togo, Camarões, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Mauritânia, Níger, República Centro-africana, Chade e Etiópia de Hailé Selassié (WALLERSTEIN, 2005; ASANTE; CHANAIWA, 2011).

Sendo assim, enquanto o primeiro grupo buscava a criação de um grande Estado africano, o segundo defendia uma confederação de Estados independentes. Nesse sentido, para Wallerstein (2005) existiam dois conceitos de unidade africana: unidade como movimento revolucionário e como ponto de encontro, não sendo apenas uma ideia, mas em ações que afetem todos os africanos; e unidade como aliança de Estados para o fortalecimento da participação na política mundial e promoção dos seus interesses.

Apesar das diferenças, os objetivos de unidade africana e do fim do domínio colonial uniu os líderes desses países na institucionalização do pan-africanismo, com a criação da Organização da Unidade Africana, em 1963, em Addis Abeba (MURITHI, 2008). Por um lado,

a organização se comprometia a coordenar esforços para acelerar o processo de independência dos Estados ainda sob jugo colonial e sob regimes racistas e afirmava uma política comum de não-alinhamento a nenhum bloco (OAU, 1963). Por outro, consagrava-se o princípio de não-interferência e criava-se uma estrutura cuja ênfase estava na cooperação socioeconômica, vencendo a proposta gradual de integração do grupo conservador (FRANCIS, 2006). Dessa forma, seus princípios-chaves giraram em torno da perspectiva estatal e não supranacional.

Esse conjunto de competição e cooperação afetou diretamente o destino da OUA - esta não conseguiu corresponder plenamente às expectativas de atuação, principalmente nas questões securitárias (BADMUS, 2015; MURITHI, 2008). A opção por um Sistema de Estados Africanos (em vez de uma estrutura supraestatal) – elucidado pelo princípio da não-intervenção –, no qual as elites governamentais dominavam e ditavam o rumo da organização, limitou a atuação da OUA e, posteriormente, afetou a sua legitimidade. A unidade pan-africana foi instrumentalizada e transformada numa aliança de elites governantes e, como resultado, a OUA se colocou como um observador silencioso frente aos problemas internos dos Estados africanos (WALLERSTEIN, 2005; CHAZAN et al., 1999; CLAPHAM, 1996). No entanto, Chazan et al. (1999) reforça a importância do movimento:

Fundada em 1963, a OUA obteve mais falhas do que sucessos, mas continua sendo o ponto focal de iniciativas coletivas e de gerenciamento de conflitos. A tentativa de construir solidariedade no nível continental não é uma ilusão sentimental, mas uma resposta racional à posição dependente da África no sistema econômico global. Os líderes africanos estão conscientes da utilidade da cooperação, ao mesmo tempo, em que consideram difícil a cooperação na prática (CHAZAN et al., 1999, p.361, tradução da autora)²².

Dessa forma, pode-se concluir que o pan-africanismo e a consequente criação da OUA tiveram um importante papel na estruturação das relações interafricanas e na construção desses Estados. O senso de autoconfiança do pan-africanismo foi a base da cooperação interafricana desde as independências. Ao transcender as rivalidades intercontinentais a partir do pan-africanismo e assim criar uma organização continental, os Estados africanos firmaram um acordo para salvaguardar a soberania política e as fronteiras herdadas do período colonial, resultando em poucas disputas territoriais entre os Estados (CHAZAN et al., 1999; CLAPHAM,

²² Do original: “Founded in 1963 after the first wave of accessions to Independence, the OUA has experienced more failures than successes, but it remains a focal point for collective initiatives and for conflict management. The attempt to construct solidarity at the continental level is not a sentimental illusion but rather a reasoned response to Africa’s dependent position in the global economic system. African leaders are conscious of the utility of cooperation at the same time that they have found cooperation difficult to achieve in practice” (CHAZAN et al., 1999, p.361).

1996; BADMUS, 2015). Da mesma forma, entenderam que a superação do jugo colonial passava também pelo abandono das novas dependências do neocolonialismo, por meio da integração.

3 A GUERRA E O CONTINENTE AFRICANO

A violência e a guerra são características estruturais da história da humanidade. Desde o recuo da última era glacial, ou da criação das primeiras comunidades com o assentamento dos povos, a guerra tornou-se um fenômeno universal. Todas as civilizações tiveram origem na guerra (KEEGAN, 2006; FOSSAERT, 2001). Das antigas narrativas orais aos primeiros testemunhos escritos, a guerra aparece como elemento central de fundação:

“a *Epopéia de Gilgámesh*, datando possivelmente do segundo milênio a.C., na antiga Suméria; o Pentateuco, composto por volta de 950 a. C.; a *Ilíada*, cuja forma literária surge por volta do século VIII a.C. ou o *Mahabharata* - um texto ciclópico de 74 mil versos em sânscrito, com origens no período védico (1500-600 a.C.), e registro escrito desde o século II a.C” (DA SILVA, 2018, p.510).

Da mesma forma que o Ocidente, o Oriente também apresentaria suas históricas experiências bélicas. Entre 722 a.C. e 221 a.C. na China houve um estado de guerra permanente, como a fragmentação do território, seguida da formação dos Sete Reinos Combatentes, até a unificação imperial com Shi Huang. Todas essas disputas aparecem no conjunto de obras reunidas “Sete Clássicos Militares”, dos quais se destaca *A arte da guerra*, de Sun Tzu (DA SILVA, 2018).

Na Idade Média, a guerra permanente toma um caráter teológico com a Igreja católica e com a *Jihad* árabe. Na modernidade, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) também apareceria como um marco para o mundo ocidental, assim como as Guerra Napoleônicas mudariam a forma de pensar e fazer a guerra. A guerra industrial moderna surgiria na segunda metade do século XIX, iniciando um novo período de crise e transição no sistema capitalista, com as guerras da Criméia (1853-1856), a guerra de Secessão Americana (1861-1865) e a guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Novamente, grandes guerras marcariam o início de um novo ciclo capitalistas no século XX: a primeira e segunda guerras mundiais, industriais e de massa, seriam marcadas pela matança sistemática e o surgimento da questão nuclear. Na Guerra Fria, a “guerra quente” aconteceu no Terceiro Mundo: as insurgências revolucionárias e contrarrevolucionárias utilizaram da guerra por procuração das grandes potências (DA SILVA, 2018; SHUBIN, 2008; HALLIDAY, 2007).

Mesmo que a literatura eurocêntrica tenha ignorado a história do continente africano, a guerra também fez parte da formação de suas civilizações e sociedades. A expansão do império egípcio – que segundo Cheikh Anta Diop (1999) forjou, em termos culturais, a base das

civilizações africanas –, e suas muitas invasões, mostram que a guerra também formou essa sociedade, impactando o continente. Também é errôneo pensar a África pré-colonial cristalizada em centenas de tribos, na medida em que o continente foi marcado por diversos impérios ao longo da sua história. A civilização de Axun, localizada no nordeste da África, adquire nos séculos III e V um caráter imperial, iniciando diversos conflitos e invasões aos seus vizinhos. O Reino de Gana foi destruído pelo povo Mali em 1240, criando o Império do Mali, que em um novo conflito perderá parte de sua força com a independência da Dinastia Songhai, que criará um exército profissional na região (PEREIRA, 2014; MEREDITH, 2017)

No século XIX (1815-1835), diversas guerras se espalharam pela África Central e Meridional, período que ficou conhecido como o *Mfecane* (“época da aniquilação”). A expansão islâmica também teve casos marcados pela guerra. A presença europeia traria uma nova dinâmica dessas disputas, a partir da Grã Bretanha que entrou em guerra com o Império Ashanti entre 1807 e 1901, iniciando a partir do final do século XIX, a dominação do continente (PEREIRA, 2014; MEREDITH, 2017).

As independências na segunda metade de século XX também teriam suas disputas violentas, como a Guerra de Independência da Argélia (1954-1962), as guerras de independência das colônias portuguesas – Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique –, concretizadas somente na década de 1970. Além disso, conflitos entre Estados, ainda que menos frequentes, ocorreram no continente africano, a exemplo da Guerra de Ogaden entre Somália e Etiópia (1977-1978) (VISENTINI, 2012). As guerras da África independente, no entanto, aparecerão como o retrato da história do continente. A busca para o entendimento desses conflitos, e desmistificação da ideia de “barbárie”, foi a base para iniciar esse trabalho.

Esse histórico de conflitos é o objeto de estudo deste capítulo, a partir de reflexões sobre o que eram essas guerras, as características, os motivos e as formas do conflito. Pretende-se analisar o debate histórico sobre teoria da Guerra, dividindo os conflitos através de seus objetivos e atores, para no segundo momento entender como se encaixam os conflitos na África pós-Guerra Fria, analisando as questões étnicas, religiosas e de recursos naturais que perpassam esses conflitos atualmente.

3.1 GUERRA E POLÍTICA

Desde Sun Tzu, Maquiavel, Hobbes, Kant, Aron e Lenin, dedicou-se a pensar a guerra, seus motivos e suas causas. Pela riqueza do conteúdo, o estudo da guerra ultrapassa sua vertente

militar, entrando no campo de reflexão de diversas áreas do conhecimento, desde os estudos interdisciplinares de ciências jurídicas e sociais, até discussões de filosofia e ciência política. Rapoport (1996), no famoso prefácio da edição da Penguin de 1968 do clássico de Carl von Clausewitz, “Da Guerra”, analisando as vertentes da filosofia da guerra, definiu a filosofia escatológica²³ como explicação das “guerras santas” através da imposição da superioridade do grupo. Também traz a filosofia cataclísmica²⁴, entendendo a guerra como algo sem moral e sem ética. Immanuel Kant coloca a guerra como um “mal necessário”, possibilitando o desenvolvimento. Da mesma forma, Hegel vai compreender a guerra como protetora dos povos, exercendo um papel modernizador das sociedades. John Keegan (2006) ainda vai defender a guerra como expressão da cultura, ou sendo ela mesma a própria cultura (MEI, 2013; RAPOPORT, 1996; WILLIAMS, 2013).

Entretanto, é com Clausewitz que a guerra perderá esse caráter abstrato. Seguindo as tradições de Tucídides²⁵ e Maquiavel²⁶, o general prussiano defenderá o caráter essencialmente político da guerra (DA SILVA, 2018). Para Clausewitz (1996, p.27), “a guerra é a continuação da política por outros meios”, não cessando as relações políticas entre povos e entre governos durante o confronto. A guerra decorre e é motivada por situações políticas, ou seja, a intenção

²³ A filosofia escatológica, como Rapoport (1996) definiu, entendia a guerra como um desígnio final, que o mundo estaria no caminho de uma guerra final que levaria a grandes mudanças. A partir desse pensamento surgiu duas vertentes: uma visão messiânica, que defende que o agente destinado a executar “o grande projeto” já existia sob a forma de uma organização militar. Como exemplos, vão surgir as “guerras santas”, como as Cruzadas, ou como *Jihad* defendida pela Al-Qaeda e Daesh; assim como o Destino Manifesto americano ou a doutrina nazista da Raça Eleita; mas também a própria fé na “razão” que surge com o Iluminismo. Neste último, Kant vai defender a guerra como meio indispensável para impor a superioridade da civilização europeia, e veremos isso com a expansão do capitalismo para o mundo a partir do século XV (RAPOPORT, 1996; FIORI, 2018). A outra vertente, chamada de global, entende que o agente do novo projeto surgirá no caos da guerra final: como uma Segunda Vinda de Cristo para os cristãos; ou como o surgimento de proletariado mundial para transformar a guerra imperialista e acabar com a luta de classes, defendido por comunistas (RAPOPORT 1996).

²⁴ A filosofia cataclísmica origina-se dos primeiros debates sobre a guerra no mundo antigo - a qual assume uma natureza sobrenatural representando o sangue e punição dos deuses (DA SILVA, 2018). Baseada no pensamento pacifista que ganha força no Iluminismo, entende a guerra como uma catástrofe que atinge a humanidade ou parte dela. Essa filosofia também se divide em duas variantes: etnocêntrica e global. Ao defender que a guerra é algo que outros ameaçam fazer “conosco”, a etnocêntrica entende-a como algo sempre maléfico para o grupo em questão, este apenas se defenderia desse ato. A variante global, ao afetar toda a humanidade, ninguém é responsabilizado e ninguém se beneficiará com a guerra. A guerra então é quase como algo a-histórico, um fenômeno que aparece e afeta a humanidade, mas não traz ganhos nenhum para ninguém, colocando a guerra como amoral e uma falha ética. Consequentemente, essa filosofia vai se concentrar no estudo da prevenção da guerra e consolidação da paz (RAPOPORT, 1996; WILLIAMS, 2013; KEEGAN, 2006).

²⁵ Ao analisar a guerra entre as confederações de cidades-estados de Delos, liderada por Atenas, e do Peloponeso, liderada por Esparta, entre 431 a.C. e 404 a.C., definiu a guerra como fenômeno social, possuindo causas materiais, afastando as análises míticas, ligadas às disputas entre os deuses gregos (DA SILVA, 2018).

²⁶ A partir da emergência do Estado permanente de guerra entre as diversas cidades-estados italianas, Maquiavel trará a ideia de “uma cidade livre é uma cidade armada”, reflexão realista e prática da guerra, trazendo os elementos materiais, como a capacidade dos exércitos como essenciais na disputa (DA SILVA, 2018).

política é o fim, e a guerra o meio. Dessa forma, percebe-se a guerra como um instrumento da política (CLAUSEWITZ, 1996).

Os atores envolvidos no conflito (individuais ou coletivos) necessitam de uma motivação para iniciar a disputa e para seu desempenho nela. Essa motivação será sempre política, mas nem sempre todos terão consciência disso. Clausewitz (1996) vai definir três elementos importantes para três atores diferentes no conflito: a paixão, importante para o povo; a inteligência, importante para o comandante e seu exército; e a razão, importante para o elemento político, governante ou líder. Para o sucesso no confronto, é necessário algo que desperte a “paixão” das massas. Clausewitz (1996, p.17) vai afirmar que “o objetivo político não pode servir de medida se não se considerar a sua influência sobre as massas em que incide”. Na mesma linha, Eduardo Mei (2013) vai colocar que essa motivação política dos atores - que engloba “razão”, “inteligência” e “paixão” - inclui aspectos ideológicos ou culturais, que Fossaert (2001) vai definir como elementos de coesão e vínculo social do grupo. No entanto, mesmo que as questões ideológicas, étnicas ou religiosas tenham um papel importante no conflito, a guerra é um fenômeno político. A decisão de iniciar ou encerrar a disputa armada ocorre através do cálculo político – seja consciente de todo o grupo ou apenas das lideranças – e seus objetivos seguem essa mesma intenção (MEI, 2018; WILLIAMS, 2016).

Para Clausewitz (1996, p.13) a guerra é um evento historicamente situado, que representa circunstâncias perenes de determinado momento social, sendo reducionista compreendê-la a partir do efêmero e do imediato, isto é, ela não “é obra de um instante”. Esses conflitos e contradições são características perenes das sociedades ao longo da história, e se tornam guerra ao se manifestarem através da violência direcionada (ÁLVAREZ ACOSTA, 2011). Ainda segundo o autor, “um único e mesmo objetivo político pode provocar em diferentes nações, e numa mesma nação, reações diferentes em épocas diferentes” (CLAUSEWITZ, 1996, p.17). Portanto, a guerra coloca-se como um fenômeno político e um fenômeno histórico-social complexo.

Mesmo que o autor prussiano tenha pensado a guerra a partir do confronto entre Estados soberanos, seu conceito consegue abranger as “novas guerras”²⁷ do século XX e XXI. Ao colocar que “a guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à

²⁷ A partir da análise da guerra na Bósnia-Herzegovina, Mary Kaldor cunhou a expressão “novas guerras” para distingui-los do confronto armado típico da Guerra Fria. Embora registre que emprega o termo “guerra” para frisar o caráter político desses conflitos, ela nota que estes também envolvem crime organizado e violações graves de direitos humanos. Pela dificuldade de definição, ela aparece mais como sua negação: tais conflitos não são contemplados pela definição clássica de guerra - guerra declarada entre ao menos dois Estados soberanos. Entretanto, esse conceito coloca que essas guerras não teriam objetivos políticos determinados, ou que buscasse a paz, dificultando a conceituação clara desse objeto (MEI, 2013).

nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1996, p.7), transcende-se a esfera estatal, ou seja, de colocar o Estado como único ator. Imposição da vontade é a manifestação do poder – ou a tentativa de exercício do poder -, e a disputa por ele perpassa as guerras antigas e novas (MEI, 2013; DA SILVA, 2018).

Portanto, é preciso compreender a guerra como um fenômeno social interdisciplinar e fundamento da sociedade de massa, cujos objetivos centrais são dominação e submissão, através do exercício de poder em forma de violência e coação, quer seja bélica ou psicológica. Essas premissas são a base da próxima análise das guerras contemporâneas no continente africano.

3.2 AS GUERRAS AFRICANAS NO PÓS-GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria foi um marco que afetou as dinâmicas do Sistema Internacional, refletindo profundamente no continente africano. A saída das superpotências do continente africano – que ocorrerá na década de 1980 – foi mais intensa ao se comparar com a forte presença na década anterior. A década de 1970 foi o auge da disputa bipolar no continente, com conflitos diretos ou indiretos, através do financiamento de grupos africanos. Soviéticos, cubanos, norte-americanos, franceses, portugueses e chineses disputaram espaços de influência na África nesse momento, em meio às contendas de independência no sul do continente. Com o fim da bipolaridade, os apoios são retirados, afetando diretamente os contextos político, econômico e securitário desses países. Esse vácuo político causado pelo fim da bipolaridade provocou as chamadas de “décadas perdidas”, onde dezenas de conflitos armados surgem em meio à crise (CHAZAN et al., 1999).

É importante destacar que o continente africano não pode ser tratado como algo unitário, pois significaria um olhar reducionista sob o objeto de reflexão. Isso significa que a análise dos conflitos que surgiram na metade da década de 1980, parte da premissa de que eles possuíam suas dinâmicas e contextos próprios, dentro das nuances de cada país africano. Assim como em outras regiões do mundo (como o exemplo europeu), a história compartilhada do continente africano – e sua localização na estrutura capitalista mundial – fizeram com que esses conflitos possuíssem raízes e características comuns, embora houvesse diferentes culturas e contextos históricos de cada país ou grupo.

A partir disso, busca-se identificar nesta seção as características comuns para quantificar e qualificar esses conflitos na África, e principalmente tentar classificá-los, ciente da complexidade do problema e sem pretensão de reduzi-los a conceitos, mas com a expectativa

de apontar elementos cientificamente úteis para o desenvolvimento da pesquisa.

Como dito anteriormente, a guerra de forma geral é um conflito entre grupos politicamente organizados e militarmente capazes. As diferenças de cada conflito vão estar em quais atores estão em disputa; quais estratégias e táticas serão empregadas na luta armada; e quais os objetivos políticos. Esses elementos são estruturais, mas formam um conjunto exemplificativo.

Quadro 1: Conflitos armados na África pós-Guerra Fria, acima de mil mortos (1980s-2019)

Data	Guerra	Terreno	Regiões	Tipo	Mortes (aprox. mil mortos)	Objetivo	Proxy
1983-2005	Segunda Guerra Civil Sudanesa	Sudão (sul)	Oriental	Intraestatal	1,9	Território	Regional e Global
1987-...	Insurgência do <i>Lord's Resistance Army</i>	Uganda →RDC; Sudão; RCA	Oriental	Intraestatal	12	Governo	Não
1987-...	Guerra Civil Somália	Somália	Oriental	Mista	400	Governo	Regional e Global
1989-1997	Primeira Guerra Civil Libéria	Libéria	Ocidental	Mista	150	Governo	Regional e Global
1989-1991	Guerra Mauritânia-Senegal	Fronteira Mauritânia-Senegal	Ocidental	Interestatal	-	Território	Não
1990-1994	Guerra Civil Ruandesa	Ruanda	Oriental	Intraestatal	500	Governo	Regional e Global
1990-1995	Terceira Rebelião <i>Tuareg</i>	Mali (norte); Níger	Ocidental	Intraestatal	-	Território	Não
1990-...	Conflito Casamancês	Senegal	Ocidental	Intraestatal	3,5	Território	Regional
1991-2002	Guerra Civil Serra Leoa	Serra Leoa	Ocidental	Mista	75	Governo	Regional e Global
1991-2002	Guerra Civil Argélia	Argélia	Norte	Intraestatal	50	Governo	Não
1993-2005	Guerra Civil Burundi	Burundi	Central	Intraestatal	300	Governo	Regional e Global
1996-1997	Primeira Guerra do Congo	RDC	Central	Mista	200	Governo	Regional e Global
1998-2003	Segunda Guerra do Congo	RDC	Central	Mista	3800	Governo	Regional
1997	Guerra Civil Congoleza (Brazzaville)	Congo-Brazzaville	Central	Intraestatal	10	Governo	Regional
1998-2000	Guerra Etiópia-Eritreia	Fronteira	Oriental	Interestatal	300	Território	Não

1999-2003	Segunda Guerra Civil Libéria	Libéria	Ocidental	Mista	150	Governo	Regional e Global
2002-2007	Guerra Civil da Costa do Marfim	Costa do Marfim	Ocidental	Intraestatal	3	Governo	Regional e Global
2003-...	Guerra de Darfur	Sudão	Ocidental	Intraestatal	300	Território	Regional
2003-...	Estado de violência na RDC	RDC (leste)	Central	Intraestatal	1600	Governo	Regional
2003-2017	Conflito no Delta do Níger	Nigéria (sul)	Ocidental	Intraestatal	2	Território	Não
2004-2008	Segunda Guerra Civil RCA	RCA	Central	Mista	1	Governo	Regional e Global
2005-2010	Segunda Guerra Civil do Chade	Chade	Central	Mista	7	Território	Regional e Global
2007-2009	Quarta Rebelião Tuareg	Mali (norte); Níger	Ocidental	Intraestatal	1	Território	Regional
2007-2008	Guerra de Ogaden II	Etiópia	Ocidental	Interestatal	1	Território	Não
2009-	Insurgência Boko Haram	Nigéria	Ocidental	Intraestatal	15	Governo	Não
2010-2011	Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim	Costa do Marfim	Ocidental	Intraestatal	1,5	Governo	Global
2011	Primeira Guerra Civil Líbia	Líbia	Norte	Intraestatal	15	Governo	Regional e Global
2012-...	Conflito no Norte do Mali	Mali	Ocidental	Intraestatal	1,5	Território	Regional e Global
2012-2017	Terceira Guerra Civil na RCA	RCA	Central	Intraestatal	2,2	Governo	Regional e Global
2013-...	Guerra Civil no Sudão do Sul	Sudão do Sul	Ocidental	Intraestatal	50	Governo	Regional
2014-...	Segunda Guerra Civil Líbia	Líbia	Norte	Intraestatal	5	Território	Não

Fonte: Baseada na tabela de Castellano (2019).

Como pode-se ver (Quadro 1), os confrontos interestatais (guerra tradicional entre Estados) foram exceções no continente no período e ocorreram na região do Chifre africano, envolvendo Somália e Etiópia (Guerra de Ogaden II, 2007-2008) e Etiópia e Eritreia (1998-2000) (CASTELLANO, 2012). Como abordado no capítulo anterior, o pan-africanismo e sua institucionalização com a Organização da Unidade Africana tiveram um importante papel na defesa da soberania política e das fronteiras herdadas do período colonial, resultando em poucas

disputas territoriais entre os Estados – marcante em conflitos interestatais (CHAZAN et al., 1999; CLAPHAM, 1996; BADMUS, 2015).

Entretanto, a disputa direta entre as forças militares estatais não é a única forma de conflito envolvendo dois Estados ou mais. A preponderância de conflitos intraestatais na África (Quadro 2) não esteve livre do apoio de outros Estados aos grupos internos em disputa, sendo expoente a chamada “Guerra Intraestatal Internacionalizada” do UDPC, ou “Guerra Mista”, como utilizamos, que é caracterizada por Castellano (2012, p. 35) como “guerras civis nas quais há participação de Forças Armadas estrangeiras tanto no suporte das Forças Armadas nacionais, quanto de grupos insurgentes subestatais”. As missões de paz também são identificadas como Guerra Mista devido à dependência em relação a essas tropas na resolução do conflito e consolidação da paz. Esse tipo de disputa ocorreu na Segunda Guerra Civil da Libéria (1999-2003) e na Segunda Guerra Civil do Chade (2005-...), mas o exemplo da Segunda Guerra do Congo é marcante. Chamada de “Guerra Mundial Africana” contou com a presença de tropas na disputa pelo governo da RDC oriundas de Ruanda, Uganda, Angola, Zimbábue, Namíbia (via ajuda da SADC), Chade, Líbia e Sudão. Ainda depois do acordo de paz, uma Operação de Paz da ONU foi estabelecida no país (CASTELLANO, 2012; VISENTINI, 2016a).

Vale destacar que não foi somente através do emprego de tropas diretamente que outros Estados participaram das disputas internas nos países africanos. A guerra proxy foi utilizada em larga escala na Guerra Fria, e manteve-se presente no pós-Guerra Fria. Ela se configura como um conflito armado em que há uma relação de suporte de um ator principal – que busca evitar a participação direta e a responsabilidade da guerra – para outro proxy. Nesse sentido, a guerra proxy seria como um conflito armado travado por procuração, ou seja, os países em disputa utilizam de terceiros a fim de evitar um confronto direto (CARDOSO, 2015). Segundo Castellano (2016), devido à grande utilização no continente africano desse tipo de confronto na Guerra Fria pelas duas superpotências, pequenas potências africanas passaram também a utilizar esse método contra adversários. Como exemplos desse tipo de atuação tivemos a Guerra Civil Congoleza (Brazzaville) (1997), da Guerra Civil em Serra Leoa (1991-2002) e da Primeira Guerra Civil da Líbia (2011). Uma escalada do conflito proxy também pode resultar em uma guerra mista.

Portanto, esse tipo de guerra intraestatal é definido como Guerra Irregular Complexa (*CIW*, sigla em inglês). O conceito de guerra irregular não é novo, visto que a assimetria das batalhas de hoje também existiu no passado. No capítulo XXVI do livro VI de *Da guerra*, intitulado “O armamento do povo”, Clausewitz (1996) traz a ideia de “insurreição geral” e “levantamento popular” (p. 674), referindo-se às guerras conduzidas por civis – ou atores não

estatais no geral. Também chamada de guerrilha, estratégia e tática precisam ser alteradas em comparação às guerras convencionais e regulares, pois há uma desvantagem numérica e de força entre os oponentes. A principal característica da guerra irregular está ligada às populações do país: “ela visa influenciar populações relevantes e anular o suporte destas populações ao governo, alvo da guerrilha” (CASTELLANO, 2016, p.3).

A guerra irregular, portanto, se refere à característica do emprego da força pela parte beligerante. A assimetria é predominantemente expressada na guerra irregular, mas o conceito de guerra assimétrica não equivale ao do conflito irregular. A guerra assimétrica se refere à correlação das forças em combate. Os conceitos se ligam, pois, a estratégia das forças mais fracas em uma guerra assimétrica na maioria das vezes é a irregularidade, não convencional (KALYVAS, 2003).

Entretanto, outro tipo de estratégia em um conflito assimétrico é o terrorismo. Aqui utilizamos o conceito de Diniz (2004), colocando o terrorismo em termos gerais como o uso do terror para buscar fins políticos, isto é, “o emprego ou ameaça de emprego da força de uma maneira específica: o terror” (p. 6). Nesse caso, a assimetria entre os combatentes é ainda maior que na guerra de guerrilha, e os efeitos das ações são pensadas no médio e longo prazo. A destruição em si de uma ação terrorista não traz ganhos diretos para o grupo, mas sim o efeito psicológico que propaga. O objetivo político não é atingido diretamente em um ataque, mas o ataque visa que num futuro altere-se a correlação de forças entre os dois lados para a possibilidade de atingir seu propósito (DINIZ, 2004).

A partir dos anos 2000, a utilização do terrorismo cresceu no continente africano, existindo diversos grupos identificados, em diferentes regiões da África: Al Qaeda do Magreb Islâmico no Mali e Argélia; MUYAO no Níger; Al Shabaab na Somália; além de células do ISIS na Líbia, Somália entre outros (SCHMIDT, 2018). Um exemplo expoente desse tipo de atuação, é a disputa na Nigéria entre o governo e o grupo terrorista Boko Haram. Fundado em 2002, no nordeste do país, o grupo inicia sua atuação violenta em 2009, e, a partir de 2011, atua em diversas regiões, inclusive na capital Abuja. Além disso, o grupo estabeleceu bases nos vizinhos Chade e Níger para refúgio e treinamento. Uma das suas características é o sequestro de mulheres, estimando-se que, desde 2014, 2.000 mulheres e meninas foram sequestradas pelo grupo (GONZÁLEZ, 2016; HRW, 2015).

Outra característica que surge ao analisar esse tipo de disputa é a sua expansão para os países vizinhos, conhecida como “regionalização”. O transbordamento para a região através das fronteiras porosas e as respostas regionais que surgiram na década de 1990, como ECOMOG, SADC e IGAD, e logo depois UA, marcarão essa expansão dos conflitos como no caso da

Guerra Civil de Serra Leoa (1991-2002) e da Primeira Guerra Civil da Libéria (1989-1997), na região da África Ocidental, em que as tropas do ECOMOG aturam nas disputas (GONZÁLEZ, 2018; SCHMIDT, 2018).

Quadro 2: Classificação dos Conflitos Armados UCDP

Interestatal	Conflito entre dois ou mais Estados
Intraestatal	Conflito entre o governo de um Estado e grupos de oposição internos - <u>Guerra Civil</u> : disputa pelo controle do governo - <u>Conflitos Secessionistas</u> : disputa territorial com objetivo de redesenhar as fronteiras
Intraestatal Internacionalizado (Mista)	Conflito entre o governo de um Estado e grupos de oposição internos, mas com intervenção adicional de outros Estados na forma de tropas.
Extraestatal	Conflito entre um Estado e um grupo não estatal fora do território desse Estado

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nos dados de UCDP (2010); Williams (2013).

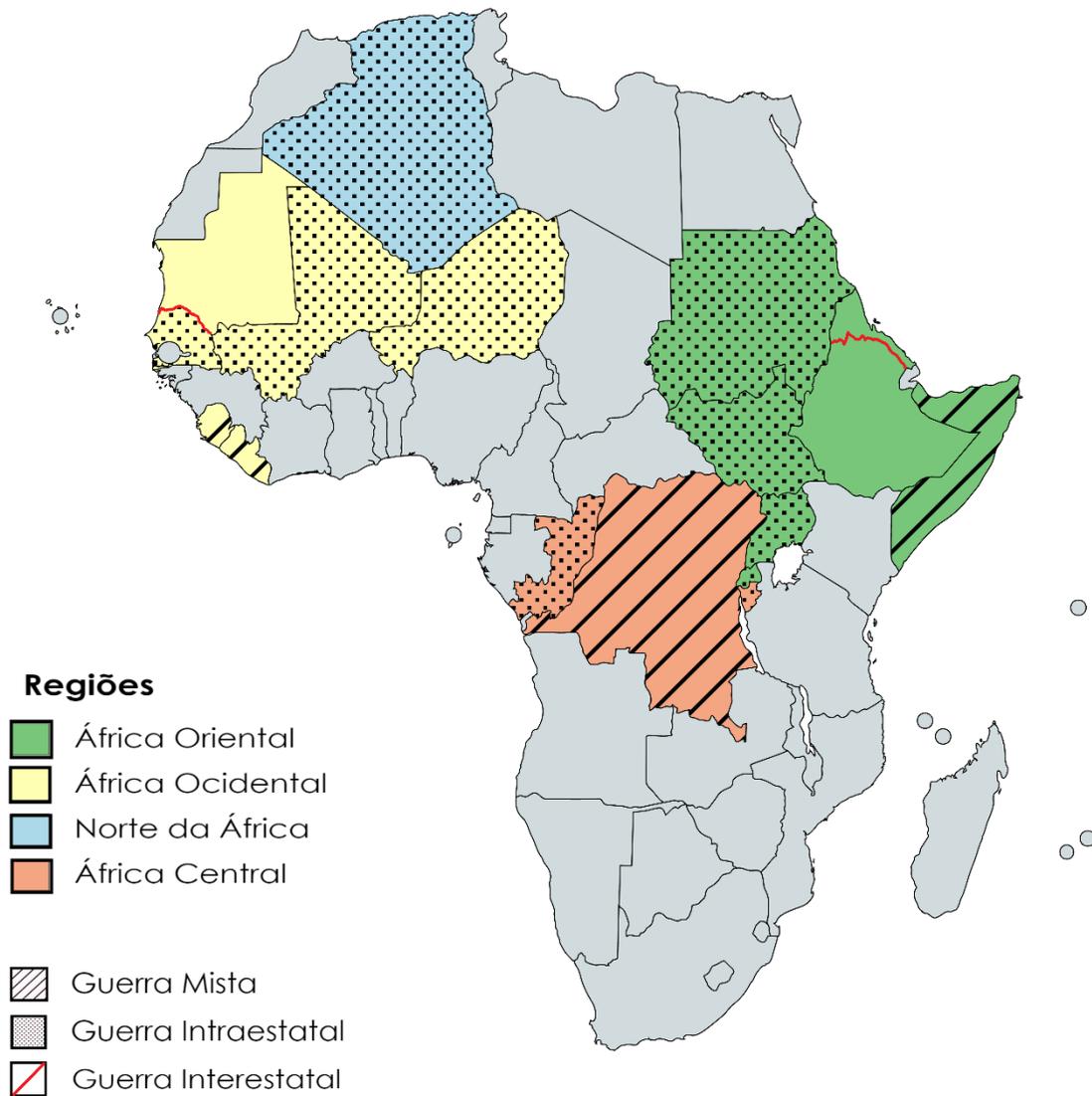
Nota: Esses conflitos indicados na tabela são classificados ainda como “Conflitos armados com base no Estado”, ou seja, que o Estado é um dos atores em disputa. Além desse tipo, a UCDP adiciona mais um tipo, os “Conflitos armados não estatais”, que ao contrário, são aqueles onde ocorre violência armada coletiva organizada, mas nenhum governo é parte da disputa (por exemplo: conflito entre comunidades, disputas entre senhores da guerra).

Portanto, como Castellano (2016) irá definir, as guerras africanas baseiam-se na tríade: (i) conflitos regionalizados; (ii) continuidade da guerra *proxy* e de rivalidades interestatais; (iii) presença de atores não estatais. Nesse sentido, como podemos ver a ameaça doméstica foi predominante no continente africano no pós-Guerra Fria. Segundo a classificação da UDCP (ver Quadro 2), esse tipo de disputa possui dois objetivos: a tomada do governo, que é definida como “Guerra Civil”, e a secessão. Cabe destacar, que essas guerras internas não produziram grandes alterações geográficas nas fronteiras do continente²⁸, pelo contrário: esses grupos insurgentes ou rebeldes na sua maioria desafiam as classes dominantes do Estado para o controle do poder central, mantendo-se dentro das fronteiras nacionais oriundas da colonização (RENO, 2011). Essa atuação das insurgências está presente na África desde os movimentos de libertação, passando, logo após, pelo descontentamento com regimes não representativos ou autocráticos em Estados marcados pelo neocolonialismo e ainda como consequências da

²⁸ No pós-Guerra Fria, no entanto, deve-se destacar a disputa no Sudão, que culminou na independência do Sudão do Sul em 2011. Além dessa, historicamente tem-se o exemplo da Eritreia, mas como falamos, as fronteiras coloniais permaneceram e são defendidas pelos países africanos.

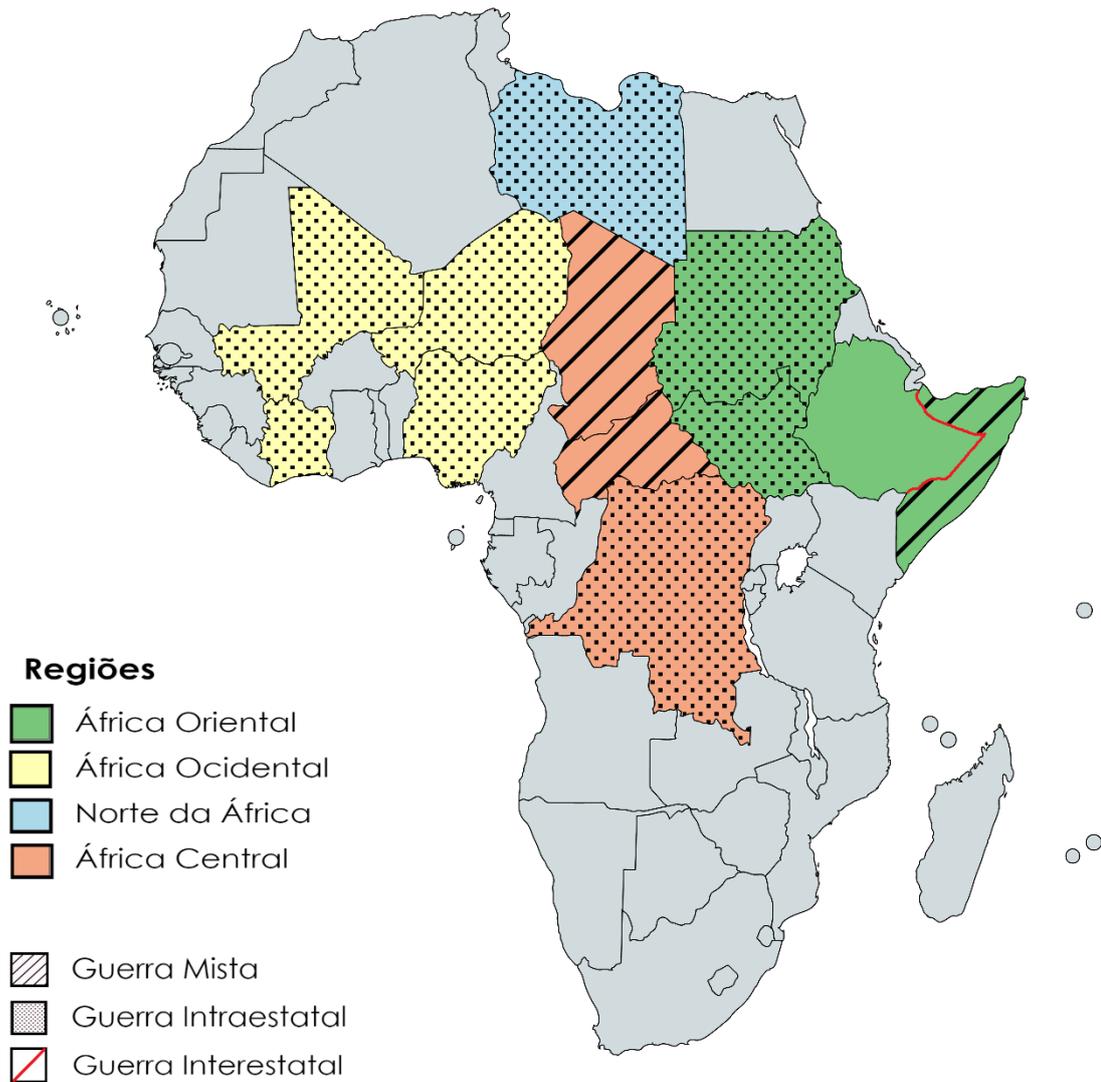
marginalização econômica da população em tempos de crise. Com o fim da Guerra Fria o caráter revolucionário desse tipo de guerra perderá espaço, abrindo campo para outras justificativas ideológicas de disputa, que veremos em seguida (RENO, 2011; CLAPHAM, 1998; GONZALEZ, 2017).

Figura 1: Mapa dos conflitos africanos por regiões e tipo (1980s-1990s)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Castellano (2019), UPDC (2010) e Williams (2013).

Figura 2: Mapa dos conflitos africanos por regiões e tipo (2000s-2010s)



Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Castellano (2019), UPDC (2010) e Williams (2013).

Em relação aos atores em disputa, utilizou-se no trabalho uma classificação baseada no UCDP (ver Quadro 2), na qual basicamente se divide em atores estatais e não-estatais. Atores militares não estatais são atores “dispostos e capazes de usar a violência para perseguir seus objetivos; e não são integrados em instituições estatais formais, como exércitos regulares” (SCHNECKENER, 2006, p. 25). Esse conceito abarca uma série de grupos diferentes, como mercenários, milícias, traficantes, terroristas e grupos insurgentes, que possuem objetivos, atuação e ideologias variadas. Além disso, o próprio Estado também pode atuar via atores não-estatais, como ocorreu na disputa em Darfur, quando milícias apoiadas pelo governo lutaram contra a revolta na região. Desde o início da década de 1960, a maioria das guerras na África

envolveu grupos armados que não fazem parte de exércitos nacionais, tornando-se um dos principais desafios enfrentados pelos Estados africanos independentes, e isso também se mostrou representativo nos conflitos pós-Guerra Fria (OKUMU; IKELEGBE, 2010). No entanto, um tipo de grupo se destacou ao longo dos anos nas disputas armadas da África: os insurgentes.

O conceito utilizado neste trabalho, de Clapham (1998) e Reno (2011), definiu grupos insurgentes como atores não estatais, que atuam através, majoritariamente, de táticas de guerrilha, contra as classes dominantes sobre o Estado, caracterizando-se por guerras intraestatais e irregulares. Segundo Clapham (1998), esses grupos surgem geralmente no campo, em territórios dos quais o controle estatal não chega, procurando contestar o poder dos Estados africanos e estabelecendo suas próprias regras.

Outro fator importante ao analisar os grupos insurgentes africanos é o papel das lideranças no movimento. Desde os grupos de libertação, passando pelos processos de construção dos Estados na África, a figura da liderança aparece como central e como ligação da base social com o Estado. Como consequência, a fusão líder e partido único (oriundos dos movimentos de libertação) marcaram dezenas de Estados no continente africano nos últimos anos (WALLERSTEIN, 2005), e a construção desses grupos novos e opositores também vai refletir essa característica. Mesmo que a maioria desses movimentos tenha surgido do campo, suas lideranças são compostas, na grande maioria dos casos, por elites urbanas – como políticos de nível médio, oficiais do exército ou estudantes – que tiveram formação na Europa e nos Estados Unidos e decidem tomar o caminho da luta armada ao poder, na percepção de que outras alternativas foram bloqueadas (CLAPHAM, 1998).

Em alguns casos, a liderança pode apenas ser o ponto de partida de anseios generalizados da população; em outros, a insurgência resultará apenas dos esforços e ambições individuais de um pequeno grupo de líderes. Mas o ponto central para o sucesso desses grupos será a capacidade de articular objetivos comuns da liderança e da base social. Dessa forma, um tema que emerge nos estudos sobre os grupos insurgentes no continente africano é a base social indígena sobre a qual a insurgência é construída. Esses grupos se caracterizam pela dependência em relação às sociedades anfitriãs, ou grupos tribais, podendo ou não refletir suas estruturas e valores, sendo que o êxito na obtenção dos fins desses grupos passa pela coesão da base social. Nesse sentido, os fatores étnico, tribal ou religioso serão utilizados como ideologia e instrumentalizados por elites políticas para esse fim: ter legitimidade e possibilidade de lutar, além de dar coesão e objetivos comum ao grupo (BADMUS, 2017; FOSSAERT, 2001).

No entanto, não se deve retirar o fator econômico e social por trás do engajamento dessa massa populacional, na medida em que grupos insurgentes surgem da marginalização econômica e do não acesso a recursos sociais, acabando por ver na luta armada a forma eficaz de tomar os recursos e obter poder (SCHMIDT, 2013; MATEOS, 2010). No mesmo sentido, o legado colonial, a dependência econômica externa e o impacto dos ajustes econômicos da década de 1980 reforçam a questão econômica como causa da emergência dos insurgentes (MATEOS, 2010).

Outro fator importante para atuação desses grupos é o seu financiamento. A guerra de insurgência foi financiada por (i) recursos externos como assistência militar ou empréstimos internacionais; e (ii) pela extração e concessão de recursos naturais. No primeiro caso, isso culminou em dezenas de dívidas internacionais dos países africanos, que os colocaram ainda mais sob dependência de potências extrarregionais. Entretanto, o segundo caso marcou os conflitos africanos pela riqueza natural que a África possui. As guerras por recursos apareceram no pós-Guerra Fria de forma mais generalizada, como será explicado na sequência em subseção específica

3.2.1 Etnia

Os conflitos africanos são amplamente caracterizados pela academia e pela mídia como conflitos baseados na etnia. A “guerra étnica” então é descrita como um tipo específico de guerra que marcou o período do pós-Guerra Fria. Segundo Stefan Wolf (2007, p.10), “mais conflitos étnicos iniciaram na última década do século XX, do que em qualquer outro século”. No entanto, percebe-se que a diferença étnica em si não é o cerne do problema, nem mesmo a homogeneidade étnica em um país significa paz. Grande parte dos países do sistema mundo são caracterizados por diversas identidades étnicas vivendo pacificamente. Ao mesmo tempo, em países como a Somália não se garantiu a harmonia interna, mesmo com uma mesma etnia presente (WILLIAMS, 2016). Além disso, a tentativa de pensar os países africanos a partir de seus grupos étnicos resultaria em uma extensa balcanização do continente, concluindo as táticas colonizatórias de “dividir para conquistar” (GONZÁLEZ, 2018). Então como entender o papel da etnia nos conflitos africanos?

Percebe-se inicialmente a necessidade de entendermos o conceito de etnicidade e etnia. Segundo Naomi Chazan et al. (1999), a etnia é uma percepção subjetiva de coletividade refletida através de origens, memórias históricas, valores e normas comuns. Da mesma forma,

Horowitz (1985) coloca que a etnia parte da ideia de proveniência comum e de uma noção de traços culturais únicos. Williams (2016) concorda com os autores, caracterizando a identidade étnica como um grupo de pessoas que compartilham referências como a descendência, a história, o destino e a cultura. Dessa forma, mais que a questão genética, a questão étnica está ligada a cultura, como o exemplo da religião. Para Hobsbawm (1990), ainda, a questão genética pode ser considerada sem importância, porque a base central dessa organização social está na própria cultura.

Ao colocar o fator cultural como central, retira-se o caráter natural ou biológico da etnia. Assim como a nação e outras identidades culturais, a etnia é socialmente construída. Etnia surge da palavra grega *ethnos*, designada para a nação, que existia em comunidades pré-capitalistas, nas quais a primeira forma de organização foi através do parentesco. No entanto, a necessidade de organizar-se a partir de um modo ou forma resulta nesse momento da necessidade de sobreviver (FOSSAERT, 2001). Williams (2016) coloca essa questão como uma intersubjetividade do conceito: a etnia para o autor é definida por meio de interações sociais, portanto, propriedade de um grupo e não de indivíduos. Nesse sentido, Chazan et al. (1999) complementa, definindo que esse grupo se consolida pela busca em conjunto da maximização dos seus interesses políticos, econômicos e sociais corporativos.

Da mesma forma, ao entender a etnia como uma organização social, percebe-se também seu caráter relacional. Segundo Williams (2016), o conteúdo de uma identidade étnica específica sempre se desenvolve em relação a um “outro”. Horowitz (1985) também coloca que a interação com outro grupo é essencial para que se estabeleça a ideia de diferenciação.

Mas as identidades étnicas contemporâneas são as mesmas das sociedades pré-capitalistas? Ao entendermos o conceito como socialmente construído, também podemos inferir que esse é transformado ao longo dos anos: etnias foram ainda mais divididas em outras tantas; algumas desapareceram; outras foram criadas a partir de novas sociedades e novas formas de organização. Na verdade, nenhuma identidade étnica é completamente homogênea: diversas disputas internas marcaram a história, transformando esses grupos. Portanto, essas mudanças passam por disputas internas e pela interação com outras sociedades. O caso africano também segue esses exemplos (VIGEVANI; OLIVEIRA; LIMA, 2008).

Na era moderna, são as instituições estatais que recebem o poder de atribuição de identidades através da “lei”. Como vimos no capítulo anterior, a etnia surge como elemento-chave da diferenciação discriminatória dos Estados coloniais na África. Em Ruanda e Burundi, no período colonial, as identidades emitidas pelos belgas identificavam pessoas e grupos étnicos específicos: hutus, tutsi e twa. Em outros casos, oficiais coloniais foram além, criando entidades

étnicas modernas. Aidan Southall (1970) escrevendo sobre os *Luhya*²⁹, observa que este grupo é um exemplo de uma entidade que foi identificada pela primeira vez como uma “tribo” durante a era colonial, portanto, um claro produto do domínio colonial. Da mesma forma, Crawford Young (1976 apud CHAZAN et al., 1999) descreve como as autoridades belgas fizeram uso do termo Ngala no século XIX para distinguir as pessoas que moravam ao longo do rio Zaire e depois estenderam o termo para incluir aqueles da área ribeirinha que migraram para Kinshasa.

Na África atual, as principais identidades étnicas surgiram do encontro entre as forças coloniais e locais. Segundo Chazan et al. (1999, p.109, tradução da autora), “a conscientização do grupo como uma entidade distinta em relação a outros grupos culturais é um fenômeno recente”, oriundo do impacto das intervenções coloniais e da “competição por poder, status, recursos econômicos e serviços sociais que acontece durante os períodos coloniais e pós-coloniais”³⁰. A chegada dos europeus trouxe novas fontes de riqueza, intensificando as lutas locais sobre os costumes, poder e propriedade: “enquanto tentavam se proteger contra os efeitos destrutivos do colonialismo, os africanos também se esforçaram para tirar proveito das novas oportunidades que isso proporcionava” (WILLIAMS, 2016, p. 143, tradução da autora)³¹. Ao entender que congelar essas identidades facilitava a administração, os colonos encorajaram os africanos a pensar etnicamente. Dessa forma, algumas etnias foram criadas, outras incentivadas, mas todas foram vistas como grupos políticos essencialmente, sustentando a organização política daquelas sociedades coloniais.

As independências não conseguiram superar essas identidades. Esses grupos tornaram-se a base das demandas das divisões dos Estados no pós-independência. Assim, a etnia tornou-se em alguns países uma categoria ligada ao Estado, colocando esses grupos dentro da disputa por recursos estatais escassos. Segundo Abner Cohen (1969, p.190) “a etnia africana é basicamente um fenômeno político e não cultural, e opera nos contextos políticos contemporâneos e não é um arranjo arcaico de sobrevivência que o povo conservador leva ao presente”.

Os conflitos contemporâneos africanos fundem-se à questão étnica por conveniência. Os conflitos são travados sob a bandeira da identidade, mas suas verdadeiras causas estariam ligadas a manutenção ou a conquista do poder. Utiliza-se da identidade como coesão e

²⁹ Grupo étnico queniano.

³⁰ Do original: “an awareness of the group as a distinct entity in relationship to other cultural groups remains a relatively recente phenomenon [...] and the intense competition over power, status, economic resources, and social services happening during the late colonial and postcolonial periods” (CHAZAN et.al.1999, p.109).

³¹ Do original: “Thus while they attempted to protect themselves against colonialism’s destructive effects, Africans also struggled to take advantage of the new opportunities it provided” (WILLIAMS, 2016, p.143).

possibilidade de polarizar a sociedade, para liderar grupos capazes de manter sua posição dominante ou que ajudem a usurpar o poder (CHAZAN et al., 1999). Segundo Miles (1984), elas são uma espécie de “neblina” que encobre as disputas políticas. Para Kaldor (2010), o termo “identidade”, seja étnico ou nacional, refere-se a uma forma de “rótulo”: “se estamos falando de conflitos tribais na África, conflitos religiosos no Oriente Médio ou no Sul da Ásia, ou conflitos nacionalistas na Europa, a característica comum é a maneira na qual os rótulos são usados como base de reivindicações políticas” (KALDOR, 2010). Portanto, etnia é vista como modo de legitimar reivindicações, sejam essas coletivas ou não:

Etnia não causa conflito armado; as chamadas guerras étnicas são geralmente resultado de lutas pelo poder político entre elites cujas ações não refletem simplesmente identidades étnicas estáticas, mas moldam identidades e as consequências políticas que as afetam. Nesse sentido, concordo com o sentimento de que a diferença étnica não tem uma forte relação com a incidência de conflitos armados. No entanto, a construção de identidades étnicas específicas para apoiar agendas políticas específicas tem sido frequentemente um ingrediente importante das guerras na África (WILLIAMS, 2016, p.141, tradução da autora)³².

Aqui, portanto, surge o papel da liderança. Moore (2003) destaca o papel da mobilização num conflito étnico: mesmo havendo razões políticas ou morais, é necessário um “centro aglutinador” para liderar. No entanto, um grupo étnico não é uma classe social única, pelo contrário. Como observamos, a questão étnica serve para legitimar certas demandas, que transformam o interesse da etnia no interesse da classe dominante, que na África está dentro do aparato estatal, como observado anteriormente neste trabalho. Portanto, a questão étnica aparece como roteiro de violência e não causa direta do conflito, como o exemplo em Ruanda em 1994 (WILLIAMS, 2016).

Em sua capacidade de estimular a conscientização e um sentimento de pertencer aos membros potenciais de um grupo, a dimensão psicológica da etnia complementa e reforça a dimensão política da ação social orientada para os interesses. Assim, um sentimento de povo pode ser fundamental para a formação e participação de grupos no processo político, no entanto, a iniciativa de uma elite permanece indispensável para a promoção e defesa dos interesses do grupo. (CHAZAN et al., 1999, p. 108, tradução da autora)³³.

³² Do original: “Ethnicity does not cause armed conflict, rather so-called ethnic wars are usually the result of political power struggles between elites whose actions do not simply reflect static ethnic identities but instead shape identities and the political consequences that flow from them. In this sense I agree with the sentiment that ethnic difference does not have a Strong relationship with the incidence of armed conflict, Nevertheless, the construction of specific ethnic identities to support particular political agendas has frequently been an important ingredient of Africa’s wars” (WILLIAMS, 2016, p.141).

³³ Do original: “In this capacity to stimulate awareness and a sense of belonging among the potential membership of a group, the psychological dimension of ethnicity complements and buttresses the political dimension of interest-oriented social action. Thus, a sense of peoplehood may be instrumental to group formation and

Pensando o tema quantitativamente, Cederman, Wimmer e Min (2010) analisaram os principais grupos étnicos de 1946-2005, definindo o que levam a eles se rebelarem: 1) quando são excluídos do poder do Estado, principalmente se perderam poder recentemente; 2) alta capacidade de mobilização; 3) experimentou conflitos no passado. Portanto, a rivalidade étnica em si não levava a disputa armada. Componentes como a marginalização, história de violência e organização são mais importantes na dinâmica que leva ao início de guerras civis.

Outra pesquisa analisou como os fatores étnicos podem ou não aumentar a probabilidade de guerras. Segundo Collier e Hoeffler (2002), sociedades mais homogêneas teriam maior probabilidade de conflito, pois resulta em domínio étnico, onde o maior grupo está entre 45% e 90% da população. No entanto, somente 40% dos países africanos possuem essa proporção, enquanto outras regiões do mundo em desenvolvimento esses números chegam a 57%. Segundo os autores, “as características sociais africanas geraram atipicamente pouco risco de guerra civil” e veem “a tendência crescente de conflitos africanos nos anos 1990 como resultado do efeito contingente das circunstâncias econômicas” e não dos “problemas profundos da África em sua estrutura social” (COLLIER; HOEFFLER, 2002, p.25, tradução da autora)³⁴.

Portanto, entende-se que a etnia serve de pano de fundo ou componente subjacente para eclosão de conflitos armados. Além disso, etnia não é uma característica estática, pelo contrário, seu conteúdo político e importância podem ser construídos ou distribuídos por atores, a fim de moldar os cenários. Os problemas étnicos são usados com um fim econômico ou político por parte das elites em aliança com os poderes estrangeiros regionais ou internacionais.

3.2.2 Religião

A dissolução da União Soviética acabou com a bipolaridade e a dicotomia internacional que moldava o sistema mundo em grande parte do século XX. Consequentemente, o grande inimigo norte-americano, o “comunismo”, perdia força e não justificava mais qualquer ação como combate a este. Era necessário criar um “outro”. E o coube ao professor norte-americano, Samuel Huntington, trazer à tona esse debate: a religião agora aparecia como força central na

participation in the political process; nevertheless, initiative on the part of an elite remains indispensable to the promotion and defense of group interests” (CHAZAN et.al. 1999).

³⁴ Do original: “On average, over the period from 1965 to 1999, Africa had an incidence of conflict similar to that in other developing regions. However, its structure of risk was very different. Africa’s economic characteristics generated an atypically high risk of conflict, but this was offset by its social characteristics, which generated an atypically low risk. [...] The analysis suggests that the rising trend of African conflict is not due to deep problems in its social structure, as suggested by Kaplan (2000), but rather is the contingent effect of economic circumstances” (COLLIER; HOEFFLER, 2002, p.25).

política mundial. A tese de Huntington (1998) defendia que a história humana era em essência um recorrente “choque de civilizações”, essas definidas em torno da religião na maioria das vezes. Não eram mais questões econômicas ou políticas que desencadeariam as guerras, mas sim questões culturais. Dessa forma, as civilizações Ocidental (cristã) e islâmica estariam em constante confronto por hegemonia. Os atentados de 11 de setembro de 2001 dariam ainda mais força para essa visão, colocando o terrorismo, os árabes e o islã num mesmo nível e do mesmo lado, e o “nós”, ocidentais, de outro (SAID, 2007).

Da mesma forma, esse “confronto” é levado para as disputas africanas também. Huntington (1998) afirma que essas civilizações, especialmente o Islã, eram os responsáveis por diversos conflitos no continente africano: Sudão, Nigéria, Etiópia, Chade, Quênia e Tanzânia. No mesmo sentido, em 2015, a *The Economist* (2015) defende que o islamismo violento se tornou a maior ameaça à paz e estabilidade na África. As insurgências africanas eram cooptadas pelo “câncer do jihadismo”, explorando as tensões religiosas em pelo menos 18 Estados africanos³⁵. No entanto, percebe-se um caráter reducionista nesse tipo de discurso, principalmente ligado ao islamismo, e conseqüentemente, é falsamente criada uma nova realidade no século XXI.

Deve-se, entretanto, separar a religião em si de suas interpretações e organizações. O conceito de religião pode ser usado para todas as suas variantes, segundo Durkheim (2001), estando ligado a crença na existência de um poder ou princípio distinto sobre o mundo material (ELLIS; TER HAAR, 2004). Na África independente, três grandes religiões continuaram presentes nas sociedades: a tradicional, ligada aos povos pré-coloniais; o Islã e o Cristianismo. Contudo, seus componentes políticos estão ligados às organizações religiosas, as quais são responsáveis pela formação e organização dos fiéis, e que na maioria das vezes tornam-se grupos políticos importantes. Além disso, essas organizações atuam a partir da interpretação dos escritos ou costumes religiosos. Conseqüentemente, Williams (2016) afirma que ao se colocar aberta a interpretações, a religião adquire uma característica volátil, podendo ser instrumentalizada para legitimar atos violentos, mas também para promoção da paz. Nesse sentido, as elites políticas que lideram essas organizações utilizam desse recurso para a promoção de suas agendas.

Portanto, assim como as identidades étnicas, a religião possui um caráter de identidade, sendo uma base poderosa de mobilização e coesão, se tornando um ingrediente importante para endossar roteiros para a violência no continente. Na guerra da Libéria, segundo Stephen Ellis

³⁵ Esses eram: Argélia, Camarões, RCA, Chade, Egito, Eritreia, Etiópia, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia e Uganda (THE ECONOMIST, 2015).

(1999), mesmo não sendo a causa da guerra, a religião impactou diretamente no andamento do conflito, pois “as maneiras pelas quais as pessoas em todos os níveis pensavam sobre o poder estavam enraizadas na ideologia religiosa” (p.304). Dessa forma, diversas práticas foram levadas aos campos de batalhas, como o canibalismo.

Diversos estudos sobre os conflitos africanos e religião, como de Basedau e De Juan (2008); Bjorn Moller (2006); Basedau et al. (2011) concluíram que as questões religiosas eram pelo menos causas parciais dos conflitos quando politizadas. No Sudão, na Nigéria, na Argélia, na Libéria, entre outros, a religião aparece essencialmente como força mobilizadora das massas. Portanto, mesmo a religião sendo um ingrediente importante, só ganha esse status quando ligada a luta entre grupos dominantes concorrentes.

3.2.3 Recursos naturais

A disputa por recursos por atores internos ou externos ao país sempre esteve presente nos conflitos africanos. A África sempre foi reconhecidamente uma região rica em recursos naturais e, por essa questão, esteve no centro de inúmeras disputas internacionais, desde o próprio colonialismo às atuais questões petrolíferas (MEREDITH, 2017).

Muitos conflitos armados surgidos no pós-Guerra Fria no continente são denominados como “guerras por recursos”. Nessas disputas, as concorrências político-ideológicas seriam colocadas de lado por indivíduos gananciosos que teriam como objetivo maior a acumulação de riquezas via extração desses recursos naturais, como petróleo, diamantes, entre outros (WILLIAMS, 2016). A retirada das superpotências do continente africano nos anos 1990 teria ainda incentivado esse tipo de conflito, obrigando os beligerantes a se autofinanciarem (SCHMIDT, 2013).

A tese da “ganância”, como denominou Williams (2016, p.86), ganhou força nesse período: era simples definir a lógica econômica como causa única para o conflito num continente rico em recursos naturais; e era atraente para o centro capitalista, pois sustentava que o uso de sanções que cortassem os recursos dos rebeldes seriam suficiente para a solução das disputas e, conseqüentemente, não precisariam se envolver política e militarmente nesses conflitos. O caso da Somália na década de 1990 representa isso: no momento que os EUA viram que o engajamento político-militar estava sendo desvantajoso, principalmente após o episódio de *Black Hawk Down*³⁶, a solução passou a ser as sanções internacionais (CARDOSO, 2019).

³⁶ Em maio de 1993, mediante a autorização do CSNU (resolução 814), a UNOSOM II foi estabelecida, sob auspício do capítulo VII da carta da ONU. Em outubro, um incidente que terminou com a derrubada de dois

Além disso, não se discute o papel das corporações internacionais como facilitadoras de compra e venda desses produtos, colocando toda a responsabilidade nos políticos africanos.

Essa simplificação carece de conteúdo explicativo para esses conflitos, e retoma explicações despolitizadas para explicar as disputas africanas, caindo novamente no “barbarismo” (GONZÁLEZ, 2018). As motivações econômicas para a eclosão da guerra são importantes no capitalismo, mas não existem guerras apenas por pilhagens (WILLIAMS, 2016). Segundo Jeffrey Herbst (2000), se esses fossem os motivos das disputas,

por que líderes como Jonas Savimbi ou Charles Taylor não sacam dinheiro depois de ganharem milhões, investem esse dinheiro em um fundo de hedge e se retiram para um ambiente mais agradável? Por que eles continuam se engajando na estratégia extraordinariamente perigosa e talvez não lucrativa de tentar capturar a capital? (HERBST, 2000, p.276-277, tradução da autora)³⁷.

Recurso, como o próprio significado da palavra diz, são meios úteis para a obtenção de uma agenda específica. Portanto, não são fenômenos a parte da sociedade, mas é a sociedade que cria esses “recursos”: não sua materialização em si, mas seu significado político-econômico. Segundo Philippe Le Billon (2001, p.565, tradução da autora) “se a natureza é ou não transformada em um recurso está relacionada a desejos, necessidades e práticas humanas”³⁸, portanto, é necessário a criação de mercados e cadeias associadas. O exemplo do diamante demonstra isso: se tornou um recurso importante por seu valor simbólico. Além disso, mudanças nos processos produtivos mundiais alteram o valor desses recursos. Minas de estanho, antes abandonadas, se tornaram valiosas com a importância de microprocessadores. Como Williams (2016) enfatiza, a construção social de recursos está diretamente ligada ao desenvolvimento da economia global, tornando esses conflitos mais transnacionais, regionais e globais.

Nesse sentido, ao entender esses recursos como “meios”, percebe-se a importância que esses têm para a guerra, não como causa, mas como capacidades para a vitória ou apenas para prolongamento do conflito. Esses recursos naturais no continente africanos aparecem na maioria das vezes como “financiadores” das disputas. Os diamantes de sangue de Serra Leoa,

helicópteros UH-60 *Black Hawk* e na morte de dezoito soldados estadunidense no centro de Mogadíscio, acabou por antecipar a saída das forças norte-americanas da Somália, retirando-se do país no início do ano seguinte (RENO, 2011).

³⁷ Do original: “Why do leaders such as Jonas Savimbi or Charles Taylor not cash out after they have made millions, invest those monies in hedge fund and retire to more pleasant surroundings? Why do they continue to engage in the extraordinarily dangerous and perhaps unprofitable strategy of trying to capture the capital?” (HERBST, 2000, p.276-277).

³⁸ Do original: “Whether or not nature is transformed into a resource is related to human desires, needs, and practices; or, from a political economy perspective, the conditions, means and forces of production” (LE BILLON, 2001, p.565).

Angola e Libéria serviram para sustentar os grupos combatentes na guerra civil; a “guerra por Coltan” na RDC; e atualmente, o tráfico de petróleo e outros recursos, além da própria pirataria no Golfo da Guiné e no Golfo de Adem cumprem esse mesmo papel (CASTELLANO, 2012). No entanto, isso não quer dizer que o conflito é sobre os recursos em si.

Além do financiamento e sustentação dos conflitos, o lucro advindo da exploração desses recursos na guerra incentivou que essa não terminasse, dificultando as tentativas de pacificação. O caos da guerra, ou a “economia de guerra”, beneficia a atuação desses grupos no comércio internacional, não interessando, dessa forma, um acordo de paz (ÁLVAREZ ACOSTA, 2011; MATEOS, 2010).

Deve-se também analisar quem são os atores que extraem e vendem esses recursos em meio ao conflito armado. O papel das classes dominantes aqui aparece como central. As frações da classe burocrática em disputa se aliam para manter o comércio desses recursos (WILLIAMS, 2016; SAMOFF, 1982). A partir de um relatório do Conselho de Segurança da ONU, concluiu-se que a exploração ilegal de recursos naturais na RDC era feita através de uma “rede de elite”, operando em três regiões do país: controlada pelo governo, controlada por Ruanda e controlada por Uganda. Essa “elite” era formada por políticos, militares e funcionários públicos que atuavam em aliança com corporações internacionais, passando por onze Estados africanos para chegar aos seus endereços finais, na Ásia, Europa, Oriente Médio e América do Norte (UN, 2003). Essa classe burocrática, como já conceituamos, detém o poder econômico através do domínio do Estado, mostrando a importância da tomada deste pelos grupos insurgentes.

Quando não é possível o comércio durante o conflito, atores em disputa utilizam do que Michael Ross (2004) chamou de “futuro montante”: o direito de explorar recursos que o vendedor potencial ainda não capturou. Atores estatais e não-estatais negociam com corporações internacionais o direito de exploração de recursos naturais assim que tomado o poder, em troca de financiamento. Mesmo grupos rebeldes, que inicialmente possuíam poucos recursos, utilizavam da proteção em combate dessas regiões para negociar com o centro capitalista. Esse tipo de acordo foi significativo em diversos conflitos africanos. Na RDC, quando ficou claro que Laurent Kabila iria derrubar o regime de Mobutu em 1997, o primeiro conseguiu assinar um acordo no valor de US \$ 885 milhões com a American Mining Fields. Da mesma forma, na República do Congo, Denis Sassou-Nguesso recebeu US \$ 150 milhões da empresa petrolífera francesa Elf-Aquitaine para derrotar o presidente em exercício, Pascal Lissouba. Esse acordo garantiu o acesso da Elf ao petróleo congolês no governo de Sassou (WILLIAMS, 2016; ROSS, 2004).

Nesse sentido, pode-se ligar os recursos naturais aos conflitos a partir de quatro pontos, segundo Macartan Humphrey (2005). O primeiro e o segundo estão ligados ao desenvolvimento do conflito, sendo o (i) financiamento dos grupos beligerantes e quando (ii) os lucros da exploração dos recursos desincentivam a paz. Os outros estariam ligados a eclosão desses conflitos: (iii) a ideia de “maldição dos recursos”, disponibilizando grandes quantias para as elites no poder; e (iv) a má distribuição desses lucros oriundos dos recursos. Em vista disso, percebe-se que pensar um vínculo automático entre abundância/escassez de recursos naturais com a emergência de conflitos armados se torna inverídico. São os contextos e agendas políticas que tornam esses recursos importantes para a guerra, suas dinâmicas e duração. O caso da RDC demonstra essa posição: a guerra inicia a partir de disputas nas fronteiras com Ruanda e Uganda. A partir disso, a economia política ligada aos recursos naturais do país se tornou crucial para o conflito (CASTELLANO, 2012). Portanto, entende-se neste trabalho que os recursos não são ingredientes centrais para a eclosão das guerras na África pós-Guerra Fria, mas são componentes importantes para entender o desenvolvimento desses conflitos.

4 MUDANÇAS SISTÊMICAS E SEUS IMPACTOS NA PERIFERIA: DA “TRAGÉDIA” AO “RENASCIMENTO”

A mudança na correlação de forças nos anos 1990, como resultado do fim da Guerra Fria, provocou diversas mudanças no continente africano. O agravamento dos problemas socioeconômicos do continente com a crise internacional da década de 1970 e as ameaças à segurança oriundas de grupos terroristas irão marcar o período dos anos 1990 à segunda década do século XXI. Como vimos no capítulo anterior, diversas guerras irão emergir no continente africano, especialmente nas regiões Ocidental, nos grandes Lagos e no Chifre africano (ver Figuras 1 e 2)³⁹. Dessa forma, esse capítulo busca trazer os aspectos sistêmicos - estruturais e conjunturais - que impactaram os países africanos e resultaram nessas disputas violentas, sem esquecer do papel dos africanos nessa relação.

4.1 OS IMPACTOS DA CRISE SISTÊMICA NO CONTINENTE AFRICANO: A CRISE DOS ANOS 1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, também termina a *Pax* Norte-Americana, iniciando um período de crise e transição no Sistema Mundial (VIZENTINI, 2000). No entanto, as mudanças sistêmicas iniciam ainda na década de 1970, com a Guerra do Vietnã. Arrighi (2006) vai dividir essa crise em duas categorias: uma crise de legitimidade e uma de lucratividade. A década de 1970 vai ser marcada pelo aumento do conflito social no EUA e a sua derrota no Vietnã, demonstrando o início da crise de legitimidade da hegemonia norte-americana (SILVER; SLATER, 2001; WALLERSTEIN, 1992). Segundo Vizentini (2000, p.144), “a guerra do Vietnã teve graves consequências político-sociais domésticas para os EUA”: a guerra e os movimentos de oposição a ela ganharam força em maio de 1968 pelo mundo. Da mesma forma, ela reproduzia a real disputa dos países do terceiro-mundo em busca de uma alternativa diferente da estadunidense, dando força a demanda terceiro-mundista de uma nova ordem econômica internacional menos desigual (SILVER; SLATER, 2001). Da mesma forma, os protestos dos movimentos dos negros norte-americanos por direitos civis irão alavancar ainda mais essa crise social interna⁴⁰.

³⁹ A região austral do continente fica de fora por causa do fim dos conflitos que ocorreram ainda na Guerra Fria. Nesse momento, essa região passa por um processo de pacificação, com o término dos conflitos em Angola e Moçambique, com a independência da Namíbia e o fim do *Apartheid* na África do Sul (SCHMIDT, 2013).

⁴⁰ Diferentemente das crises hegemônicas passadas, em que a intensificação das rivalidades entre as grandes potências resultou na intensificação do conflito social; na crise da hegemonia dos EUA foi a intensificação do

No entanto, foi a economia americana que sofreu o maior desgaste com a guerra no sudeste asiático: os gastos militares resultaram em déficits orçamentários e comerciais elevados para os norte-americanos. Esta sobrecarga era mais um sintoma de um problema estrutural: “a crise do modelo de acumulação do pós-guerra, assentado no paradigma fordista-keynesiano (modelo baseado na produção em grande escala em linha de montagem, apoiada pela intervenção do Estado em apoio à economia e à distribuição de renda)” (VIZENTINI, 2000, p. 144). A crise de lucratividade do modelo, portanto, fica aparente: as pressões competitivas colocam em xeque o modelo fordista-keynesiano, quando a divisão internacional do trabalho deixa de corresponder às demandas de consumo e produção, iniciando uma fase de financeirização e assim aumentando a polarização da riqueza interna e internacional (ARRIGHI, 2006). Dessa forma, Arrighi (2006) reforça, concluindo que

As políticas e ideologias que tiveram papel essencial para provocar e manter a expansão mundial do comércio e da produção nos anos 1950 e 1960 – o chamado keynesianismo em sentido ampliado – tornaram-se contraproducentes, tanto em termos sociais quanto econômicos, depois que a expansão intensificou a competição por recursos humanos e naturais cada vez mais escassos. Mas a crise de legitimidade também se deveu ao custo social e econômico crescente do emprego da coação pelos Estados Unidos para conter o desafio comunista no Terceiro Mundo (ARRIGHI, 2006, p. 43).

Como respostas a essa série de problemas, os Estados Unidos desencadearam uma contraofensiva estratégica e sistêmica: primeiro, no campo político-ideológico, trazendo para o centro das discussões internacionais o problema ecológico - anunciando um esgotamento dos recursos naturais e das fontes de energia não-renováveis, e denunciando o crescimento populacional e a destruição do meio-ambiente. Era a defesa do que Vizontini (2000) vai chamar de *crescimento zero*, o qual tem como objetivo a reconversão produtiva internacional. Depois, no âmbito diplomático-militar, a aproximação Washington-Beijing⁴¹ teve papel de destaque, junto ao desengajamento parcial nas disputas securitárias locais, repassando a atuação nessas questões para aliados locais⁴². E por fim, na esfera econômico-financeira-tecnológica, ao mesmo tempo que termina a paridade do dólar com o ouro, no governo Nixon (1969-1974), a

conflito social dentro do país que precedeu e moldou a intensificação das rivalidades entre as grandes potências (SILVER; SLATER, 2001).

⁴¹ Enquanto a República Popular da China vivia uma época de isolamento nos anos 1970 e crise interna decorrente da Revolução Cultural, os EUA buscavam uma solução para o problema do Vietnã e um aliado asiático para redução dos gastos militares. Dessa forma, a aproximação dos países se deu com o ingresso da China no Conselho de Segurança da ONU, no lugar de Taiwan, e apoio chinês na contenção do Vietnã do Norte, da URSS e dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. Essa relação ficou conhecida como diplomacia do ping-pong (VIZENTINI, 2000).

⁴² Diversas guerras *proxys* acontecem nesse momento no continente africano, como o exemplo de Angola, com os EUA e China apoiando a UNITA contra o MPLA (SHUBIN, 2008).

adoção de política protecionistas comerciais e o aumento dos preços do petróleo tiveram o objetivo de recuperar a competitividade da economia americana.

Essas políticas atingiram diretamente os potenciais concorrentes da hegemonia em decadência: os preços do petróleo impactaram Europa e Japão, grandes importadores; a aproximação com a China visava conter a URSS e as revoluções sociais no Terceiro Mundo (VIZENTINI, 2000; ANDERSON, 2015). A adoção da revolução científica-tecnológica⁴³, como resposta aos choques do petróleo, irá resultar numa Terceira Revolução Industrial, alterando a divisão internacional da produção, ao transferir as indústrias tradicionais para a periferia e tornando os países centrais pós-industriais (focados na alta-tecnologia) (VIZENTINI, 2000).

Na década de 1980 essa crise se acentua, ocorrendo uma mudança na política dos EUA novamente. Com uma onda conservadora no governo Ronald Reagan (1981-1989), inicia-se o que seria chamado de “2ª Guerra Fria”, alterando a atuação militar na periferia e iniciando uma nova corrida armamentista com a URSS; mas também na esfera econômica, abandonando o *New Deal*/fordismo pelo modelo neoliberal (VIZENTINI, 2000; ANDERSON, 2015). Essa mudança também desencadeou uma contrarrevolução no Terceiro Mundo, com conflitos de baixa intensidade e utilização do neoliberalismo como estratégia profunda de manutenção das relações desiguais (MARTINS, 2010; HALLIDAY, 2007).

Essas mudanças ocorridas desde a década de 1970 alteraram as dinâmicas da economia mundial, transformando os EUA, de maior fonte de liquidez mundial e investimento direto nos anos 1950 e 1960, na maior nação devedora do mundo (com déficit comercial chegando a 450 milhões nos anos 2000) e ao mesmo tempo no maior recebedor de capital estrangeiro (com o aumento dos juros reais) (ARRIGHI, 2006; TODD, 2003). Segundo Arrighi (2006, p.47), “essa foi uma inversão de proporções históricas que refletiu uma extraordinária capacidade absoluta e relativa da economia política norte-americana de atrair capitais do mundo inteiro”. De fato, o que acontece é uma alteração nas bases da hegemonia norte-americana – *keynesianista*/fordista - criada ainda na primeira metade do séc. XX, com consequências diretas para o Terceiro Mundo (HERNANDEZ, 2010; WALLERSTEIN, 2010).

⁴³ A articulação de um salto tecnológico objetivava recuperar e redimensionar a acumulação de capital, esvaziar as conquistas trabalhistas, manter a vanguarda e a dominação sobre a economia dos países periféricos e anular os avanços produtivos obtidos pelo campo socialista. Essa revolução focou nas áreas de informática, comunicação biotecnologia, robótica e supercondutores (VIZENTINI, 2000).

No caso africano, as décadas de 1980⁴⁴ e 1990, marcadas pelo fim da Guerra Fria e saída das superpotências do continente, tiveram como consequência a perda de importância e de capacidade de barganha da África no cenário internacional. Com a dissolução da URSS, países apoiados pela superpotência socialista perdem repentinamente sua ajuda, levando a uma onda de abertura econômica em todo o continente. Como consequência, os EUA também retiram grande parte do dinheiro que apoiava regimes aliados. Os choques do petróleo iniciariam essa crise, com uma onda de acontecimentos com efeito acelerador, que culminaria numa em duas “décadas perdidas” na África (1980 e 1990) (VISENTINI, 2012; CHAZAN et al., 1999).

O aumento dos preços globais do petróleo em 1973, após a Guerra de Yom Kippur⁴⁵, passaram de cerca de US\$ 3 por barril para mais de US\$12 em 1974. O segundo choque, em 1979, devido a Revolução Iraniana, levou os preços ultrapassarem US \$ 35 em 1981 (IHONVBERE, 1992). Embora o consumo de combustíveis fósseis no continente africano seja substancialmente menor que nas economias centrais, o aumento dos custos afetou direta e indiretamente a região. Segundo Chazan et al. (1999), as compras de combustíveis passaram de 6% em meados da década de 1960 a 18% do total das importações da região no final da década de 1970. Além disso, com o aumento dos custos de energia, o preço dos produtos manufaturados também aumentara. Ainda, a revolução tecno-científica acaba surgindo também como resposta a essa crise, com o emprego de materiais sintéticos da Terceira Revolução Industrial no lugar das fontes de energia e recursos naturais tradicionais. Como consequência, as exportações africanas foram igualmente prejudicadas pela crescente recessão e pelas políticas protecionistas empregadas pelos países desenvolvidos, levando a deterioração dos preços dos produtos primários, enquanto sua demanda também se reduzia (VISENTINI, 2014; ARRIGHI, 2006).

A saída da crise encontrada pelos governos africanos nesse momento foi a obtenção de empréstimos no exterior, para sustentar gastos e crescimento. No entanto, essas escolhas eram reflexo da conjuntura naquele momento, ligada às estratégias de desenvolvimento traçadas pelos governos africanos e as oportunidades criadas pela mudança dos mercados financeiros globais, como ressalta Chazan et al. (1999). O excedente de petrodólares irá inundar o mercado monetário internacional e como consequência ocorrerá um rápido acúmulo de dívida externa da África Subsaariana. Do início da década de 1970 ao início da década seguinte, a dívida externa da região aumentou de cerca de US\$ 5 bilhões para US\$ 151 bilhões. Em 1985, a dívida

⁴⁴ A Guerra Fria na África termina antes, com a saída das superpotências do continente ainda na segunda metade dos anos 1980.

⁴⁵ A Guerra de Yom Kippur Guerra, também conhecida como Guerra Árabe-Israelense de 1973, foi um conflito militar ocorrido entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel.

externa chegou a 43% do PIB da África e 218% do total das exportações da região (CLAPHAM, 1996).

Além da magnitude, a composição da dívida também se tornou um problema. Segundo Chazan et al. (1999), no início da década, 5% apenas das dívidas eram oriundas de bancos privados, enquanto 70% vinham de fontes oficiais. Em 1983, esses números chegariam a cerca de 33% na mão dos bancos privados e as fontes oficiais haviam caído para cerca de 58%. Isso torna-se um problema devido às condições de pagamento dessas dívidas:

[os] financiadores bilaterais ou multilaterais [...] forneciam termos concessionais, incluindo taxas de juros mais baixas e vencimentos mais longos. Ao longo dos próximos anos, mais empréstimos foram feitos por fontes privadas [...]. Uma parcela maior dos empréstimos de fontes bilaterais também foi feita de maneira não-convencional. Em suma, uma proporção crescente da dívida da África existia em termos mais difíceis (CHAZAN et al., 1999, p. 331-332, tradução da autora)⁴⁶.

Com o governo Reagan, na década de 1980, a nova política econômica norte-americano deslocou o fluxo de capital para o centro, deflacionando o investimento no resto do mundo. A desregulamentação financeira e as altas taxas de juros reais fizeram esses países adquirirem dívidas impagáveis (WOOD, 2014). Segundo Clapham (1996, p.166, tradução da autora), “as divisas estrangeiras, que antes estavam disponíveis com bastante facilidade, foram repentinamente desligadas como uma torneira, deixando aqueles que anteriormente as desfrutavam com uma necessidade desesperada de encontrar alguma fonte alternativa”⁴⁷. O Plano de Ação de Lagos (1981) foi uma dessas propostas de solução. Os membros da OUA, ao vincularem a crise aos choques externos - deterioração dos termos de troca, protecionismos das potências centrais e aumento dos juros -, viam como solução para crise o aumento das capacidades de mobilização de recursos dos Estados africanos e do patrocínio a integração e cooperação regional (OUA, 1981). Entretanto, a alternativa que venceria e que foi empregada era a expansão do neoliberalismo via organismos internacionais, exemplificado com o Relatório Berg (1981)⁴⁸.

⁴⁶ Do original: “Bilateral or multilateral lenders [...] many of which provided concessional terms including lower interest rates and long maturities. Over the next several years more of the region’s borrowing was done through private sources [...]. A greater share of the borrowing from bilateral sources was also done on a nonconcessional basis. In sum, an increasing proportion of Africa’s debt existed on harder terms” (CHAZAN et.al. 1999, p.331-332).

⁴⁷ Do original: “Foreign Exchange, which had previously been fairly easily available, was suddenly turned off like a tap, leaving those who had previously enjoyed it with a desperate need to find some alternative source” (CLAPHAM, 1996, p-196).

⁴⁸ O Plano Indicativo de Ação do Banco Mundial publicado em 1981, mais conhecido por Relatório Berg avaliou as causas da crise africana como majoritariamente internas, criticando principalmente as políticas dos governos africanos e caracterizando como excesso de intervenção do Estado. Suas soluções então seriam a

A renegociação de acordos e empréstimos pelos Organismos Internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, então, foram condicionadas a reformas políticas de cunho democratizante e econômicas de cunho neoliberal. Quarenta Estados africanos pediram a renegociação das dívidas e aderiram aos programas de ajustes (VISENTINI, 2014). Regimes ditatoriais, antes apoiados pelas potências, agora eram pressionados a adotar sistemas democráticos (ARRIGHI, 2006). A imposição da globalização neoliberal e da “democracia de ajustes” ignorou a realidade e as necessidades das sociedades africanas, impondo uma desindustrialização estrutural, uma desnacionalização das indústrias e a privatização dos serviços públicos por companhias sediadas nas maiores potências capitalistas (ÁLVAREZ ACOSTA, 2011; WOOD, 2014). Defendeu-se, por consequência, a produção para exportação e a remoção de controles de importação nos países do Terceiro Mundo, tendo que competir agora com os produtores ocidentais subsidiados (WOOD, 2014). Dessa forma, Visentini (2016a) conclui que a redução do apoio externo e do setor público acabou por reduzir a base de apoio dos governos e ampliou os grupos marginalizados.

Aos países subdesenvolvidos, em desvantagem dentro do processo de globalização, exigiu-se abandonar as políticas protecionistas, reduzir o papel do Estado e do setor público na economia nacional e abandonar os programas sociais, entre outros. Se generalizaram os Programas de Ajuste Estrutural e, a passagem de fórmulas centralizadas para as de democracia multipartidária: o Estado estava enfraquecendo (ÁLVAREZ ACOSTA, 2011, p.42, tradução da autora)⁴⁹.

Nesse sentido, a queda na renda, nos investimentos e nos gastos públicos durante a década de 1980 resultou num aumento acentuado da pobreza e diminuição dos padrões de vida das massas africanas. Além dos problemas econômicos, questões ecológicas irão acentuar a crise social. Segundo Cardoso (2019), uma seca de grandes proporções irá assolar a região do chifre africano nos anos 1970, provocando a queda na produtividade agrícola, e por consequência o aumento da fome endêmica. A diminuição das políticas públicas levará a um retrocesso sanitário também, com a retomada de epidemias (VISENTINI, 2014).

Com as privatizações, diversas empresas faliram ou se tornaram monopólios privados, levando a diminuição da capacidade de articulação política e sustentação do Estado na África.

desvalorização da moeda, desmantelamento de proteção industrial, incentivos fiscais a produção agrícola e exportação e privatização das empresas estatais (ARRIGHI, 2006)

⁴⁹ Do original: “A los países subdesarrollados, en desventaja dentro del proceso globalizador, se les exigió abandonar las políticas proteccionistas, reducir el papel del Estado y del sector público en la economía nacional y abandonar los programas sociales, entre otros. Se generalizaron los Programas de Ajuste Estructural y el paso de fórmulas centralizadas a las de democracia multipartidista: el Estado se debilitaba” (ÁLVAREZ ACOSTA, 2011, p.42).

Ao tirar do aparato estatal parte de seu poder - as empresas nacionais - com as políticas austeras, essa classe dominante autóctone não consegue sustentar o modelo criado ainda no período colonial. Mas também não vê vantagem em permanecer no modelo. Dessa forma, para Chazan et al. (1999), as elites governantes africanas se viram vulneráveis às oposições internas, agora sem o apoio dos antigos aliados (externos e internos tradicionais), o que acabou por eclodir diversas guerras intraestatais na década de 1990. Segundo Samir Amin (2006, p. 253), essa involução das décadas de 1980 e 1990 alimentaram explosões sociais que resultaram “naturalmente na fragmentação do país, em sua cisão em regiões étnicas ou pseudo-étnicas, produzidas pela cisão do bloco social dominante até o momento e na perda da legitimidade do Estado”. No mesmo sentido, Schmidt (2013) reafirma que

Os nascentes movimentos pró-democracia foram atropelados por senhores da guerra, bandos criminosos e grupos paramilitares, desprovidos de ideologia política ou programa, eram movidos pelo vácuo de poder. [...] À medida que os Estados e as economias se fragmentavam, os oportunistas mobilizavam os alienados, empobrecidos e desempregados para reivindicar sua parcela de poder e recursos com base na sua raça, etnia, clã ou religião (SCHMIDT, 2013, p.193, tradução da autora)⁵⁰.

Pode-se dizer, então, que o advento dessas disputas armadas ocorre pela reacomodação geopolítica decorrente da retirada parcial das grandes potências e das condicionalidades que os organismos internacionais passaram a impor sobre os Estados africanos. Em um estudo comparado entre os países africanos e asiáticos nas décadas de 1970 e 1980, Arrighi (2006) tenta elucidar as causas do que ele chamou de “tragédia africana” dos anos 1980 e 1990. Em vez da justificativa que a crise africana ocorreu em decorrência das “más” políticas das elites governantes, defendida pelo Relatório Berg, sugere que a crise se deveu primeiramente aos processos estruturais e conjunturais da economia global. Easterly e seus co-autores (1993) vão chamar de “boa” ou “má sorte”. Nesse sentido, o que “parece ser “boa” ou “má sorte” tem, na verdade, raízes profundas numa herança histórica específica que posiciona um país ou uma região de forma favorável ou desfavorável em relação aos processos estruturais e conjunturais dentro do sistema mundial” (ARRIGHI, 2006, p.58). Dessa forma, a “tragédia africana” ocorre principalmente pela herança pré-colonial e colonial - na estrutura econômica e social interna e externa-, que fez com que a região não conseguisse responder a intensa competição gerada pela resposta dos Estados Unidos à crise dos anos 1970 (ARRIGHI, 2006).

⁵⁰ Do original: “nascent prodemocracy movements were trampled as warlords, criminal gangs, and paramilitary groups devoid of political ideology or program moved into the power vacuums [...] As states and economies fragmented, opportunists mobilized the alienated, impoverished, and unemployed to claim their share of power and resources on the basis of their race, ethnicity, clan, or religion” (SCHMIDT, 2013, p.193).

Entretanto, não se deve retirar a responsabilidade das elites africanas. Além de manter as estruturas coloniais com o neocolonialismo, também manteve as estruturas tribalizadas de clientelismo político. Além de terem aceitado a alternativa neoliberal, em vez da busca pela integração do Plano de Lagos, manteve o pagamento das dívidas externas, mesmo com o caos social dentro dos seus países. Por fim, ainda optaram pela disputa armada (ARRIGHI, 2006; EASTERLY et al., 1993).

Portanto, com a diminuição do aparato estatal e da retirada de aliados externo, outras forças emergem para ocupar esse espaço, aumentando acentuadamente a instabilidade interna no continente na década de 1990. Essas guerras civis, que por si só já produzem divisão nacional, na África é acompanhada de micronacionalismos ligados a questões da etnicidade e tribalismo que não foram superados na formação recente desses Estados (ARRIGHI, 2006; CLAPHAM, 1996).

Depois das tentativas do FMI e do Banco Mundial falharem, chegando a aumentar a crise dos anos 1980, a tentativa internacional para solução securitária desses conflitos, com o fortalecimento da ONU, também não obteve resultados satisfatórios. O aumento das operações de paz estabelecidas pela ONU⁵¹, como podemos ver na Figura 3, mais que dobrou: de 1948 à 1987 foram desdobradas 13 operações de manutenção da paz, enquanto, somente na década de 1990, 35 foram desdobradas; de 1989 à 1994 se passou de 11 mil *peacekeepers* para 75 mil (SANTOS, 2011). No entanto, este aumento expressivo não veio acompanhado de efetividade, e a década de 1990 na África ficou marcada por seguidos fracassos da Organização na manutenção da paz mundial. As crises em Angola⁵², Somália⁵³ e Ruanda⁵⁴ exemplificam a atuação desastrosa das Nações Unidas (BADMUS, 2015).

⁵¹ De 1948 a 1987 foram desdobradas 13 operações de manutenção da paz, enquanto, somente na década de 1990, 35 foram desdobradas (SANTOS, 2011).

⁵² Em Angola, a ONU (UNAVEM II) fracassou no estabelecimento de um cessar fogo, saindo rapidamente quando o conflito violento se restabeleceu (PUREZA et al., 2009).

⁵³ A missão da ONU na Somália (UNITAF e UNOSOM II) foi considerada um desastre, pois não existia acordo entre as partes, de modo que não existia paz para manter e, dessa forma, a missão acabou apoiando um dos lados do conflito (BADMUS, 2015). Além disso, ocorreu o episódio conhecido como “*black hawk down*”, quando grupos insurgentes somalis derrubaram um helicóptero norte-americano.

⁵⁴ O conflito em Ruanda, entretanto, marcou essa fase, na qual a ONU, assim como as potências internacionais, abandonou o país na iminência do genocídio.

Figura 3: Operações de Paz da ONU (1990-2014)



Fonte: Williams (2015)

Como consequência das atuações extrarregionais errôneas, ocorre um novo afastamento da ONU do continente africano (ver figura 3), e segundo Adebajo e Landsberg (2001) acontece uma espécie de regionalização dos processos de paz na África. Os anos 1990 na África, então, vão ser marcados pela atuação de organizações regionais africanas procurando preencher o vácuo deixado pela ONU e pelas superpotências. Destaca-se nessa fase, a atuação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) - nas Guerra Civil na Libéria e na Costa do Marfim -, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) - atuando em conflitos no Zimbábue, RDC, Madagascar e Lesoto - e da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) - nos conflitos no Chifre africano -, que consequentemente, renovariam as esperanças da integração africana: a OUA apareceria novamente como ator importante, culminando no final da década e início dos anos 2000 na criação da UA (FRANCIS, 2006; ADEBAJO, 2008; NAGAR; NGANJE, 2018).

A partir do acontecido em Ruanda, os governos africanos decidiram que a neutralidade frente a violações graves, como o genocídio, não seria mais aceita (ANTONINI, 2009; PUREZA et al., 2009). Como já ressaltado, os países africanos decidem tomar a frente na promoção e manutenção da paz e segurança, e a OUA coloca-se no centro dessa discussão (FRANCIS, 2006). Em consequência do genocídio ruandês, a OUA cria o Painel Internacional de Personalidades Eminentes (IPEP) para investigar o genocídio e as falhas de atuação da organização. Apresentado na Cúpula da OUA em Lomé, em 2000, o relatório demonstra o fracasso que foi a atuação da ONU, assim como da própria OUA, em prever e intervir no conflito. O painel concluiu que não houve vontade política internacional para atuar no genocídio em Ruanda, e assim a África estava sozinha e precisava assumir maiores responsabilidades por

seus conflitos (BADMUS, 2015; SANTOS, 2011). Da mesma forma, outras iniciativas são criadas para pensar os problemas securitários do continente, com destaque para a Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África de 1991, que criou o Documento de Kampala, que daria as bases para a nova doutrina adotada na UA (HUTCHFUL, 2008).

Em consequência desse cenário, no final dos anos 1990, sob a liderança de Nigéria, África do Sul e Líbia, inicia-se um processo de articulação da criação da UA (TIEKU, 2004). A proposta da Líbia, na figura de Muammar Kadafi, trazia o ideal supranacional do pan-africanismo de integração dos anos 1960: uma grande integração continental para a criação de um *Estados Unidos da África*. Sua proposta, entretanto, não foi amplamente aceita pelos países, ganhando a proposta mais conciliatória de Olusegun Obasanjo, da Nigéria, e Thabo Mbeki, da África do Sul. Mesmo assim, aspectos importantes como a “Declaração Solene sobre a Política Comum Africana de Defesa e Segurança (2004)” foram incluídos dentro da nova organização (TIEKU, 2004; VISENTINI, 2012).

A atuação da Nigéria, na figura do presidente Olusegun Obasanjo, é caracterizada pela defesa da posição securitária da nova organização. A partir da atuação do Grupo de Monitoramento da CEDEAO (ECOMOG, sigla em inglês) nos conflitos na região, esses Estados já possuíam uma experiência de segurança coletiva regional, sendo, portanto, Obasanjo, um grande defensor da criação de um aparato securitário coletivo na União Africana (TIEKU, 2004; BADMUS, 2015). Já a proposta sul-africana, centralizada na figura de Mbeki, buscou defender o Renascimento africano. Além disso, o presidente sul-africano defendia a integração regional como importante recurso na superação das desigualdades econômicas mundiais, reavivando o Plano de Ação de Lagos de 1981. Sua posição mais ligada a questão econômica liberal e política, foi complementar a Obasanjo, formando uma coalizão que liderou a criação da União Africana (BADMUS, 2015; MURITHI 2008; VISENTINI, 2012).

Podemos ver, portanto, que do final dos anos 1980 ao final dos anos 1990, o continente africano sai de uma crise, considerada como “tragédia”, a um “renascimento” a partir de tentativas regionais de superação da dependência internacional. Tanto no plano econômico, com a reativação dos princípios de Lomé (1981), quanto no plano securitário com a criação de uma Arquitetura de Paz e Segurança na nova organização continental, a União Africana. Essa nova conjuntura africana terá consequências internacionais no início dos anos 2000, com uma nova política das potências emergentes e dos países centrais para o continente.

4.2 A ÁFRICA COMO NOVO PALCO DE DISPUTAS INTERNACIONAIS: OS CONFLITOS AFRICANOS NO SÉCULO XXI

A virada para o século XXI é acompanhada por um reordenamento de forças no sistema mundial. A unipolaridade norte-americana, defendida inicialmente, começa a entrar em contradição. Há um fortalecimento dos aliados centrais, como União Europeia, encabeçada pela Alemanha, e Japão; ao mesmo tempo, que China e demais nações emergentes passam a ocupar um espaço de destaque na atual configuração sistêmica. Percebemos, portanto, que há uma perspectiva de perda de poder relativo dos EUA em todas as suas estruturas no sistema mundial, e que ficará visível nos atentados em 11 de setembro de 2001 (TODD, 2003; VIZENTINI, 2000).

Segundo Ellen Wood (2014), as rivalidades no pós-Guerra Fria estão ligadas a questões econômicas, deslocando das questões militares e geopolíticas para a competição capitalista propriamente dita. No entanto, uma nova tentativa de recuperação da primazia global norte-americana virá agora voltada para a questão militar. O anúncio da nova política militar norte-americana aconteceria na Segunda Guerra do Golfo, em 1990. Buscando recuperar sua credibilidade econômica e hegemonia política, os EUA utilizaram de amplo aparato militar e tecnológico para derrotar o Iraque de Saddam Hussein em questão de dias (FIORI, 2018). Mesmo antes dos acontecimentos de 2001, a guerra “total” e “infinita” defendida por Richard Perle⁵⁵, já era uma agenda ativa dentro do *establishment* da Casa Branca. O *Defense Planning Guidance*, documento vazado do Pentágono pelo *New York Times* em 1992, de autoria de Paul Wolfowitz para o presidente George Bush já trazia a ideia de “dominação mundial unilateral”. A manutenção da posição militar do país no Oriente Médio, na África e em outras regiões, mais do que proteger o fornecimento de petróleo aos Estados Unidos, atuaria para “dissuadir competidores potenciais”, como China e Europa, “até mesmo de aspirar um maior papel regional ou global” (WOOD, 2014; COHEN, 2002). A nova Estratégia de Segurança Nacional (2002), conhecida como Doutrina Bush, refletiu essas mesmas ideias, exigindo

[...] o direito exclusivo e unilateral de ataque preventivo, a qualquer tempo, em qualquer lugar, sem as peias de nenhum acordo internacional, a fim de garantir que nossas forças serão suficientemente fortes para dissuadir adversários potenciais de promover ampliação militar na esperança de ultrapassar ou igualar o poder dos Estados Unidos (WOOD, 2014, p. 120).

⁵⁵ Um dos principais conselheiros do Governo George W. Bush e fundador do Projeto para o Novo Século Americano (PNAC), um *think-tank* neoconservador, estabelecido em Washington D.C. e ativo entre 1997 e 2006.

Portanto, o 11 de setembro deu aos EUA a oportunidade de colocar em prática sua nova estratégia de recuperação do poder global pela via militar – ou seja, pela força -, adotando uma política agressiva em relação ao mundo. A criação do “eixo do mal” e as invasões no Afeganistão e Iraque, assim como a construção de escudos antimísseis buscaram mostrar uma superpotência que agiria de qualquer forma para intimidar seus eventuais adversários e ao mesmo tempo poderia reinar sobre o mundo pelo terror. A questão do terrorismo se torna o novo “inimigo americano”, colocando-o como quase universal no mundo árabe, securitizando diversas regiões na África e Ásia e criando um estado de guerra planetária permanente (ANDERSON, 2015; TODD, 2003). Esse novo imperialismo, denominado “imperialismo excedente” por Wood (2014), que surge da crise da hegemonia norte-americana, será paradoxal:

É o primeiro imperialismo em que o poder militar foi criado não para a conquistar território nem para derrotar rivais. É um imperialismo que não busca expansão territorial nem dominação física de rotas territoriais. Ainda assim ele produziu essa enorme e desproporcional capacidade militar com um alcance global sem precedentes. Talvez seja precisamente por não ter nenhum objetivo claro e finito que o novo imperialismo exija força militar tão pesada. A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos estados que a administram exige ação militar sem fim, nem propósito ou tempo (WOOD, 2014, p.109).

Essa tensão permanente não irá agradar os principais aliados e clientes norte-americanos e os resultados demonstram que os EUA não se mostram capazes de pela força ganhar todas as disputas com outras potências ou com o Terceiro Mundo. As guerras no Iraque e Afeganistão são exemplos de que a assimetria não garante a vitória. Ao não ter um objetivo claro, muito das capacidades militares norte-americanas perdem-se ao não conseguir conquistar corações e mentes (VISENTINI, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2014; SCHMIDT, 2018). Da mesma forma, casos como na Síria e Ucrânia mostraram o fortalecimento da Rússia e como os EUA tiveram de negociar e ceder (KORYBKO, 2018). Concluiu-se, segundo Todd (2003), que essas guerras travadas no Terceiro Mundo seriam como um “militarismo teatral” norte-americano, focando em micropotências, sem resolver as questões por inteiro, com o objetivo de justificar a ação militar infinita e defendendo uma corrida armamentista que não pode cessar.

Percebe-se aqui, que a hegemonia norte-americana não era pautada apenas nas esferas econômica e militar: existia um caráter voluntário de “servidão” aos EUA. Segundo Todd (2003), a questão ideológica aparece como central para entendermos que a Pax Norte-americana dependia do prestígio, dos valores, das instituições e da cultura dos EUA para ser legítima. Com sua mudança de atuação, alterando estruturas e valores de atuação, seu prestígio e legitimidade se colocam cada vez mais em cheque no sistema mundial atual. Pode-se ainda acrescentar, que

essas políticas norte-americanas para tentar superar o período de crise e transição atual não vem se mostrando eficazes. Pelo contrário, vem aumentando os conflitos sociais internos e internacionais, ampliando a crise sistêmica (SILVER; SLATER, 2001).

O continente africano aparece aqui novamente como palco dessas disputas. África volta a ocupar posição importante no cenário internacional e novamente ela seria palco de disputas. Enquanto o Ocidente voltou-se para a Ásia, a Ásia se voltou para a África, principalmente através da crescente presença chinesa no continente africano (BRAUTIGAM, 2009). Da mesma forma, Índia e Brasil seguiram o caminho chinês. Segundo Visentini (2013, p.9), “a presença de novos atores encontrou um continente em que emergiam novas estruturas e práticas para lidar com os problemas sociopolíticos e o desenvolvimento econômico”. Como vimos, a busca pela cooperação e integração regional se fortalece novamente no final dos anos 1990, com a criação da UA. Nesse sentido, a atuação das potências emergentes vai ao encontro dessa agenda, com a chamada Cooperação Sul-Sul. A criação dos BRICS, com África do Sul e Rússia, fez desses um novo pólo de investimento para o continente, alterando, muitas vezes, as estruturas neocoloniais das ex-metrópoles europeias (TAYLOR, 2010; VISENTINI, 2013; PEREIRA, 2016).

Conseqüentemente, a África volta para o radar euro-americano. Após um desinteresse dos norte-americanos pelo continente com o fim da Guerra Fria, no governo de George W. Bush essa questão se alteraria. A “Guerra ao Terror” é trazida ao continente africano ainda em 2003, logo após a invasão do Iraque, levando a uma intensa securitização da região do Saara-Sahel (KEENAN, 2013). Segundo Álvarez Acosta (2011), “na prática, os EUA, sob o pretexto de combater grupos terroristas islâmicos na região, aumentaram significativamente sua presença, não apenas econômica, mas também militar” no continente africano. A criação da base militar no Djibuti em 2001 e do AFRICOM em 2007, a reativação da 4ª Frota, responsável pelo Atlântico Sul em 2008 e a criação das Iniciativas Pan-Sahel e Trans-Saariana de Luta contra o Terrorismo e do Programa de Assistência Antiterrorismo do Departamento de Estado são exemplos que demonstram que a África voltou para o foco da política norte-americana (SCHMIDT, 2018; GONZALEZ, 2016; ADEBAJO, 2013). Os governos Obama aprofundariam essa relação: “em 2017, os Estados Unidos mantiveram quarenta e seis bases militares, postos avançados e áreas de preparação em pelo menos vinte e quatro países africanos” (SCHMIDT, 2018, p.346)⁵⁶.

⁵⁶ Do original: “In 2017, the United States maintained forty-six military bases, outposts, and staging areas in at least twenty-four African countries” (SCHMIDT, 2018, p.346).

Deve-se salientar, que a presença da “Guerra ao Terror” na África incentivou a emergência de grupos terroristas em diversas regiões do continente: Sahel, Chifre, África ocidental e central (ver Quadro 3) (KEENAN, 2013). Ao ligar o terrorismo a religião muçulmana em um continente com aproximadamente 40% da população islâmica, reforçou a crença de que era na verdade uma guerra contra o Islã, aumentando as animosidades com os norte-americanos (SCHMIDT, 2018). Esses grupos são consequência das mesmas questões que desencadearam o surgimento dos grupos da década de 1990: condições estruturais e conjunturais no sistema mundo, junto a incapacidade dos governos centrais proverem os bens sociais para todas as regiões do país e a assegurarem a propriedade privada, marginalizando parte da população, que agora vê nesses grupos uma forma de superação de suas condições socioeconômicas (GONZALEZ, 2018). O exemplo do Boko Haram na Nigéria ilustra essa questão.

A busca por recursos naturais é novamente trazida para a disputa pela África, agora em relação ao petróleo. O Golfo da Guiné aparece como grande exportador de petróleo, sendo uma alternativa para os EUA ao petróleo do Oriente Médio. Entretanto, deve-se salientar que a projeção norte-americana para a região possuiu justificativas mais profundas que a exploração de recursos. Os EUA e as antigas metrópoles, principalmente a França, buscam espaço e projeção do poder para a África, cuja posição vinha sendo alterada em função da aproximação com potências emergentes (TAYLOR, 2010; ESTERHUYSE, 2008)

Junto a “Guerra ao Terror”, o governo Bush cria a “*freedom agenda*” com o objetivo de mudar os regimes em países não aliados a partir de dentro desses próprios, pelos próprios cidadãos (MONIZ BANDEIRA, 2014). A tática de “*Regime Change*”, avançada no Governos Obama, se caracterizou inicialmente pela implantação de uma Revolução Colorida, ao apoiar grupos internos contra o regime, como tentativa de golpe brando (KORYBKO, 2018). A Primavera Árabe em 2011 foi um exemplo desse tipo de atuação, em que grande parte do norte do continente enfrentou um período de desestabilização, com a Líbia como caso mais emblemático, levando o país a uma guerra civil até hoje (VISENTINI, 2014).

Percebe-se, nos casos da Líbia e da Nigéria, uma intensa articulação extrarregional que intervém no continente para a desestabilização de centros importantes ligados a recursos naturais e com políticas externas voltadas a parceiros não tradicionais, como China e outras potências emergentes (SCHMIDT, 2018; ADEBAJO, 2013). No entanto, as formas de intervenção se alteram. As Revoluções Coloridas, como no caso líbio, levam às vezes a guerras civis não convencionais. Esses conflitos são conceituados por Korybko (2018) como Guerras Híbridas: modelo que inicia com a “implantação de uma revolução colorida como tentativa de

golpe brando, que é logo seguida por um golpe rígido, por intermédio de um guerra não convencional, se o primeiro fracassar” (KORYBKO, 2018, p.13). Essa então seria a nova tática político-militar dos Estados Unidos para substituir governos não alinhados à sua política no século XXI, como ocorrido na Ucrânia e na Síria.

Muitas vezes, a emergência de guerras não convencionais e assimétricas levam a implementação de Operações de Paz, das Nações Unidas ou outras de organizações regionais, como a União Africana, intituladas de “Intervenção Humanitária” (SCHMIDT, 2018). Aqui aparece outro conceito importante da política ocidental para o continente africano, a “Responsabilidade de Proteger”. A *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS), apoiada pelo Governo do Canadá, em 2005, criaram o conceito de Responsabilidade de Proteger (R2P) que foi adotado pela ONU no mesmo ano. Esse conceito defende a noção de que as populações afetadas por grave desrespeito aos direitos humanos teriam o direito de receber assistência e proteção da comunidade internacional. Dessa forma, a comunidade internacional teria, não só o direito, mas também a obrigação de intervir nessas situações (FERREIRA, 2014; HUTCHFUL, 2008). Existe, no entanto, um amplo debate na literatura especializada sobre os limites desse conceito e da própria intervenção humanitária. Este ceticismo se deve, em parte, pela possibilidade que a R2P oferece a um determinado ator (nomeadamente grandes potências e potências regionais), em detrimento do objetivo humanitário, promover seus próprios interesses, inclusive com táticas de *regime change*, como aconteceu na Líbia em 2011 (VISENTINI, 2014).

Essa nova era de intervenções extrarregionais instrumentaliza as organizações internacionais para obtenção de seus próprios objetivos dentro do sistema mundial por via indireta, sem precisar colocar “as botas no terreno”. A ONU vai novamente aumentar sua participação em Operações no continente africano (ver figura 3) nos anos 2000. O continente africano hoje possui oito missões das Nações Unidas - MONUSCO, na RDC; a UNAMID, na região de Darfur, no Sudão; a UNMISS, no Sudão do Sul; a MINUSMA, no Mali; a MINUSCA na República Centro Africana; a MINURSO (mais antiga), no Saara Ocidental; a UNMIL, na Libéria; e a UNISFA, também no Sudão. A UNAMID (*United Nations African Union Mission in Darfur*) atua em parceria com a União Africana. Essa última também estabelece operações de paz, atuando atualmente além da UNAMID, na AMISOM (*African Union Mission in Somalia*, 2007-atual). Cerca de 80% das forças da ONU estão implantadas na África hoje: mais de oitenta mil soldados e quinze mil civis (SCHMIDT, 2018; ENGEL, 2018).

Portanto, muitos conflitos nos anos 2000 na África, como podemos ver, seguiram como consequências dos anos 1990. Entretanto, novas formas de disputas e novos grupos combatentes

surtem em decorrência da conjuntura internacional e das mudanças nas estruturas do Moderno Sistema Mundial.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar quais seriam as condições que explicam a emergência de diversos conflitos no continente africano no pós-Guerra Fria. Para tanto, fez-se uma análise estrutural, buscando a formação dos Estados africanos dentro do sistema capitalista, e uma análise conjuntural, entendendo as dinâmicas do final da Guerra Fria e suas consequências para o continente africanos, levando em conta as condições internas e sistêmicas de cada momento histórico. Para explicar o objeto em estudo – a guerra –, buscou-se além de catalogar as guerras africanas no pós-Guerra Fria e suas características, entender como esses conflitos se encaixam na teoria da guerra.

Conforme já foi descrito, partiu-se do entendimento de que a dimensão histórica e sua configuração material são centrais para o entendimento da África contemporânea. A história do capitalismo tem sido marcada pela sucessão de sistemas mundiais intercalados por períodos de transição e reconfiguração do novo sistema. A partir da tendência sistêmica de Braudel, constrói-se a ideia de ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais ocorrem mudanças na organização dos processos de produção e troca. Essas redes de poder e acumulação permitem que determinados Estados organizem-se e controlem o sistema mundial. Entre sucessivos períodos de hegemonia de um modelo de acumulação capitalista, encontra-se um processo de transição pautado por diferentes crises da estrutura preponderante - o caos sistêmico - causadas pelo fato de as contradições do sistema do mundo capitalista haverem chegado a um ponto em que nenhum dos mecanismos voltados para restabelecer o funcionamento normal do sistema consegue mais funcionar a contento. Portanto, a crise é um processo de reorganização radical do sistema, mudando a natureza dos integrantes e dos parâmetros, mudando a forma pela qual se relacionam, e o modo que o sistema funciona e reproduz.

Dessa forma, a formação dos Estados na África são parte da expansão do capitalismo para a periferia no século XIX, com a crise da hegemonia britânica. Com a Segunda Revolução Industrial e a necessidade de expansão dos mercados consumidores para os novos produtos manufaturados – bem como a necessidade de obter minérios e outros bens primários a baixo custo, as metrópoles europeias buscaram o controle não apenas das zonas costeiras, mas de faixas territoriais maiores e no interior do continente. O colonialismo, portanto, é a forma com que o capitalismo se expande para a África.

Nesse sentido, os atuais Estados africanos são consequências do colonialismo e de suas independências sustentadas no neocolonialismo. As fronteiras da África independente são as fronteiras coloniais, independentemente de quão efetivo era e é o controle do Estado nesses

espaços, questionando internamente sua soberania. Esse período colonial também ressignificou as sociedades africanas, favorecendo determinados grupos regionais ou étnicos, e assim polarizando as diferenças culturais existentes, através da chamada “politização das tradições”. Dessa forma, a etnia aparece como elemento-chave da diferenciação discriminatória dos Estados coloniais na África, e permanece presente no Estados independentes.

Outro importante elemento para entender a África contemporânea é que essa herdou da fase colonial e pré-colonial uma estrutura econômica e política que dava pouco espaço para a construção de uma classe burguesa nacional. A elite africana contemporânea irá nascer das elites cooptadas do período colonial e que mantiveram os laços neocoloniais na independência. Portanto, ao possuir pouca base econômica independente, a burguesia burocrática utiliza o acesso ao Estado para construir seu poder, se legitimando através do domínio do Estado.

Aqui aparece o importante papel do neocolonialismo como fator de explicação dos problemas africanos. A independência torna-se apenas teórica e aparente: o sistema econômico, e, por consequência, o político, continuou dependente das antigas metrópoles, como a França, mas também os EUA, submetendo os países africanos às velhas lógicas de exploração. Dessa forma, o fio condutor do colonialismo continuou intrinsecamente, pois cada uma das partes seguiu os mesmos papéis na divisão do trabalho.

Este trabalho também entende a guerra como um fenômeno social interdisciplinar e característico da sociedade de massa, cujos objetivos centrais são dominação e submissão, através do exercício de poder em forma de violência e coação, quer seja bélica ou psicológica. Dessa forma, as guerras no continente africano não acontecem por algo excepcional às guerras em outras regiões do mundo e em outras épocas: a partir da definição clausewitziana da guerra, esta é parte das disputas políticas de todas as sociedades, sendo, portanto, um fenômeno político e um fenômeno histórico-social complexo. Essas premissas são a base da análise das guerras contemporâneas no continente africano neste trabalho.

Em termos de dados sobre casos concretos, dos 31 conflitos ocorridos no período estudado, apenas três foram tradicionais, ou seja, entre dois Estados soberanos. A guerra civil, portanto, é a característica principal desses conflitos. Majoritariamente, as guerras africanas são caracterizadas pela sua regionalização, continuidade da guerra *proxy* e de rivalidades interestatais através das guerras mistas, com intensa presença de atores não estatais.

Essas insurgências, como são caracterizados esses conflitos, na África pós-Guerra Fria, portanto, são a manifestação das disputas políticas pelo poder estatal e pelas redes de domínio internas. Como ressaltado durante o trabalho, a guerra é sempre um ato político. Os atores

envolvidos no conflito (individuais ou coletivos) necessitam de uma motivação para iniciar a disputa e para seu desempenho nela. Essa motivação será sempre política, e não étnica ou religiosa. As identidades étnicas serão instrumentalizadas pelas elites africanas como forma de manter suas bases sociais de apoio a estrutura estatal. Quando essa estrutura se esfacelou nos anos 1980 com as políticas liberalizantes, essa elite buscou em sua base de apoio tradicional a possibilidade de manutenção dos seus privilégios, resultando nos conflitos civis destacados neste trabalho.

Dessa forma, esses movimentos micronacionais utilizam da religião ou etnia como componente simbólico de legitimação. A etnia, então, serve de pano de fundo para eclosão de conflitos armados. Não é uma característica estática: seu conteúdo político e importância podem ser construídos ou distribuídos por atores, a fim de moldar os cenários. Os problemas étnicos são usados com um fim econômico ou político por parte das elites em aliança com os poderes estrangeiros regionais ou internacionais. Sendo assim, as insurgências armadas na África pós-Guerra Fria são a manifestação das disputas políticas pelo poder estatal e pelas redes de domínio internas, amparadas em aspectos ideológicos que permitem dar força e coesão para essas forças políticas atuarem, ao mesmo tempo que são influenciadas pelas mudanças sistêmicas.

O porquê desses conflitos emergirem no período do pós-Guerra Fria aparece ao analisar a conjuntura do período. A perda do papel estratégico do continente, com o fim da Guerra Fria, junto às crises econômicas e sociais oriundas da marginalização econômica da África na década de 1980 e 1990, também respondem ao surgimento de conflitos armados desse caráter.

A marginalização econômica da África no final do século XX acontece como efeito da crise e reestruturação do sistema capitalista. Como relatado no trabalho, a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria, também termina a *Pax* Norte-Americana, iniciando um período de crise e transição no Sistema Mundial. De fato, as bases da hegemonia norte-americana criadas na primeira metade do séc. XX entram em crise ainda nos 1970, com o aumento do conflito social no país e internacional com a derrota no Vietnã, mas também quando a divisão internacional do trabalho deixa de corresponder às demandas de consumo e produção, iniciando-se uma fase de financeirização e assim o aumento da polarização da riqueza interna e internacionalmente. Na década de 1980, com o abandono do *New Deal*/fordismo pelo modelo neoliberal, o Terceiro Mundo será diretamente impactado.

Essa contraofensiva norte-americana junto a perda de importância do continente com a retirada das superpotências levou a uma onda de acontecimentos com efeito acelerador para a crise econômica da África. O aumento dos preços globais do petróleo e a revolução tecnocientífica, que surge como resposta a essa crise, trouxeram como consequência para a África, a

deterioração dos preços dos produtos primários, enquanto sua demanda também se reduzia, afetando diretamente as exportações e levando esses Estados a adquirirem dívidas impagáveis. Como solução, aparece o programa de ajustes dos organismos internacionais pautado no neoliberalismo. A renegociação de acordos e empréstimos pelo FMI e Banco Mundial foram condicionadas a reformas políticas de cunho democratizante e econômicas de cunho neoliberal. Como ressaltou-se, a imposição da globalização neoliberal e da “democracia de ajustes” ignorou a realidade e as necessidades das sociedades africanas, impondo uma desindustrialização estrutural, uma desnacionalização das indústrias e a privatização dos serviços públicos por companhias sediadas nas maiores potências capitalistas. Com a diminuição do aparato estatal, vinda do neoliberalismo, e perda de poder das classes dominantes, outras forças emergem para ocupar esse espaço, aumentando assim a instabilidade interna no continente.

Conclui-se, desse modo, que o advento dessas disputas armadas nas décadas de 1980 e 1990 ocorre pela reacomodação geopolítica decorrente da retirada parcial das grandes potências e das condicionalidades que os organismos internacionais passaram a impor sobre os Estados africanos.

Quando analisamos o século XXI no continente, outros componentes aparecem nessa questão. O reordenamento das forças internacionais, com ascensão dos BRICS e outras potências rivais, colocou em contradição a unipolaridade americana. Neste momento, a crise sistêmica toma outros níveis resultando em uma política agressiva por parte dos EUA. Essas ações aumentaram a relevância política da questão securitária no continente africano. A “Guerra ao Terror” também está no continente africano, assim como os drones norte-americanos. Como o continente vai lidar com essas novas conjunturas, dependerá da capacidade de articulação dos Estados africanos e de suas elites.

Aqui aparece uma importante questão que este trabalho buscou trazer: o papel dos africanos para a superação desses problemas. A ênfase na ação coletiva na defesa dos interesses africanos é característica fundamental do continente a partir das independências e o Pan-africanismo é base dessas ações como princípio e ideal de cooperação para uma África livre, próspera e pacífica. O senso de autoconfiança do pan-africanismo foi a base da cooperação interafricana desde as independências. Ao transcender as rivalidades intercontinentais a partir do pan-africanismo e assim criar uma organização continental, os Estados africanos firmaram um acordo para salvaguardar a soberania política e as fronteiras herdadas do período colonial, resultando em poucas disputas territoriais entre os Estados.

Dessa forma, com o objetivo de superar as relações neocoloniais, houve uma intensa

busca por integração e cooperação no continente desde os processos de independência até a atualidade, com a União Africana. A solidariedade, então, aparece para os africanos como resposta racional à superação de sua dependência no sistema econômico global.

No mesmo sentido, a superação dos problemas internos, como o etnicismo e a soberania negativa, também passa pela criação de um sentimento de solidariedade e pertencimento. Este pode ser o nacionalismo, mas também a própria condição de classe. É importante que os Estados africanos busquem a superação dessas divisões internas para o fortalecimento dos seus Estados, seja por meio de líderes ou partidos, como Wallerstein coloca, ou da revolução.

Por fim, concluiu-se que as mudanças ocorridas no sistema internacional com o final da Guerra Fria produziram uma nova realidade sistêmica e, conjuntamente, o continente africano foi talvez o mais afetado. As guerras africanas, então, estariam ligadas a posição periférica dos países africanos no sistema mundial capitalista, que mantém nexos de dependência, e que levaram a crise internacional em um patamar ainda mais devastador aos africanos; entretanto as respostas das classes dirigentes africanas a esses constrangimentos externos também tiveram responsabilidades para a emergência dessas disputas. Ao optar pela divisão étnica e pelas políticas neoliberais, a elite africana teve responsabilidade nas guerras que assolaram o continente.

REFERÊNCIAS

ACHANKENG, Fonken I. Conflict and conflict resolution in Africa: engaging the colonial factor. **African Journal on Conflict Resolution**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 11-38, 2013.

ADEBAJO, Adekeye. **The Curse of Berlin: Africa After the Cold War**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. The Peacekeeping travails of the AU and the Regional Economic Communities. In.: AKOKPARI, John; NDINGA-MUVUMBA, Angela; MURITHI, Tim. **The African Union and its Institutions**. Cidade do Cabo: Centre for Conflict Resolution, 2008.

ADEBAJO, Adekeye; LANDSBERG, Chris. Back to the Future: UN Peacekeeping in Africa. In.: ADEBAJO, Adekeye; SRIRAM, Chandra Lekha (Eds.) **Managing armed conflicts in the 21st century**. Londres: Frank Cass publishers, 2001.

ÁLVAREZ ACOSTA, María Elena. Aproximación Teórico-Methodológica. In.: ÁLVAREZ COSTA, María Elena (coord.) **Africa Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales**. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011.

AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Força e Consenso. In.: SADER, Emir (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTONINI, Blanca. Multilateralismo y Operaciones de Paz: desafíos y oportunidades. HIRST, Monica (Org.). **Crisis del Estado e Intervención Internacional: una mirada desde el Sur**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo. In.:SADER, Emir (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

_____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ASANTE, S.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

BADMUS, Isiaka. A Austrália, a Nova Zelândia e a Segurança Regional no Pacífico: reflexões sobre a manutenção da paz nas Ilhas Salomão e Papua Nova Guiné (Bougainville).

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v.6, n.11, jan./jun. p.9-37, 2017.

_____. **The African Union's role in peacekeeping:** building on lessons learned from security operations. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015. (Rethinking peace and conflict studies).

BASEDAU, Matthias; DE JUAN, Alexander. The “Ambivalence of the Sacred” in Africa: The Impact of Religion on Peace and Conflict in Sub-Saharan Africa. **SSRN Electronic Journal**, GIGA Working Paper n. 70, 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1119171>. Acesso em 29 nov. 2019.

BASEDAU, Matthias et al. Do Religious Factors Impact Armed Conflict? Empirical Evidence From Sub-Saharan Africa. **Terrorism and Political Violence**, v.23, n.5, p.752–779, 2011. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/129850/wp168_basedau-struever-vuellers-wegenast.pdf%20.pdf>. Acesso em 29 nov. 2019.

BOUKARI-YABARA, Amzat. **Africa Unite!** Une histoire du Panafricanisme. Paris: La Découverte, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **The Perspective of the World**. Nova York: Harper and Row, 1984.

_____. **The Wheels of Commerce**. Nova York: Harper and Row, 1982.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: the real story of China in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

BRUCAN, Silviu. **La Disolución del Poder:** sociología de las relaciones internacionales y políticas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1983.

CABRAL, Amílcar. A arma da teoria. In.: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (Orgs.). **Revolução africana:** uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In.: SORJ, B., CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Orgs.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 4-20. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARDOSO, Nilton César F. **Análise da Arquitetura Africana de Paz e Segurança:** o papel da IGAD na estabilização do Chifre da África. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciência Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147466/000991636.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2019

_____. **Segurança Regional no Chifre da África (1974-2017):** Conflitos, atores, agendas e ameaças. 2019. 353 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Estudos

Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197420>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

CASTELLANO, Igor da Silva. Guerra na África: características, causas e impactos sistêmicos. **Anais do IX Encontro Nacional da ABED**. Florianópolis: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2016. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466439581_ARQUIVO_CASTELLANO-2016-ENABED-GuerranaAfrica.pdf>. Acesso: 23 jul. 2018.

_____. **Congo, a guerra mundial africana**: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

_____. The African Way of Warfare and Its Challenge to the South Atlantic Security. In.: DUARTE, Érico; BARROS, Manuel C. de (Eds.). **Maritime Security Challenges in the South Atlantic**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

CEDERMAN, Lars-Erik; WIMMER, Andreas; MIN, Brian. Why Do Ethnic Groups Rebel? New Data and Analysis. **World Politics**, v. 62, n.1, p.87-119, 2010. Disponível em:<<file:///C:/Users/Vitor%20Paczek/Desktop/cederman2009.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. 3rd ed. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system**: the politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CLAPHAM, Christopher (Edit.). **African Guerrillas**. Oxford: James Currey Ltd., 1998.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COHEN, Abner. **Customs and politics in Urban Africa**: a study of hausa migrants in yoruba towns. Berkeley: University of California Press, 1969.

COHEN, Herman J. What should we do when nations get angry? **Nexus Africa**, v. 1, n. 2, 1995.

COLLIER, Paul; HOEFFLER, Anke. On the Incidence of Civil War in Africa. **Journal of Conflict Resolution**, v. 46, n.1, p.13–28, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Vitor%20Paczek/Desktop/collier2002.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da Guerra. In.: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina G. (Orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora da UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

DINIZ, Eugenio. 2004. Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo. In.: BRIGADÃO, C.; PROENÇA JR, D. **Paz e Terrorismo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, p. 197 a 222.

DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture**: de l'antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique Noire d'aujourd'hui. Paris: Présence Africaine, 1999.

DURKHEIM, Emile. *The elementary forms of religious life*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

EASTERLY, William et al. Good Policy or Good Luck? Country Growth Performance and Temporary Shocks. **Journal of Monetary Economics**, v.32, 1993. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w4474>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In.: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

ELLIS, Stephen. **The Mask of Anarchy: The Destruction of Liberia and the Religious Roots of an African Civil War**. Londres: Hurst & Company, 1999.

ELLIS, Stephen; TER HAAR, Gerrie. Religion and Politics: Taking African Epistemologies Seriously. **The Journal of Modern African Studies**, v. 45, n. 3, p. 385-401, set. 2004. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4501296?seq=1>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ENGEL, Ulf. The African Union and the United Nations: Crafting an International Partnership in the Field of Peace and Security. In.: KARBO, Tony; MURITHI, Tim. **The African Union: Autocracy, Diplomacy and Peacebuilding in Africa**. Londres: I.B. Tauris, 2018. Cap. 11. p. 265-282.

ESEDEBE, P. Olisanwuche. The Growth of the Pan-African Movement, 1893–1927. **Tarikh**, 4, 1, 1980.

ESTERHUYSE, Abel. The Iraqization of Africa? Looking at AFRICOM from a South African Perspective. **Strategic Studies Quarterly**, 2008. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-02_Issue-1/esterhuyse.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2020.

FANON, Frantz. **Les damnés de la terre**. Paris: Éditions La Découverte & Syros, 2002.

FATTON, Robert Jr. Bringing the Ruling Class Back in: Class, State, and Hegemony in Africa. **Comparative Politics**. Vol. 20, No. 3. 1988.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. "**Estados Frágeis" em África: A intervenção externa nos processos de construção do Estado (statebuilding) e da paz (peacebuilding)**. 194 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/11/LIVROTese_EstadosFrageisEmAfrica_FINAL-libre.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FIORI, José Luís. Dialética da guerra e da paz. In.: FIORI, José Luís (Org.). *Sobre a Guerra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FOSSAERT, Robert. **O Mundo no Século XXI**. Uma teoria dos sistemas mundiais. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

FRANCIS, D. J. **Uniting Africa: building regional peace and security systems**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006.

GONZÁLEZ, Yoslán Silvério. **África Occidental: crisis vs estabilidad política**. Porto Alegre: Palmarinca/ CEBRAFRICA, 2018. (Série Africana)

_____. El terrorismo en África: un nuevo factor desestabilización y de inseguridad en el continente. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. Cap. 9. p. 213-232. (Estratégia, Defesa e Relações Internacionais).

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **Revolution and World Politics**. The rise and fall of the sixth great power. Durham: Duke University Press, 1999.

_____. **The Middle East in International Relations: Power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge Press, 2005.

HARPER, Mary. **Getting Somalia wrong? Faith, war and hope in a shattered State**. London: Zed Books, 2012.

HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University, 2000.

HERNANDEZ, Katia Cobarrubias. El desequilibrio externo de Estados Unidos tras las fisuras del liderazgo económico. In.: GANDÁSEGUI, Marco A.; HIJO, Dídimo Castillo F. (Coords.) **Estados Unidos: la crisis sistémicas y las nuevas condiciones de legitimación**. Cidade do México: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, Siglo XXI Editores, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOROWITZ, Donald. **Ethnic groups in conflict**. Berkeley: University of California Press, 1985.

HRW - HUMAN RIGHTS WATCH. Nigeria. **World Report 2015**, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/nigeria>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HUMPHREYS, Macartan. Natural Resources and Armed Conflicts: Issues and Options. In.: BALLENTINE, Karen; NITZSCHKE, Heiko (Edits.) **Profiting from Peace: Managing the Resource Dimensions of Civil War**. Boulder: Lynne Rienner, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. Nova York: Simon & Schuster, 1998.

HUTCHFUL, Eboe. From Military Security to Human Security. In.: AKOKPARI, John.; NDINGA-MUVUMBA, Angela; MURITHI, Tim. **The African Union and its Institutions**. Cape Town: Fanele, 2008. Cap. 3. p.63-84.

IHONVBERE, Julius. The Gulf Crisis and Africa: Implications for the 1990s. **International Studies**, v.29, n.3, 1992. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020881792029003003>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. Why Africa's weak States persist: the empirical and the juridical in statehood". **World Politics**, Cambridge, v. 35, n. 1, p. 1-24, 1982.

KALDOR, Mary. Inconclusive Wars: Is Clausewitz Still Relevant in these Global Times? **Global Policy**, v.1, n.3, p. 271–281, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Vitor%20Paczek/Desktop/kaldor2010.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoría política y constitucional en América Latina. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Coord.) **El Estado en América Latina: Teoría y Práctica**. México D.F.: Universidad de las Naciones Unidas; Siglo Veintiuno, 1990, pp. 70-107.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEENAN, Jeremy. **The Dying Sahara: US imperialism and terror in Africa**. Londres: Pluto Press, 2013.

KELLY, R. Security Theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review**, v. 9, p. 197-229, 2007.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In.: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime**. Institute for Strategic Studies and Predictions. People’s Friendship University of Russia, Moscou, 2015.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.

LE BILLON, Philippe. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, v.20, n.5, p. 561–584, 2001. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629801000154>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

MANDAMI, Mahmood. Political Violence and State Formation in Post-Colonial Africa. **Working Paper Series: Paper No.1**. International Development Centre, 2007. Disponível em: < <https://afrikanconsciousness.files.wordpress.com/2015/04/political-violence-and-state-formation.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2019.

MANOEL, Jones. A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In.: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (Orgs.). **Revolução africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARTÍNEZ, Jorge Hernández. Estados Unidos: hegemonía y legitimación ideológica. In.: GANDÁSEGUI, Marco A.; HIJO, Dídimo Castillo F. (Coords.) **Estados Unidos**: la crisis sistémicas y las nuevas condiciones de legitimación. Cidade do Mexico: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, Siglo XXI Editores, 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. La crisis del sistema-mundo capitalista. La coyuntura contemporânea. In.: GANDÁSEGUI, Marco A.; HIJO, Dídimo Castillo F. (Coords.) **Estados Unidos**: la crisis sistémicas y las nuevas condiciones de legitimación. Cidade do México: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, Siglo XXI Editores, 2010.

MATEOS, Oscar. Beyond greed and grievance. Towards a comprehensive approach to African armed conflicts: Sierra Leone as a case study. In: BOWED, Richard; CHIKWANHA, Anne Barbara (Eds.). **Understanding Africa's contemporary conflicts**: Origins, challenges and peacebuilding. Addis Ababa: Africa Human Security Initiative, 2010.

MATHEWS, Kuruvilla. The African Union and the Renaissance of Pan-africanism. In.: KARBO, Tony; MURITHI, Tim (Edts.). **The African Union**: autocracy, diplomacy and peacebuilding in Africa. Cape Town: Centre for Conflict Resolution; Londres: I.B. Tauris, 2018.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In.: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Org.) **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2011.

MEI, Eduardo. Estado, guerra e violência: as “novas guerras” e suas implicações para a teoria clausewitziana da guerra. In.: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (Orgs.). **Paz e guerra**: defesa e segurança entre as nações. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. Guerra. In.: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina G. (Orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora da UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

MEREDITH, Martin. **O destino da África**: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

MOLLER, Bjørn. **Religion and Conflict in Africa with a Special Focus on East Africa**: DIIS REPORT 2006:6. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2006. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/20975/RP_06_6.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria**. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOORE, Will. **Ethnic minorities and foreign policy**. Gainesville: Florida University, 2003. Disponível em: <http://www.fsu.edu/~polisci/wksp_papers/workingpapers/p_20022wmoore.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MURITHI, Tim. **The African Union: Pan-africanism, Peacebuilding and Development**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2005.

_____. The African Union's evolving role in peace operations: the African Union Mission in Burundi, the African Union Mission in Sudan and the African Union Mission in Somalia. **African Security Review**, v.17, n. 1, 2008.

NAGAR, Dawn; NGANJE, Fritz. The African Union and its Relations with Sub-Regional Economic Communities. In.: KARBO, Tony; MURITHI, Tim. **The African Union: Autocracy, Diplomacy and Peacebuilding in Africa**. Londres: I.B. Tauris, 2018. Cap. 9. p. 205-234.

NKRUMAH, Kwame. **A luta de classes em África**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

_____. **Le Néo-Colonialisme**. Dernier stade de l'imperialisme. Paris: Présence Africaine, 1973.

_____. **L'Afrique doit s'unir**. Paris: Présence Africaine, 1994.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, vol. 2, n. 1, p. 6-40, 1988.

OKUMU, Wafula; IKELEGBE, Augustine. Introduction: Towards Conceptualisation and Understanding of the Threats of Armed Non-State Groups to Human Security and the State in Africa. In.: **Militias, Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa**, 1–44. Tshwane: Inst. for Security Studies, 2010.

OUA - Organização da Unidade Africana. Carta de criação da Organização da Unidade Africana. Addis Ababa, 1963. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Plano de Ação de Lagos. Lagos, 1981. Disponível em: <<file:///C:/Users/Vitor%20Paczek/Downloads/Lagos-Plan-of-Action.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

PEREIRA, Alnalúcia Danilevicz. África pré-colonial: ambiente, povos e culturas. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Concertação político-estratégica e cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a**

defesa do Brasil. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. Cap. 1. p. 17-32. (Estratégia, Defesa e Relações Internacionais).

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PUREZA, José Manuel et al. Las nuevas operaciones de paz de las Naciones Unidas. Los casos de Angola, Timor Oriental y Mozambique. In: HIRST, Monica (Org.). **Crisis del Estado e Intervención Internacional:** una mirada desde el Sur. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

RANGER, Terrence. A Invenção da tradição na África colonial. In.: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012.

RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In.: CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RENO, William. **Warfare in Independent Africa:** New Approaches to African History. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. Da conquista europeia à descolonização. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSS, Michael. How do Natural Resources Influence Civil War? Evidence from Thirteen Cases. **International Organization**, v. 58, n. 1, pp. 35-67, 2004. Disponível em: <http://www.uky.edu/~clthyn2/PS439G/readings/ross_2004.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2019.

ROTBURG, Robert. **Nation-State Failure:** a recurring phenomenon? NIC 2020 Project, Washington, 2003. Disponível em: http://www.dni.nic/PDF_GIF_2020_Support/2003_11_06_papers/panel2_nov6.pdf > Acesso em: 20 nov. 2019.

SAES, Décio. A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMOFF, Joel. Class, Class Conflict, and the State in Africa. **Political Science Quarterly**, v.97, n. 1, 1982.

SANTOS, Luís Ivaldo V. G. **A arquitetura de paz e segurança africana.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africana_A.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa:** from the Cold War to the War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. **Foreign Intervention in Africa after the Cold War:** sovereignty, responsibility, and the War on Terror. Ohio: Ohio University Press, 2018.

SCHNECKENER, Ulrich. Fragile Statehood, Armed Non-State Actors and Security Governance. In.: BRYDEN, Alan; CAPARINI, Marina (Orgs.). **Private Actors and Security Governance**, 23–40. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. Münster: London: Lit, 2007.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot “Cold War”**: the USSR in Southern Africa. Londres: Pluto Press, 2008.

SILVER, Beverly J.; SLATER, Eric. As origens sociais das hegemonias mundiais. In.: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

SOUTHALL, Aidan. The illusion of tribe. **Journal of Asian and African Studies**, v.5, n.1-2, p. 28–50, jan. 1970. Disponível em: <file:///C:/Users/Vitor%20Paczek/Desktop/10.1163@15685217-90007037.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. Londres: Continuum, 2010.

THE ECONOMIST. *Jihafrika*: Africa’s jihadists. **Middle East and Africa**, 18 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2015/07/18/jihafrika>>. Acesso 3 de dez. 2019.

TIEKU, T. K. Explaining the Clash and Accommodation of Interests of Major Actors in the Creation of the African Union. **African Affairs**, n. 103, p.249-267, 2004.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império**. A decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TORRES RIVAS, Edelberto. La Nación: Problemas teóricos e históricos. In: LECHNER, N. (Ed.) **Estado y Política en América Latina**. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1981, pp. 87-132.

UN - UNITED NATIONS. **Final report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo**. Security Council, 2003. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202002%201146.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VERSHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Maffiafrique**. Paris: Tribord, 2005.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago. **Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?* Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2013.

_____. **A África na política internacional:** o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. A “Guerra Mundial Africana”: um panorama dos novos conflitos após a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil**. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016a. Cap. 1. p. 17-32. (Estratégia, Defesa e Relações Internacionais).

_____. Da marginalização ao “renascimento africano”. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. O Terceiro paradigma das Relações Internacionais: a contribuição do materialismo histórico. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, V.1, n.1, p.40-56, 2019.

_____. Revoluções anticoloniais da África negra. In.: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia D.; MARTINS, José Miguel; RIBEIRO, Luiz Dario; GROHMANN, Luiz Gustavo. **Revoluções e regimes marxistas:** rupturas, experiências e impacto internacional. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT/UFRGS, 2013.

_____. Revoluções e relações internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./jun. 2016b.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa:** The politics of unity. New York: Bison Books, 2005.

_____. **After Liberalism**. Nova York: The New York Press, 1995.

_____. Class and Class-Conflict in Contemporary Africa. **Canadian Journal of African Studies**. vol. VII, nº3, 1973.

_____. **Geopolitics and Geoculture**. Cambridge: Cambridge Press, 1992.

_____. Prólogo: Crisis, cuál crises? In.: GANDÁSEGUI, Marco A.; HIJO, Dídimo Castillo F. (Coords.) **Estados Unidos:** la crisis sistémicas y las nuevas condiciones de legitimación. Cidade do Mexico: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, Siglo XXI Editores, 2010.

WILLIAMS, Paul D. Enhancing U.S. Support for Peace Operations in Africa. **Council Council on Foreign Relations (CFR)**, New York, Special Report n. 73. May 2015. Disponível em: <https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/book_pdf/Peacekeeping_CSR73%20%282%29.pdf> Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **War and conflict in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2016.

_____. War. In.: WILLIAMS, Paul D. **Security Studies**: an introduction. Londres: Routledge, 2013.

WOLF, Stefan. **Ethnic Conflict**: a global perspective. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WOOD, Ellen. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZAVALETA MERCADO, René. Notas sobre la cuestión nacional en América Latina (1983). In: TAPIA, L. (Comp.) Zavaleta, René. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009, pp. 357-371.